

# JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

Victor Hugo Nedel Oliveira  
Melissa de Mattos Pimenta  
(orgs.)



**GEPJUVE**

Grupo de Estudos e Pesquisas  
em Juventudes e Educação



# JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

Victor Hugo Nedel Oliveira  
Melissa de Mattos Pimenta  
(orgs.)

2023

# JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

Victor Hugo Nedel Oliveira  
Melissa de Mattos Pimenta  
(orgs.)

2023

**Diagramação e revisão final:** Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE – UFRGS – CNPq.

**Imagem da capa:** *Free-Photos* – <https://pixabay.com/pt/photos/chipre-larnaca-grafite-colorido-1295873/>

A presente obra encontra-se sob os direitos da Creative Commons 4.0  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações – CC BY-NC-ND



O48juven	Oliveira, Victor Hugo Nedel (org.) Pimenta, Melissa de Mattos (org.)  Juventudes e Territórios/ Victor Hugo Nedel Oliveira; Melissa de Mattos Pimenta (orgs.). – Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023.  221 f.  ISBN – 978-65-00-66479-9  1. Juventudes. 2. Geografia. 3. Sociologia. 4. Extensão. 5. Gepjuve I. Oliveira, Victor Hugo Nedel. II. Pimenta, Melissa de Mattos. III. Juventudes e Territórios.
UFRGS	CDU: 911.3 CDD: 900

# JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

Victor Hugo Nedel Oliveira  
Melissa de Mattos Pimenta  
(orgs.)

2023

O padrão ortográfico e sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

A versão virtual dessa obra foi desenvolvida com autofinanciamento do GEPJUVE e de seus autores. A versão impressa dessa obra foi possibilitada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) administrados pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) do Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Sua distribuição é gratuita. Não é permitida sua venda ou comercialização.

Copyright © GEPJUVE/UFRGS. 2023. Todos os direitos reservados.

## EXPEDIENTE – GEPJUVE

### GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM JUVENTUDES E EDUCAÇÃO

- Pesquisadores associados e Conselho Editorial -

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS) – Líder  
Profa. Dra. Andreia Mendes dos Santos (PUCRS)  
Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales (UFC)  
Profa. Dra. Cérise Alvarenga (USP)  
Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta (UFRGS)  
Profa. Dra. Miriam Pires Corrêa de Lacerda (Unilasalle)  
Profa. Dra. Rosane Maria de Castilho (UEG)  
Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)  
Profa. Dra. Tatiana Prevedello (CMPA)

- Vinculação Institucional -

Departamento de Geografia/UFRGS  
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS  
Pró-Reitora de Pesquisa/UFRGS  
Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS

Acesso DGP/CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/744135>

# SUMÁRIO

## JUVENTUDES E TERRITÓRIOS - APRESENTAÇÃO

Melissa de Mattos Pimenta

Victor Hugo Nedel Oliveira.....9

## PREFÁCIO

Nilson Weisheimer.....21

## CULTURA JUVENIL, TERRITÓRIO E TRABALHO: OLHARES SOBRE A NOITE NO BAIRRO CIDADE BAIXA EM PORTO ALEGRE

Carolina Bernardes Rollsing.....27

## A CIDADE E AS JUVENTUDES: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA URBANA NA PERIFERIA PARA JOVENS CATADORES

Cheila Basso

Álvaro Luiz Heidrich.....39

## GÊNERO E JUVENTUDES

Daniela Fernandes.....55

## LUGARES EM MOVIMENTO E LINHAS DE ESPACIALIDADE DAS JUVENTUDES: CONVERSÇÕES QUE PRODUZEM ABERTURAS NA DOCÊNCIA-PESQUISA EM GEOGRAFIA

Davi Gandolphi

Antonio Carlos Castrogiovanni.....67

## JUVENTUDES E TERRITÓRIOS COMO CAMPOS DE DISPUTA: UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Dayane Oliveira Verneque.....87

## “PELAS QUEBRADAS, VÁRZEAS E CHAPADAS”: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE TERRITÓRIOS DE SABERESJUVENIS GAYS NAS ESCOLAS DO PIAUÍ

Lucivando Ribeiro Martins

Celecina de Maria Veras Sales.....103

JUVENTUDES EM MANAUS (AM): PRÁTICAS ESPACIAIS ENTRE AS PALAFITAS E NAS OCUPAÇÕES DE TERRA Matheus Vieira Areb.....	129
JUVENTUDES NEGRAS E VIOLÊNCIAS: UM CENÁRIO DE GENOCÍDIO Nicole dos Santos Ferreira.....	145
JUVENTUDES EM TERRITÓRIOS NÃO-OCIDENTAIS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA Rafael Barbosa de Jesus Santana.....	155
CENTROS URBANOS NOS TEMPOS DAS ELEIÇÕES: COMO A JUVENTUDE BRASILEIRA SE INSERE NOS PROCESSOS ELEITORAIS? Saïdo Baldé.....	165
TERRITÓRIOS JUVENIS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO - UM ESTUDO A PARTIR DO MOVIMENTO BATALHA DO SETOR EM CATALÃO (GO) Vinicius Mendes Carmem Lúcia Costa.....	183
SOBRE OS AUTORES.....	213





# JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

## APRESENTAÇÃO

Victor Hugo Nedel Oliveira

Melissa de Mattos Pimenta

A produção deste livro sobre juventudes constituiu-se no resultado de um trabalho construído a muitas mãos. Em comum, todas e todos que se dedicaram a produzir um capítulo para compor esta obra, temos o compromisso ético, estético e político no reconhecimento de um campo de pesquisa que é multifacetado, plural e extraordinariamente rico, que é o campo de pesquisas, trabalho e atuação social com as juventudes contemporâneas. Falar de juventudes requer, naturalmente, reconhecer as e os jovens como sujeitos de direitos, como assim o fez o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), Lei Federal promulgada há praticamente 10 anos. Reconhecemos, portanto, a existência de não uma, mas diversas, plurais e complexas juventudes. Mais diversas ainda em um país como o Brasil que, historicamente, é rasgado por profundas desigualdades sociais. Se não há uma única forma de ser e estar jovem no mundo contemporâneo, também não há uma única forma de escrever sobre e com as juventudes. E é um pouco do que este livro nos provoca a pensar em seus múltiplos e diversos escritos sobre/com/para/de jovens.

A sociologia das juventudes é um ramo da sociologia que, desde os seus primórdios, vem se dedicando à descoberta e compreensão das múltiplas formas de ser e estar no mundo enquanto jovens. Desde os

primeiros estudos conduzidos pelos sociólogos da Escola de Chicago, nos Estados Unidos dos anos 1920, este campo vem ganhando escopo e envergadura, atento às transformações e desafios enfrentados pelas gerações mais jovens. Em especial, aos processos de transição para a vida adulta, escolarização, profissionalização, emergência de culturas juvenis, politização e mobilização dos e das jovens, em linha com os novos movimentos sociais. Trata-se de um campo em constante movimento e que exige de nós pesquisadores constante atualização e pesquisas inovadoras, de caráter interdisciplinar.

Ainda que não seja reconhecido como um subcampo de análise da ciência geográfica, é bastante possível afirmar que existem múltiplas “Geografias das Juventudes”. Ora, se a Geografia é a ciência que estuda o espaço, tem-se o entendimento lógico de que é possível – e necessário – estudar as juventudes nesses espaços, já que é impossível estar descolado do espaço, pois nossas ações, de alguma forma ou outra, são impressas em contextos espaciais. E, se para auxiliar a Geografia nessas análises espaciais existem categorias de trabalho, duas delas em especial nos ajudam nos estudos com juventudes: lugar e território. A primeira, voltada à noção de identidade e pertencimento com/sobre/nos espaços. A segunda, relacionada com os conceitos de poder, apropriação e disputas dos espaços. São os lugares e os territórios das juventudes, portanto, que nos permitem entender suas diversas e complexas relações com os espaços. Alguns poucos pesquisadores no contexto nacional brasileiro da Geografia já vem trabalhando há alguns anos essas relações e discussões. Enseja-se que essa iniciativa seja uma que se some nesses esforços.

A ideia para a criação desta disciplina partiu justamente da percepção de que os estudos sobre juventudes e territórios, de uma perspectiva interdisciplinar, ainda são escassos no contexto brasileiro. Contudo, os conceitos de território e territorialidades têm sido cada vez mais acionados para a compreensão das dinâmicas de ocupação e ressignificação de diferentes espaços pelos quais adolescentes e jovens transitam: nomeadamente, os espaços urbanos, tanto públicos, como privados. São eles o território escolar, a vizinhança, os equipamentos públicos e privados destinados ao lazer, as zonas comerciais cujo público-alvo preferencial é jovem, entre tantos outros. Pensar na relação território e juventudes é lançar o olhar para como grupos de jovens ocupam praças e parques, criam e desenvolvem práticas como *skate*, *street* e *parcour*, deixam marcas através do pixo e do grafite na paisagem urbana, por exemplo. A disciplina foi criada pensando-se na interlocução entre a Geografia e a Sociologia, com enfoque específico nas juventudes, sua diversidade e manifestações culturais contemporâneas.

A disciplina de pós-graduação “Juventudes e Territórios: cidade, espaço e violência” foi uma atividade de ensino de dois Programas de Pós-Graduação: o Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A disciplina possuiu dois créditos e teve quatro encontros remotos e um encontro presencial, realizados no segundo semestre do ano de 2022. Cabe destacar que, nesse período, a Universidade ainda estava em adaptação e retorno ao modo presencial de trabalho, motivo pelo qual a atividade foi, igualmente, em modelo misto. O fato de a maior parte das aulas terem sido remotas possibilitou a presença de

estudantes de Programas de Pós-Graduação de outras regiões do país e de outros países, além das e dos estudantes da própria UFRGS. Essa diversidade gerou uma riqueza nos debates produzidos em aula. As principais discussões desenvolvidas na disciplina giraram em torno dos seguintes tópicos: as Juventudes como campo de pesquisa; Sociologia e Geografias das Juventudes; espacialidades juvenis; territórios; juventudes e territórios; a escola e a cidade como territórios das juventudes; juventudes e violência urbana; juventudes de Porto Alegre.

Para a avaliação da disciplina propusemos aos alunos e às alunas que desenvolvessem um texto dissertativo-argumentativo em formato de ensaio, de sete a dez laudas, sobre a temática das juventudes e seus territórios. O texto exigia a referência a pelo menos parte da bibliografia indicada, além de referências sobre as quais os alunos tivessem interesse e conhecimento. Seu desenvolvimento poderia ser feito a partir do que foi discutido nas aulas, da experiência de campo empírica proposta para o encontro presencial ou mesmo experiências cotidianas e profissionais envolvendo jovens. Todos os trabalhos foram avaliados pelos professores ministrantes da disciplina e alguns textos foram selecionados para compor este livro. Com base na seleção, os autores foram convidados a participar da publicação.

A obra “Juventudes e Territórios” trata-se, portanto, da união daquilo que chamamos tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão. Ensino, pois é um dos resultados de uma disciplina de pós-graduação, como dito. Pesquisa, pois apresenta recortes das investigações das e dos estudantes de pós-graduação autores da obra, bem como também se trata de atividade investigativa dos professores que organizaram o livro. Extensão, pois seu lançamento oficial se deu em um evento de extensão, além do fato de que a

diversidade dos textos presente na obra está em direta aproximação na relação universidade – sociedade. Muito mais do que um compilado de capítulos, a obra apresentada trata-se dos esforços continuados e conjuntos de estudantes e professores que, em seus fazeres acadêmicos, trabalham incansavelmente na consolidação de um campo ainda jovem, como seus sujeitos.

Passaremos a apresentar, brevemente, os capítulos que compõem a obra, na expectativa de que tal texto os convoque para a leitura da obra.

No capítulo “Cultura juvenil, território e trabalho: olhares sobre a noite no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre”, Carolina Rollsing parte das sociabilidades juvenis para construir uma reflexão sobre os significados de ser jovem e as expectativas sociais em torno dessa fase da vida. A autora destaca a centralidade do convívio com outros jovens para a formação de identidades, culturas juvenis e sentimentos de pertencimento a uma coletividade. Além disso, enfatiza como essas sociabilidades se dão em espaços específicos da cidade, que adquirem características deste público-alvo. Rollsing também problematiza o fato de que os jovens são desiguais entre si, e que essas desigualdades se refletem na forma como vivenciam a juventude nos diferentes espaços urbanos. A partir da sua observação de campo, chama a atenção para as diferenças sociais percebidas entre jovens trabalhadores e jovens de classe média, que têm mais acesso a recursos para desfrutar de atividades de lazer. Para a autora, a relação entre jovens adultos, considerando o quanto a posição de poder ocupada pelos indivíduos adultos regula e impõe limites às vivências juvenis, especialmente no que diz respeito às novas formas de trabalho, como entregadores autônomos que se deslocam de bicicleta em cidades que não são planejadas para isso. Por essa razão,

defende que ser jovem é “luta, trabalho e resistência”, o que afasta o entendimento de que ser jovem é só lazer e tempo livre.

No capítulo “A cidade e as juventudes: reflexões sobre a experiência urbana na periferia para jovens catadores”, Cheila e Álvaro nos convocam a olhar para algumas juventudes que, insistentemente, são invisibilizadas: as juventudes catadoras que residem nas periferias urbanas. A partir de um estudo de caso com jovens da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza, em Erechim (RS), somos apresentados a uma realidade repleta de binômios, dos quais, um dos principais poderia ser o da oportunidade versus a segregação. Os conceitos de condição e situação juvenil são constantemente trazidos ao debate, de modo a atrelar o leitor e aprofundar a relação teoria-prática.

No capítulo “Gênero e Juventudes”, Daniela Fernandes explora as representações sociais sobre as juventudes, refletindo sobre sua peculiar posição perante as gerações mais velhas. A incompletude da maturidade e o questionamento das normas e padrões sociais impostos aos jovens os colocam em um lugar de contestação e, por vezes, inadequação, associando-os ao desvio, mas também a indivíduos ainda inseguros e temerosos do resultado de suas decisões. A autora elabora sobre como essas imagens contribuíram para a cristalização de um modelo cultural de juventude que perdura no presente. Contudo, destaca como as mudanças tecnológicas que possibilitaram aproximar territórios geográfica, cultural e politicamente distantes modificam essa noção. Além disso, novas concepções decoloniais sobre o território colocam outras fronteiras no centro do debate, como a corporeidade. Fernandes parte do “corpo-território” para falar dos corpos femininos, negros, indígenas e outros corpos que não se inscrevem nos

modelos dominantes eurocêntricos. Assim, as e os jovens tomam o próprio corpo como espaço de expressão de identidades e territórios, possibilitando a emergência de novas formas de ser e estar no mundo, que rompem com as barreiras impostas pelo binarismo de gênero, por exemplo.

O capítulo “Lugares em movimento e linhas de espacialidade das juventudes: conversações que produzem aberturas na docência-pesquisa em Geografia”, de autoria de Davi e Antônio Carlos, por sua vez, buscam nos auxiliar na interpretação da noção de lugares em movimento, e como esse entendimento pode vir a ajudar professores de Geografia a compreenderem as juventudes com as quais trabalham e suas múltiplas Geografias. Os autores nos provocam a pensar sobre distintos elementos que relacionam as juventudes com seus espaços de pertencimento, de trânsito, de apropriação e de disputas. Torna-se imprescindível, a partir da leitura do capítulo, a necessidade de que professores de Geografia e dos demais componentes curriculares assumam um compromisso ético e político com os sujeitos com os quais ensinam e aprendem: as juventudes escolares.

Neste capítulo, Dayane Oliveira Verneque toma como ponto de partida a relação entre as concepções de juventude e territórios, analisando-as em diálogo com a leitura que a socióloga Angelina Peralva realiza sobre o jovem como modelo cultural na modernidade. Contesta as representações sociais de senso comum sobre a irresponsabilidade e falta de maturidade dos jovens e se refere à subordinação violenta do(a)s adolescentes e jovens denunciada por bell Hooks em seu livro “Tudo Sobre o Amor: novas perspectivas”. Crianças, adolescentes e jovens historicamente são tratados com disciplina e punições, muitas vezes violentas, por parte da família e de instituições de poder, como a polícia, no sentido de educar e coibir

comportamentos fora das normas, considerados “subversivos”. É no espaço urbano, entretanto, que se cruzam fronteiras entre territorialidades e onde a autora situa os conflitos entre jovens que migram do campo para as cidades e as gerações mais velhas que não conseguem mais atraí-los para a produção nas áreas rurais. A partir daí, a autora parte para a reflexão sobre a apropriação dos espaços urbanos pelos mais jovens, chamando a atenção para a falta de estudos sobre jovens que vivem em cidades pequenas, nas quais convivem tanto com no território “urbano”, como nas proximidades dos territórios “rurais.” Assim, também nas cidades pequenas é preciso atentar para as territorialidades juvenis, nomeadamente os espaços públicos dedicados aos encontros e às atividades de lazer, para as quais são atraídos os mais jovens.

Já o capítulo “Pelas quebradas, várzeas e chapadas: a produção científica de territórios de saberes juvenis gays nas escolas do Piauí”, de Lucivando e Celecina, nos provoca a dirigir nossos olhares para outras juventudes, as e os jovens LGBTQIA+. A partir de um mapeamento da produção científica dos territórios de saberes juvenis gays em escolas do estado do Piauí. Inicialmente, o autor principal se coloca como sujeito de sua própria investigação, a partir de uma apresentação que impacta aos leitores, em especial pelo entendimento dos múltiplos processos de rejeição e das intensas lutas travadas por um jovem pesquisador gay. O estudo bibliográfico realizado demonstrou a necessidade de que mais investigações sobre a temática sejam realizadas. Talvez assim as juventudes LGBTQIA+ nas escolas não sejam tão apagadas e esquecidas, como foram nas últimas décadas em nosso país.



O texto de Matheus Vieira Areb, intitulado “Juventude em Manaus (AM): práticas espaciais entre as palafitas e nas ocupações de terra” analisa as práticas espaciais de grupos juvenis em sua relação com a casa e seu entorno a partir do contexto específico da crise habitacional histórica na cidade de Manaus que levaram a formas de habitar distintas, em ocupações irregulares e palafitas. O autor chama a atenção para o fato de que mesmo em meio à precariedade os jovens estabelecem formas de sociabilidade e lazer que contribuem para consolidar vínculos de vizinhança. Areb revisita alguns dos períodos históricos que levaram à emergência de formas de habitação precárias em Manaus, nomeadamente a crise do ciclo da borracha e os processos de ocupação irregular a partir do investimento da União na modernização da região durante o século XX. Destaca a falta de planejamento urbanístico dessas ocupações e o protagonismo dos jovens moradores das periferias de Manaus em contornar os obstáculos impostos por suas condições de existência precárias, na produção da cultura popular e no desenvolvimento de culturas “de periferia” que buscam subverter a precariedade.

O capítulo intitulado “Juventudes negras e violências: um cenário de genocídio”, de Nicole, nos convida a olhar para uma realidade que infelizmente é presente na ampla maioria dos espaços do Brasil, com destaque para as grandes cidades e metrópoles: o genocídio da juventude negra. A autora nos alerta ao fato de que se, historicamente, as e os jovens são vistos da maneira equivocada de que seriam sujeitos inadequados ou desviantes, para as juventudes negras esse entendimento está associado à questão racial e ao racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira. Os dados sobre o genocídio da juventude negra são inegáveis: vivemos em uma

sociedade na qual as balas perdidas normalmente encontram os corpos dos jovens negros de periferia. Mas, como a própria autora afirma, sem romantizar tal sofrimento, há que se olhar, também, para a resistência e a esperança.

Rafael Barbosa de Jesus Santana, no capítulo “Juventudes em territórios não-ocidentais: uma perspectiva teórica”, analisa os desdobramentos da concepção contemporânea de juventude, problematizando o processo de transição para a vida adulta e as relações tanto de oposição, quanto de complementaridade, entre “ser jovem” e “ser adulto”. Destaca a centralidade e a influência dos modelos de infância e juventudes que emergiram entre as classes burguesas europeia e estadunidense sobre as concepções contemporâneas que compartilhamos destas fases da vida nos territórios “não-ocidentais”, isto é, fora desse eixo. Nessa perspectiva, o autor propõe uma mudança de olhar, ou seja, propõe atender para as especificidades da categoria juventude em cada espaço e território, seja a partir de recortes de classe, raça, gênero ou local onde se vive a juventude. Para isso, remete às concepções banto e iorubá sobre infância e juventude, justamente para evidenciar outras formas de conceber essas fases da vida.

Saído, no capítulo “Centros urbanos nos tempos das eleições: como a juventude brasileira se insere nos processos eleitorais?”, coloca-nos no período eleitoral brasileiro de 2022, notadamente dirigindo nossos olhares para as participações das juventudes nesse contexto. O autor destaca, dentre múltiplos contextos, as campanhas de incentivo para que jovens entre 16 e 18 anos registrassem-se na Justiça Eleitoral e requeressem a elaboração de seus documentos de eleitores. Essa campanha, de Estado, diga-se de

passagem, foi organizada em especial pela observação dos baixos índices de participação juvenil nos processos eleitorais anteriores. Nesse capítulo, o autor nos fornece pistas para colaborar na discussão e no entendimento desse processo.

No capítulo “Territórios juvenis e a resignificação do espaço urbano - um estudo a partir do movimento batalha do setor em Catalão (GO)”, Vinicius Mendes e Carmen Lúcia Costa apresentam o recorte de uma pesquisa sobre as apropriações juvenis do espaço no território urbano do município de Catalão, em Goiás. O foco do trabalho é o movimento Batalha do Setor, que se iniciou em 2016 com o objetivo de integrar jovens e artistas locais do Hip Hop. No texto, os autores analisam a produção socioespacial de jovens à luz da problematização do direito à cidade, discutindo os limites e as fragilidades destes movimentos, desprovidos de apoio e políticas públicas e, além disso, alvo de preconceito e discriminação pelo fato de o Hip Hop ser uma cultura juvenil associada à marginalidade. O direito à cidade e a luta pela ocupação, uso e usufruto do espaço público são analisadas da perspectiva dos conflitos de classe na sociedade de produção capitalista, nos quais os jovens se inserem como grupo atravessados pelas desigualdades sociais e que interferem diretamente no acesso ao lazer, aos equipamentos públicos, no reconhecimento de suas produções culturais e na legitimidade de suas criações.

É com muita esperança que entregamos esse livro à toda comunidade acadêmica e demais pessoas interessadas no campo de pesquisa das Juventudes. O conjunto da obra que apresentamos permitirá aos seus leitores e leitoras interessantes miradas sobre as múltiplas territorialidades das juventudes em contextos diversos. Atravesse-se nessas narrativas. Permita-se

descobrir um pouco mais sobre as juventudes. Venha conosco nessa jornada de aprendizado, resistência e esperança.

Desejamos uma excelente leitura!

Porto Alegre, março de 2023.

Com carinho,

Victor Nedel e Melissa Pimenta  
Os organizadores.

# PREFÁCIO

Nilson Weisheimer

Foi com grande satisfação que recebi o livro **Juventudes e Territórios**, organizado pelos colegas, Victor Hugo Nedel Oliveira e Melissa de Mattos Pimenta. Um trabalho coletivo que é fruto da experiência didática do componente curricular "Juventudes e Territórios: cidade, espaço e violência" ministrada por ambos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nele se evidencia a relevância dessa iniciativa, por permitir o estudo dessas categorias conceituais em suas múltiplas relações, ampliando o debate entre a Geografia e a Sociologia em torno dos estudos de juventude. Com essa publicação, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE / UFRGS / CNPq) se consolida com um dos mais ativos e profícuos grupos de pesquisa dedicado ao tema da juventude no Brasil.

O conceito de território, central nessa obra, expressa algumas das mediações e enlaces possíveis entre Geografia e Sociologia. Isto, porque é, simultaneamente, espaço social e geográfico. Como espaço social, o território é construído pela ação humana, que transforma a natureza pelo trabalho, engendrando conflitos e contradições, assim como formas de solidariedade e de reprodução social. O espaço geográfico está assentado sobre as bases da natureza, formado pelo conjunto de paisagem, população, suas obras e realizações, sendo constituído por todo um conjunto de sistemas de objetos e

sistemas de ações. Assim, o território pode ser percebido como um espaço multidimensional e sobre o qual incide múltiplas determinações. Esse livro nos permite perceber como os jovens se destacam nesses espaços.

Por sua vez, conceito sociológico de juventude é essencialmente relacional e multidimensional, visto que, ao mesmo tempo, é uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência. As representações sociais que conferem sentidos a juventude são produzidas em determinados contextos históricos, sociais, culturais e, também, territoriais, constituindo a categoria juventude como um espaço de relações sociais. Considerando a multiplicidade dessas representações sociais, somos levados a reconhecer a existência de diferentes *juventudes*, no plural, uma vez que estas refletem realidades sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis distintas.

Quando falamos de jovens estamos nos referindo aos sujeitos históricos cujas trajetórias envolvem processos de socialização que visam efetivar a transição da condição social de dependência da infância à autonomia na vida adulta. Isso porque, o jovem aparece como um ser socialmente dependente, em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação. Logo, o jovem é um sujeito que se encontra em uma situação social liminar e transitória.

Mais do que uma faixa etária, a condição juvenil aparece, como uma posição nas hierarquias sociais, à qual os jovens tendem ocupar uma posição social subalterna aos adultos, devido à relação de dependência e manutenção. Com efeito, acredito que a superação da dependência e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória social que os e as jovens buscam percorrer. Esse é um imperativo categórico de toda a

sociedade humana, intrínseco às dinâmicas das sucessões geracionais. Por isso, assegurar para as e os jovens oportunidades de autodesenvolvimento constitui condição básica do processo civilizacional que estabeleceu compromissos intergeracionais, para que essa transição pudesse ocorrer com a mediação de instituições como o sistema formal de ensino e relações de trabalho decentes.

É justamente por isso que esse trabalho adquire relevância, pois trata de descortinar as formas que assume a condição juvenil em diferentes territórios de identidades como Porto Alegre, Manaus ou Catalão. Ao mesmo tempo, são escritos produzidos através da observação e da reflexão de jovens autores. Assim, temos em mãos uma coletânea de artigos que enfocam diversos aspectos do fenômeno juvenil, escrutinados pelos próprios jovens. O que inscreve o GEPJUVE num paradigma participativo, na produção do conhecimento científico, que se orienta pelo princípio de “nada sobre nós, sem nós”.

São abordados temas relevantes aos estudos de juventude como as formas de sociabilidade juvenis, conferindo centralidade ao convívio com outros jovens para a formação de identidades, culturas juvenis e sentimentos de pertencimento a uma coletividade. São discutidas formas de situação de juvenil invisibilizadas, como de jovens catadores de resíduos para reciclagem, nos centros urbanos. As relações entre gênero e condição juvenil articulando as noções de corpo e território. Os espaços de pertencimento, fruição e mobilidade dos jovens e as formas de disputa, apropriação e usos de espaços nas cidades. Discute-se apropriação dos espaços urbanos por jovens, chamando a atenção para uma baixa produção de estudos sobre jovens que vivem em cidades pequenas, na qual, os jovens transitam entre territórios

urbanos e rurais. A violência cometida contra os jovens, não passa despercebida nessa obra coletiva, analisando-se o genocídio da juventude negra, associando à necropolítica e ao racismo estrutural como determinantes para o fenômeno do juvenicídio no Brasil. A participação política das juventudes não fica de fora dessa reflexividade analítica. Assim como, a tentativa de encontrar os traços distintivos de categorias juvenis em espaços e territórios, com recortes de classe, etnia, gênero ou território onde se vive os jovens. Temos nessa obra, ainda, a busca por outras matrizes epistemológicas, que remete às concepções banto e ioruba, sobre infância e juventude, como tentativa de revelar outras formas de conceber essas fases da vida.

Esse livro vem a lume em uma hora apropriada. Após um período de descontinuidade e desmantelamento das políticas públicas de juventude promovidos por governos ultraliberais, passamos agora por um momento de reconstrução institucional. Isso abre uma janela de oportunidades, para que novas políticas públicas de juventude possam ser construídas. Os acontecimentos do nosso passado nacional recente como golpe parlamentar, a acessão da extrema direita ao governo federal e a pandemia de COVID-19, incidiram sobre os jovens de maneira dramática, impactando negativamente a condição juvenil e criando novos obstáculos às trajetórias juvenis. Nesse sentido, os temas trazidos nesse livro serão úteis para os próprios jovens, os movimentos juvenis e gestores públicos, que poderão conhecer melhor os diferentes aspectos da condição juvenil e suas manifestações em contextos territoriais diversos. Acredito que nessa obra, os leitores encontrarão diferentes pistas para construção de novas políticas públicas, que venham contribuir para uma transição segura da infância à vida adulta, superando a



dependência e conquistando a autonomia e emancipação como eixo central das trajetórias juvenis. O que implica enfrentar com urgência as vulnerabilidades sociais dos jovens; capacitar para conquista da autonomia; e promover o empoderamento de grupos juvenis. Eis porque essa é uma obra indispensável para aqueles que estudam as juventudes, assim como, para os próprios jovens e seus movimentos culturais e políticos.



## **CULTURA JUVENIL, TERRITÓRIO E TRABALHO: OLHARES SOBRE A NOITE NO BAIRRO CIDADE BAIXA EM PORTO ALEGRE**

Carolina Bernardes Rollsing

Quando pensamos nos sujeitos jovens, que imagens aparecem, predominantemente, em nossos imaginários? Pensando nesse questionamento, me vem à memória um acontecimento desta semana: meus amigos universitários combinando de se reunir sexta à noite em um bairro muito frequentado por jovens da cidade para conversar, rir, lembrar saídas de campo, falar mal do antigo Presidente e do quanto ele era horrível, e com certeza no meio disso tudo, alguns goles de cerveja e algumas tragadas de cigarro - eles me convidam, eu agradeço o convite, mas o recuso, pois no dia estou com vontade de ficar em casa. Imediatamente sou chamada por um deles de "velha" por querer ficar em casa ao invés de sair em uma sexta à noite. Para além do etarismo, muitas questões me vêm à cabeça a partir desse acontecimento - tantas que até embaralham a mente. Para citar algumas em uma sucessão mais ou menos linear e que irá me guiar na busca por reflexões neste ensaio: Qual é a importância e o papel da sociabilidade para os jovens? Qual é a imagem de jovem (pelo menos a considerada ideal) que meu amigo imagina ao me chamar de "velha"? O fato de eles experienciarem uma juventude marcada por um círculo social bastante específico influencia suas concepções do que é ser um sujeito jovem? Os jovens que não se encaixam

nessa concepção ou que não conseguem se inserir plenamente (por vários motivos) nesse contexto são excluídos de alguns círculos sociais? Existe um comportamento padrão que é esperado que o sujeito considerado jovem siga na sociedade?

A partir do relato e dos meus questionamentos, podemos partir do ponto em que esse "ser jovem" é uma ideia pensada e construída socialmente e culturalmente. Portanto, cada sociedade ou grupo social vai definindo e redefinindo ao longo do tempo o que é ser jovem em dado período histórico. Sendo assim, há muitas formas de pensar, conceituar e definir acerca das juventudes. Como por exemplo, o caso do Estatuto da Juventude no Brasil, que se refere e pensa esses sujeitos a partir de uma faixa etária. Mas para além de qualquer classificação que permeia esse conceito, Oliveira (2021) irá nos dizer que "as juventudes dizem respeito a uma condição e a uma representação social". Sendo assim,

os sujeitos atravessam esta fase etária e este momento da vida, porém dá-se o referido destaque de que existe uma construção histórico-social ao redor da categoria, existe um imaginário coletivo ao redor do que se pensa e se estabelece como "juventude", pois todos os que já passaram por ela independentemente da forma como transitaram – têm memória e guardam espaços de recordação em seu cérebro. (OLIVEIRA, 2021, p. 22)

Pensando no meu primeiro questionamento em relação a sociabilidade juvenil, em nossa sociedade, a juventude é marcada fortemente por seus traços de sociabilidade e pela grande necessidade de estarem juntos, reunidos em grupos de convívio, normalmente em certos espaços da cidade já conhecidos pelos moradores como lugares marcados pelas juventudes. Esse

comportamento se espacializa na cidade, se manifestando através de territórios de sociabilidade juvenil. Cada grupo de jovens possuem suas próprias práticas culturais e grupos de diferentes pertencimentos elaboram seus próprios rituais, usos e costumes, fator este que colabora no fortalecimento identitário de cada grupo (OLIVEIRA, 2021). É dessa forma que os jovens, com seus corpos, participam ativamente da produção dos espaços da cidade, ao mesmo tempo que dão sentido a suas experiências e formas de pensar. Clarice (2015) ressalta que a sociabilidade é central para os jovens, pois é nela em que vivem e produzem sua existência na medida em que medeia a relação com o mundo. É também a partir da sociabilidade que, de forma coletiva, se fortalecem o que Feixa (1998a) denomina como "culturas juvenis", que podem ser entendidas como:

A maneira em que as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção de estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente no tempo livre, ou em espaços intrínsecos da vida institucional. (FEIXA, 1998a apud OLIVEIRA, 2021, p.21)

Em suma, os jovens se constituem e se reafirmam, identitariamente falando, a partir de suas experiências com certos grupos de convívio que estão inseridos. De certa forma, o episódio ocorrido comigo e meus amigos na sexta-feira à noite também pode ser pensado desse ponto de vista. Para os jovens, estar em coletividade e compartilhar os mesmos espaços de convivência é marcado por um estilo de vida próprio, e as trocas que acontecem dentro desses espaços são extremamente relevantes tanto para a manutenção dos laços entre os membros do grupo quanto para a

manutenção da sua própria identidade. Sendo assim, estar junto importa, e se opõe muitas vezes ao estilo de vida de outros grupos sociais, que por motivos diversos não tem a sociabilidade e a coletividade como um fator tão constituidor em seu cotidiano.

Como vivemos em uma sociedade totalmente adultocêntrica, a qual todos seus aspectos são pensados primeiramente a partir das necessidades dos sujeitos adultos, penso que é importante fazermos o movimento de nos questionarmos também: o que é ser adulto? Pela lógica das fases da vida hierarquizadas guiadas pela lógica da modernização, adulto seria um sujeito que já passou pelas fases da infância e da juventude, e que, portanto, já teria aprendido plenamente "as regras do jogo" da vida e, sendo assim, estaria apto enfim para uma total integração na vida em sociedade. Seguindo o fio desse pensamento, restaria para o jovem estar em constante estado de "aprendizado" de como funciona o mundo para que assim num futuro possa ser um adulto capaz de reproduzir essa engrenagem. Algo parecido acontece com as crianças, que fica ainda mais nítido quando o tempo inteiro estamos guiados socialmente a agir com elas como se tivéssemos o tempo inteiro que ensinar lições para a sua vida futura. Um exemplo muito clássico é a pergunta que fazemos a toda criança - "O que tu quer ser quando crescer?" - como se ela não tivesse sua existência plena no presente, pois supostamente estaria em um período de "transição". Esse raciocínio é pensado por Clarice (2015) quando aponta que o controle do corpo, a disciplina para o trabalho, a preparação para o mundo adulto e a cronologização da vida foram conferindo historicamente ao jovem como alguém que deve ser tutelado, ensinado, controlado e vigiado pelos adultos.

Mas o fato é que os jovens têm vida no presente e estão em constante movimento e em relação com o mundo ao seu redor. Suas experiências nesse mundo, que sabemos ser extremamente desigual, estão imbricadas com a maneira particular que cada um vai viver a sua juventude. Com isso, fatores como o gênero, a classe, a cor, a sexualidade - para citar apenas alguns exemplos - marcam, diferenciam e tornam desiguais as experiências do que é ser jovem na sociedade. Portanto, podemos pensar que o espaço não é vivido e percebido de uma forma homogênea entre os jovens. São experiências totalmente diferentes ser jovem branco e ser jovem negro, ser jovem mulher e ser jovem homem, ser um jovem que reside em um bairro com estrutura e próximo ao centro e ser um jovem que vivencia o cotidiano na periferia de sua cidade.

De acordo com Cavalcanti (2015), o corpo é a primeira espacialidade experimentada pelo jovem na constituição de sua vida. É com o próprio corpo que ele vai constituir suas práticas sociais, se apropriar e territorializar os lugares à sua volta. Sendo assim, "o jovem tem uma corporeidade: ele age, movimenta-se e circula na cidade através do corpo" (CAVALCANTI, 2015). Pensando nisso, as deambulações realizadas na Cidade Baixa, propostas pelo professor e pela professora da disciplina, em uma sexta feira à noite, me inquietaram em alguns sentidos: quais corpos jovens estavam naquele momento experimentando tal espaço da cidade como lazer e quais estavam experimentando como trabalho? É possível pensar que a ideia de cidade de ambos esses sujeitos possuem diferenças bastante marcadas?

Impossível não andar pelas ruas da cidade e ver cada vez mais aumentando o número de trabalhadores em bicicletas portando uma mochila em suas costas e se arriscando no trânsito da cidade - que

definitivamente não é pensado para bicicletas - para realizar entregas de comida diretamente na casa das pessoas. Nas observações, foi possível perceber que esses trabalhadores em sua maioria eram homens, jovens e negros, que na escassez de trabalhos que os protejam, têm seus direitos violados todos os dias ao saírem de casa com sua bicicleta - muitas vezes alugada - e experimentarem jornadas extenuantes de trabalho, onde o combustível para tal são seus próprios corpos. Isso significa que eles necessitam comer em maiores quantidades, e em uma realidade de absurdo aumento do preço dos alimentos, esses sujeitos atuam na contradição de entregarem para outras pessoas aquilo que muitas vezes falta em sua casa de forma digna. Uma realidade que vai de acordo com os dados de que no Brasil 1 em cada 2 jovens se encontra em ocupação informal.

Nesse contexto de trabalho informal e precarizado, os jovens precisam criar importantes estratégias de organização e práticas espaciais para sobreviver no dia a dia de suas jornadas. O estudo do cotidiano é essencial, pois é a escala em que os sujeitos desempenham diretamente as suas ações, sendo a escala de suas vidas sociais, na qual realizam suas escolhas espaciais, seus itinerários e seus deslocamentos. Isso inclui desenvolver um olhar sobre a cidade, sobre os fluxos, sobre o relevo, sobre áreas de maior demanda, criar grupos de comunicação entre eles e tantas outras dinâmicas. Fico pensando: em quais experiências de cidade esses sujeitos vêm vivenciando? Como eles participam ativamente na construção do espaço urbano? Existe um direito à cidade para eles? Eles estariam ocupando a área central da cidade naquele hora do dia se não fosse a partir de relações de trabalho?



Para pensar sobre essas questões, penso que o adultocentrismo ganha um papel relevante na busca por algumas respostas. Duarte Quapper (2012) fala sobre o adultocentrismo do ponto de vista material como sendo

um sistema de dominação que delimita acessos e barreiras a certos bens, a partir de uma concepção de tarefas correspondentes ao desenvolvimento de cada classe de idade, segundo a definição de suas posições na estrutura social, o que influencia na qualidade de seus desdobramentos como sujeitos e sujeitas. É de dominação já que se estabelecem as capacidades e possibilidades de decisão e controle social, econômico e político naqueles que desempenham papéis que são definidos como inerentes a maturidade e, no mesmo movimento, os que desempenham papéis definidos como subordinados: meninos, meninas, jovens, idosos e idosas. [...] Assim, adultocentrismo é um sistema de dominação que se fortalece nos modos materiais capitalistas de organização social. (DUARTE QUAPPER, 2012, p.111, tradução própria)

Nesse sentido, em um modo capitalista de produção, pautado em uma lógica de dominação adultocêntrica em que os adultos detêm maior poder de ação, controle e tomada de decisões, a partir da realidade conferida aos entregadores na cidade, podemos pensar sobre as reproduções das hierarquias espaciais impostas aos jovens pelo mundo adulto. Em uma sociedade cada vez mais incentivada a práticas individualistas, a quem interessaria mudanças no ordenamento da cidade e das práticas sociais para que sejam mais acolhedoras a sujeitos que trabalham horas e horas em cima de uma bicicleta, por exemplo? Se não são os adultos, em sua maioria, que realizam esse trabalho, qual seria o sentido em pensar mudanças? Nessa lógica de subordinação onde cada agente social acaba desempenhando seu

papel dentro da estrutura, trabalhar doze horas por dia em cima de uma bicicleta estaria de acordo com a faixa etária dos sujeitos jovens, homens e pobres, já que supostamente possuem a energia suficiente para usar o seu corpo como combustível. Esse imaginário social é reforçado justamente pela forma hierárquica da relação jovem/adulto, se sustentando no princípio de incompletude dos jovens, que seriam considerados indivíduos ainda não total e satisfatoriamente preparados para viver o mundo público (PIMENTA, 2015, p. 90).

Portanto, ser jovem em nossa sociedade é trabalho, luta e resistência. E isso se reafirma e se espacializa a partir das análises de gráficos e estatísticas que nos dizem que é o jovem que sofre mais com o desemprego, com as mortes violentas e os que somam a maior população carcerária do Brasil. E essa realidade se intensifica para sujeitos específicos, marcados por sua cor/raça, gênero, orientação sexual e classe. O senso comum de que a vida do jovem é só lazer e tempo livre não parece ir de encontro com a realidade. São os jovens, principalmente os de periferias, que são mais atingidos pela drástica redução do trabalho protegido, pela informalidade, pelo desemprego, pela uberização e pela falácia do empreendedorismo como única saída e do trabalho "por conta própria".

Mas o que vemos também é que diante de toda essa realidade, o jovem não está parado, imóvel, assistindo toda essa precarização de braços cruzados, só esperando que um dia as coisas melhorem. Mesmo diante de todos os entraves existentes às organizações coletivas, os jovens se inserem ativamente em organizações que reivindicam por melhores condições de vida e de trabalho para a população. Um exemplo é o movimento dos Entregadores Antifascistas, composto por jovens pobres, altamente expostos

à violência urbana, a acidentes e assaltos, que colocam em risco diariamente seus únicos instrumentos de trabalho - o corpo, a bicicleta (ou moto) e o celular. São jovens que lutam pelo mínimo: pelo fornecimento de alimentos e pelo pagamento das ferramentas de trabalho por parte da empresa dona do aplicativo. São jovens que estão reconhecendo que não são empreendedores e sim força de trabalho, que sem eles, os aplicativos não funcionam. São jovens que estão se comunicando entre si, demandando, saindo da invisibilidade, aprendendo mutuamente, lendo, propondo projetos de lei e tecendo redes de solidariedade e de trocas de informação.

Portanto, os jovens se relacionam com o mundo de forma ativa na medida em que o estar nele e com os outros exige sua necessária apropriação, transformando e edificando a si, ao outro e ao próprio mundo (CASSAB, 2020, p. 241). Sendo sujeitos ativos e participantes do mundo, os jovens devem ter seus projetos, anseios, experiências e direitos considerados e levados particularmente em consideração nas políticas socioespaciais. Para além disso, o jovem também precisa cada vez mais de representação em importantes espaços de poder e de tomadas de decisões, pois isso o confere "direito a ação e ao projeto, dando-lhes intencionalidade em suas práticas no/pelo/sobre o mundo" (CASSAB, 2020, p.242).

Termino o ensaio com algumas palavras de Paulo Freire (2011, p.87) que falam por si só acerca da situação de ser jovem no Brasil: É imperioso mantermos a esperança, mesmo quando a aspereza da realidade sugira o contrário. É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir

atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.

## Referências

CASSAB, Clarice. **Cidade estranha: sabes que existo? O jovem como sujeito e a cidade que ensina**. In: FERNANDES, Maria Lígia Bueno (org). Geografia das crianças, dos jovens e das famílias. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 2020

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Jovens escolares e sua Geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade**. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org). A cidade e seus Jovens. Goiânia: Editora da PUC Goiás. 2015.

DUARTE QUAPPER, Claudio. **Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción**. Última década., Santiago, v. 20, n. 36, p. 99-125, jul. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-22362012000100005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362012000100005&lng=es&nrm=iso)>. acesso em 10 out. 2022. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362012000100005>.

FEIXA PAMPOLS, C. **De joves, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel, 1998a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Os jovens de Porto Alegre: da escola para a cidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/osjovens-de-porto-alegre-da-escola-para-a-cidade/> Acesso em: 18 out. 2022.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 1, p. 84- 104, 27 abr. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16934> Acesso em: 18 out. 2022.



# A CIDADE E AS JUVENTUDES: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA URBANA NA PERIFERIA PARA JOVENS CATADORES

Cheila Basso

Álvaro Luiz Heidrich

## INTRODUÇÃO

Tendo em consideração a pluralidade das formas com que a juventude vivencia a sua **condição**, buscamos discutir neste texto um aspecto sobre a desigual relação com o espaço, a construção de identidades individuais e coletivas, assim como de territorialidades, e os desafios que se apresentam a jovens de periferia urbana. Certamente ser jovem catador de materiais recicláveis é uma **condição** particular de viver a juventude e nos parece um campo importante a ser destacado quando se fala da produção do espaço e das relações das sociedades com o espaço urbano. Assim, considerando uma investigação já realizada (BASSO, 2018) junto a uma associação de catadores de materiais recicláveis na cidade de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, apresentamos a seguir algumas reflexões em torno do que significa viver na **condição** de habitante de periferia urbana e de jovem (catador) com a necessidade de gerar renda nos interstícios das oportunidades – ou chances – econômicas.

## JUVENTUDES E IDENTIDADES

Pensar as juventudes em sua relação com os espaços da cidade evoca uma série de elementos que precisam ser considerados se buscarmos produzir análises que contemplem a complexidade do processo de viver a juventude. Queremos assim propor reflexões que atentem às desigualdades nas condições de ser jovem na sociedade contemporânea na relação com o espaço urbano e com a produção de identidades e territorialidades. Nosso olhar volta-se para como uma parcela do espaço urbano periférico é vivido e experimentado pelos jovens que nele têm seu cotidiano estabelecido, circulam e trabalham.

A literatura sobre o tema nos mostra que o campo da juventude se apresenta polissêmico (CAVALCANTI 2013; 2015; ABRAMO, 1994; 2005; GAMALHO, HEIDRICH, 2012; TRANCOSO e OLIVEIRA, 2016). A visão da sociedade ocidental compreende a juventude como uma fase de transição no ciclo da vida que vislumbra o mundo do trabalho, porém compreendemos que esse universo é muito mais amplo e complexo. A juventude se insere num processo identitário que se relaciona a uma gama de potencialidades na diversidade do que significa ser jovem. Esses indivíduos são também filhos, estudantes, trabalhadores e nessas diferentes faces de sua identidade produzem espacialidades.

Em consonância com Appiah (2016), destacamos que as identidades são socialmente construídas e transformadas ao longo do contexto histórico e das conseqüentes significações e sentidos atribuídos a elas. Têm, portanto, um caráter subjetivo que exerce influência nas experiências individuais e coletivas. Nessa abordagem são incluídos diferentes rótulos que delineiam as identidades, como questões de gênero, raça, religião, filiações políticas,



profissões, entre outras. Esses aspectos incluem normas e identificações subjetivas, o que em nosso entendimento abarca o campo das juventudes enquanto construção social, histórica e cultural (ABRAMO, 1994), além de ser uma ampla categoria de análise (CAVALCANTI, 2013).

Nesse sentido, as noções de Abramo (2005) de **condição** e **situação** juvenil se encaixam como importantes chaves de análise. O conceito de **condição** juvenil se refere às formas com que as sociedades atribuem significado às juventudes, enquanto a ideia de **situação** juvenil busca colocar em relevo os modos concretos de viver a **condição** juvenil. Esses entendimentos também dialogam com a ideia de moratória social de Margulis e Urresti (1996), que se refere à possibilidade de adiar algumas exigências sociais, como o trabalho, por exemplo. Isto traz, contudo, a constatação de que numa sociedade altamente desigual são diferentes as alternativas de viver a juventude, em especial para os jovens das camadas populares, impedidos que estão de vivenciarem tal tempo de moratória. Ou, pelo menos, de virem-se obrigados a combinar a necessidade de gerar renda junto a intermitentes ou ocasionais possibilidades de experimentarem situações de não-trabalho.

Essas são, portanto, considerações importantes para tratar das situações, que são plurais. A partir dessas concepções, podemos refletir acerca das particularidades das experiências juvenis em seus diversos pertencimentos que irão permear as vivências no espaço, influenciando na produção de territorialidades.

## JUVENTUDES NA PERIFERIA URBANA

O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) apresenta os jovens enquanto sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares, o que nos mostra a complexidade dessa categoria, para além de uma divisão etária. Nesse universo também se inclui o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude. Além de englobar direitos básicos como educação, saúde e cultura, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013, p.33) em seu artigo 31º frisa o direito das juventudes ao território e à mobilidade:

O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. *Parágrafo único.* Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.

Diante desse cenário observa-se a tensão entre a realidade colocada pela legislação com o que é vivido no espaço banal (SANTOS, 2000) pelas juventudes periféricas. O espaço da cidade, além de uma delimitação física, constitui-se como um espaço simbólico onde se evidencia uma “coesão social específica”, propiciando as dinâmicas sociais que são orientadas pelas interações estabelecidas entre os indivíduos envolvidos. Ela também é uma comunidade humana, uma coletividade territorial, uma população estabelecida de maneira mais ou menos duradoura cujos membros mantêm relações de interdependência (LEDROUT, 1968). Nesse sentido, as cidades podem ser lidas como espacialidades onde ocorrem os processos de ex/inclusão, segregações espaciais e as transformações sociais (LIBERATO,

2009, p. 85-86). Essa realidade vista de forma mais concreta no espaço urbano impacta sobremaneira nas formas de uso e apropriação do espaço.

A noção de apropriação do espaço, tanto pela formulação original de Lefebvre (2013), como pelo sentido comumente adotado pelos geógrafos (DI MEO; BULEON, 2007) nos permite considerar as formas de uso associadas ao que é vivido pelos sujeitos, seus grupos, ritmos e práticas. Considerando, como na versão bem aceita pelos geógrafos, de ser o território o resultado da apropriação do espaço, são eles espaços de pertencimento e identidades coletivas, os quais possuem tramas tecidas nas relações de poder, que envolvem tanto manifestações formais - jurídico-políticas - como vividas - tecidas pelas práticas espaciais cotidianas (HEIDRICH, 2021). Desta forma, a produção de territorialidades (uma qualidade de território) e toda a dinâmica envolvida nesse processo, incluindo os conflitos, não podem ser tratadas isoladamente e independente das estruturas sociais (GIDDENS, 2009).

Assim, ao refletir sobre a produção de territorialidades pelas juventudes das periferias urbanas não podemos desconsiderar seus desafios no espaço urbano, seja em termos de acesso como circulação. Compreendemos que as periferias das cidades onde vivem esses atores, se configuram, não pela sua simples localização nesse espaço, ou seja, “a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade” (SANTOS, 1979, p. 229). Os sujeitos que vivem nesse espaço experimentam a própria “**situação periférica**” (SANTOS, 1979), o que se apresenta como um grande desafio para o exercício da cidadania.

A fim de agregar mais elementos nesta discussão, seguem comentários sobre investigação realizada junto a uma associação de catadores de materiais recicláveis no espaço urbano de Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, com a qual se teve o propósito de refletir sobre as condições de vida e trabalho desses sujeitos e analisar seu espaço de trabalho e aspectos de sua apropriação (BASSO, 2018). O grupo de trabalhadores era formado por dezenove pessoas com idades de 19 a 53 anos, o que permitiu identificar nítida divisão geracional e, distintas trajetórias de vida e trabalho. Desses associados, nove encaixavam-se na faixa etária entre 19 e 30 anos. A baixa escolaridade é uma característica dos sujeitos de maneira geral, porém foi nesse subgrupo que se identificaram participantes que declararam ter chegado até o ensino médio, ainda que apenas dois deles tenham completado esse ciclo.

A pesquisa foi realizada junto à unidade de triagem da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (Arcan), espaço localizado no bairro Progresso, município de Erechim, na região do Alto Uruguai<sup>1</sup>.

Alguns estudos já se dedicaram a compreender a realidade desse bairro periférico (BENINCÁ, 2006; SCOLARI, 2006), que se caracteriza pela elevada densidade populacional<sup>2</sup> e vulnerabilidade social de seus moradores, cujo padrão construtivo das habitações é usualmente precário.

---

<sup>1</sup> A Região Alto Uruguai se localiza no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, sendo composta por trinta municípios.

<sup>2</sup> De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população do bairro Progresso era de 3.716 habitantes.

Fotografia 1 - Vista parcial do bairro com o pavilhão da Arcan em  
terceiro plano



Fonte: BASSO, 2018.

Fotografia 2 - Casa de uma das associadas da Arcan



Fonte: BASSO, 2018.

Nota: Foto produzida pela associada.

Esse bairro é alvo de forte estigma, concepção difundida com frequência pelos habitantes de diversos outros bairros da cidade e que muitas vezes não possuem contato direto com o lugar. São comuns nos meios de comunicação a veiculação de notícias relatando a realidade permeada pela violência.

Os trabalhadores da associação destacam as vivências relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica, como a precariedade da oferta de serviços de saúde, segurança, entre outros. Nesse contexto, há a presença concreta da violência e falta de segurança no espaço do bairro onde vivem e trabalham. Os relatos indicam que os espaços de lazer, como as praças, sofrem constantes depredações e são frequentemente ocupadas pelo tráfico de drogas, o que impede que esses locais destinados ao lazer e socialização sejam usufruídos de modo efetivo pela comunidade. Ainda nessa realidade, observa-se que esses sujeitos, de modo especial os mais jovens, desconhecem a cidade para além de seu bairro. E, nas poucas oportunidades que estão em outros bairros, como o centro da cidade, relatam sofrer preconceitos por serem provenientes de um bairro periférico e estigmatizado.

Entendemos tratar-se de uma conjuntura associada à noção de pobreza contemporânea (SAWAIA, 1999), que abarca sujeitos das camadas populares que vivem reflexos da deficitária inserção no mercado de trabalho. São grupos que vivem sob a lógica de privação de “poder de ação e representação” (SAWAIA, 1999, p. 23). É um cenário que se encaixa também com o que Bourdieu (1997, p. 159) aponta quando se refere à existência de realidades marcadas fortemente por uma “ausência -

essencialmente a do Estado, e de tudo que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc.”

Esses aspectos também impactam os projetos de futuro desses sujeitos. Nessa investigação, identificamos que entre os jovens há um sentido de provisoriedade quanto à ocupação de catador, sendo frequentes os discursos como “se pagar melhor” saíam da associação, uma vez que observamos que seus laços de pertencimento ainda estão sendo firmados, considerando seu menor tempo de associação. Além disso, a informalidade e todos os reflexos que dela decorrem, é um fator marcante. Os catadores são trabalhadores que não contam com direitos trabalhistas de nenhuma ordem, o que traz muitos questionamentos quanto às possibilidades de futuro. Porém, muitos desses apontam o desejo de concluir o ensino médio na expectativa de colocarem-se no mercado de trabalho, sendo que alguns já buscaram por agências de emprego. Ainda assim, esses jovens catadores não expuseram planos estruturados quanto a seus projetos de futuro, realidade a qual entendemos estar associada a todos os desafios entrelaçados em sua realidade de vida.

Mesmo essa “escolha” profissional atual de catador é um aspecto que não se descola da **situação** juvenil desses atores, uma vez que grande parte deles passou a trabalhar na associação por intermédio de seus familiares que já trabalhavam no local. São famílias que vivem sob condições de vulnerabilidade socioeconômica, **situação** que tem se propagado entre pais e filhos e que encontram nessa ocupação uma maneira de garantir a sobrevivência.

Essa realidade pode ser tensionada com a moratória social que, para esses jovens trabalhadores acaba sendo vivida em interface às desigualdades. Destacamos esse aspecto tendo em vista que, pelos nossos achados, esses

jovens não viveram o momento de “intervalo” entre o ensino médio e o mercado de trabalho. Inúmeros são os fatores que provocaram a evasão escolar entre esses sujeitos, direcionando-os para o trabalho, ainda que precarizado, de modo a buscar pela sobrevivência. Tampouco trata-se de uma moratória de espera enquanto obtêm formação, pois necessitam estar engajados em atividades para suprirem necessidades básicas.

A partir disso, compreendemos que, para esses indivíduos as oportunidades são reduzidas no campo profissional, fazendo com que tenham suas vidas conduzidas pelos chamados “fios invisíveis” (BOURDIEU, 1997). Essa expressão ilustra “as cadeias sociais” que faz com que os catadores “‘joguem um jogo cujas regras ignoram’, que os levaram a desenvolver as disposições necessárias ao exercício de um papel [...] desvalorizado” (MATTOS, 2009, p. 175).

São condições que, em nossa interpretação, farão com que esses sujeitos tenham uma maneira diferenciada de se relacionarem com o território ao conviverem com essas ausências, ajustando-se econômica e socialmente a essa **condição**. São aspectos que precisam ser considerados quando lemos as múltiplas realidades do espaço urbano e estabelecemos relações com as situações juvenis, também plurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que comunidades periféricas no meio urbano brasileiro são permeadas por fenômenos sociais de configuração muito próximas às que destacamos. Nesses espaços vivem significativas parcelas da população pertencentes às camadas populares que convivem com muitos desafios. Esse contexto de ausências está diretamente ligado à relação desses atores com o



espaço, que imprimem suas marcas a partir de filtros como o pertencimento socioeconômico e a cultura, o que vai traduzir-se em valores simbólicos, materiais do coletivo forjando seus lugares e territórios. As juventudes estão incluídas nessa dinâmica e também produzem suas espacialidades em relação com as estruturas sociais.

O que vivenciam, que está inscrito em seus corpos memórias transferem-se a seus espaços vividos. Marca-os como feição de territórios, fazendo com que se expressem por cotidianos não consolidados, incertos em perspectivas, ausentes de direitos e sonhos de poderem pertencer a situações melhoradas. Participar do mercado de trabalho formal, de poderem optar. Portanto, de reconstruírem suas identidades.

A partir das reflexões que expusemos, compreendemos ser necessário destacar a importância que novas pesquisas em geografia e em ciências humanas têm no sentido de contribuir para produzir caminhos que contemplem as demandas das juventudes no acesso ao espaço urbano. Aliado a isso, há a necessidade de fomentar políticas públicas que busquem a garantia de oportunidades de melhorias das condições de vida, trabalho e acesso à educação, possibilitando diversas formas de emancipação. Porém, essas propostas de pesquisas e políticas públicas precisam levar em consideração as singularidades e potencialidades nas condições de ser jovem, de modo a diminuir as distâncias sociais e contribuir para a garantia do direito à cidadania. Para isso, entendemos ser essencial pesquisar com as juventudes, envolvendo-as ativamente nesse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis**. São Paulo: Scritta; ANPOCS, 1994.
- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. Freitas. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-35.
- APPIAH, K. A. “Identidade como problema”, In: SALLUM Jr., B.; SCHWARCZ, L. M.; VIDAL, D.; CATANI, A. (Orgs.). **Identidades**. São Paulo: EdUSP, 2016, p.19-32.
- BASSO, C. **O trabalho dos catadores de materiais recicláveis e sua tessitura na relação com o espaço: um estudo na cidade de Erechim/RS**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, Erechim, RS, 2018.
- BENINCÁ, D. Reciclando a (des)ordem do progresso. **ARCAN: uma alternativa sócio-ambiental**. 2006. (Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: Pierre Bourdieu (org.) **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

**BRASIL. Estatuto da Juventude. Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

CAVALCANTI, L. de S. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], n. 35, p. 74–86, 2013. Disponível em:  
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171>.

CAVALCANTI, L. de S. Jovens escolares e sua Geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org). **A cidade e seus Jovens**. Goiânia: Editora da PUC Goiás. 2015.

DI MEO, G. ; BULÉON, P. **L'espace social : Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007.

GAMALHO, N. P. HEIDRICH, A. L. “A gente é da vila, mas não é bandido!” O lugar e a juventude nas representações sociais dos jovens do bairro Guajuviras - Canoas/RS - Brasil. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2012.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HEIDRICH, A. L. “A mediação dos vínculos territoriais para a construção coletiva de espaços do viver”, In: CATTANEO, D.; CAMARA, M. A.; SILVEIRA, R. F. (Orgs.). **Geografias das r-existências**. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021, p. 62-86.

LEDRUT, R. **El espacio social de la ciudad**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1968.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LIBERATO, R. de C. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos: o caso de Belo Horizonte**. 2009. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. “La juventude es más que uma palavra”. In: MARGULIS, M. (editor). **La juventude es más que uma palavra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 13-30.

MATTOS, P. A dor e o estigma da puta pobre. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 173- 202.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido, os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SCOLARI, R. M. D. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do Município de Erechim (RS).** (Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João Del Rei, v. 11, n. 2, p. 278-294, dez. 2016. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082016000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200002&lng=pt&nrm=iso)



## GÊNERO E JUVENTUDES

Daniela Fernandes

Como dito por Peralva (1997) as faixas etárias na construção social da modernidade são muito além do desenvolvimento natural do ser humano. Elas são determinadas e diferenciadas muitas vezes por características sociais adquiridas pelos indivíduos. A autora fala sobre como a criança e o jovem sempre tiveram seu papel atrelado ao de “ser educado”, tendo essa característica como o maior marco social desta faixa etária, e, ao adentrar no mercado de trabalho é marcado o fim desse período, iniciando a fase adulta. A juventude, portanto, é uma construção social e categoria administrativa e jurídica do Estado, baseado em padrões de comportamento designados para determinada faixa etária.

Além disso, essas fases da vida são socialmente hierárquicas entre si. “O velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida.” (PERALVA, 1997, p. 18). Sendo assim, juventude é muitas vezes atrelada ao que não respeita a norma, que se abstém das regras e costumes. Independente da esfera social que esta afirmação se encaixa, ser jovem é intrínseco ao desvio. Contudo, esse comportamento de necessariamente evitar costumes tradicionais e criar costumes que façam mais sentido a sua vida traz ao indivíduo jovem o sentimento de culpa e erro, e mesmo que, a vida do jovem

não seja diretamente fora dos padrões, a sua existência na juventude já é marcada pela representação do desvio (PERALVA, 1997).

Por outro lado, existem outras características determinadas à juventude. A insegurança, é uma delas. O jovem é visto socialmente como um ser inseguro, muitas vezes medroso, esses sentimentos normalmente ligados à figura do adulto, e a dificuldade de controlar sua trajetória de vida. Essas características se enraizaram socialmente na representação que a juventude tem dentro da sociedade. Além disso, a relação da sociedade com os jovens sempre será marcada por uma relação de dificuldade enquanto a geração de adultos tentar tratar e entender a geração jovem de determinado período histórico como se fosse a sua própria juventude. As características e comportamentos das fases da vida se alteram e se desenvolvem de acordo com o desenvolvimento da sociedade ao longo dos anos (PERALVA, 1997).

Contudo, Peralva (1997), traz que, a partir das últimas décadas, é possível notar diferenças em como o jovem é visto pela sociedade. Muitos fatores sociais contribuíram para isso, como por exemplo as leis de aposentadoria, que acabam tirando as pessoas mais velhas do mercado de trabalho e gerando mais espaço para jovens. Porém fatores biológicos também contribuíram para isso, com o aumento da expectativa de vida, por exemplo. “O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente” (PERALVA, 1997, p. 23).

Outro conceito importante para a discussão é o conceito de território. No texto "A evolução do conceito de território" de Jean Gottmann (2012), é possível absorver que território pode ser “a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de



certa autonomia” (GOTTMANN, 2012, p. 523). Contudo, seu conceito vai muito além do relacionado ao Estado e suas fronteiras. O território é um termo muito utilizado na Europa desde o século XIV para definir a o poder governamental ou os limites de comércio dos reinos, feudos, etc. O papel do conceito de território alterou-se muito ao longo dos séculos, este, é um conceito mutável, porém é necessário definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é compartimentado e organizado através de processos políticos. Esses processos políticos que administram o território devem sempre levar em conta as características particulares do espaço geográfico. O conceito de território com a sua função mais propriamente militar ou baseado no princípio de expansão do Estado foi perdendo força ao longo dos séculos, e a função do território foi se adequando ao passo que a sociedade evoluiu. Mesmo assim, o território permanece uma preocupação fundamental da política contemporânea, é a essência do conceito que muda, novos princípios agora guiam a organização do território (GOTTMANN, 2012).

Com o desenvolvimento do processo de globalização e a emergência de uma concentração do domínio econômico internacional, o conceito territorial evoluiu na direção de uma função econômica e cultural. O valor do território é reduzido a questões de organização territorial pelas pessoas.

“A tecnologia apaga muito dos efeitos apartadores da distância (...) mas ela permite agora que as comunidades possam controlar as habilidades necessárias para remodelar uma considerável extensão dos aspectos físicos e econômicos de um ambiente regional.” (GOTTMANN, 2012, p.542).

A partir disso, o território passa a ser um conceito usado para buscar o bem-estar do povo que o ocupa. A evolução do conceito agora dá ênfase ao povo e sua organização como o corpo político (GOTTMANN, 2012).

Com isso, chega-se à conclusão de que o conceito de território na atualidade é necessário para preservar a liberdade e a diversidade de comunidades distintas em um espaço. A função social é mais relevante. “O espaço puro, entretanto, é dificilmente capaz de recuperar seu significado anterior, com a presença de uma tecnologia que expande a acessibilidade do espaço a todos os níveis” (GOTTMANN, 2012, p. 543).

Logo, uma discussão muito importante acerca desta nova maneira de enxergar o conceito do território é falar sobre território decolonial. O conceito de território decolonial para a América Latina proposto por Haesbaert (2021) se difere muito do conceito europeu imposto por muitos anos à geografia. Desvinculado do Estado-nação, o território compreende muito mais do que um espaço com fronteiras e um governo soberano. É algo muito mais complexo e completo, englobando desde o corpo, até territórios multilocalizados determinados por grupos étnico-sociais.

Trazer o corpo como algo indispensável para a compreensão do espaço é algo que, para uma geografia pautada na decolonialidade é evidente. Tanto a discussão do gênero, quanto a discussão étnica e racial são imprescindíveis para compreender o que é chamado de território-corpo, ou corpo-território. O corpo é território, se comporta como um em diversos aspectos, produz territorialidades. O corpo feminino, por exemplo, ao longo da vida muitas vezes sofre diversas tentativas de desterritorialização, de apropriação. Por isso que, a emancipação dos corpos, femininos, negros, indígenas, e outros

corpos diversos, é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade decolonial e independente (HAESBAERT, 2021).

Em uma produção um pouco mais antiga, Haesbaert (2004) fala sobre múltiplos territórios e multiterritorialidade. Os múltiplos territórios seriam: “territorializações mais fechadas”, que associam o poder político com a cultura homogênea de um povo, sem ter diversidade identitária e outros territórios no seu espaço; “territorializações político-funcionais mais tradicionais”, existe multiplicidade cultural porém todos submetidos a um Estado unificador; “territorializações mais flexíveis”, que admitem existir múltiplos territórios dentro de um maior com funções distintas; e “territorializações efetivamente múltiplas” que seriam realmente “multiterritorialidades” formadas por diversos grupos que dentro do mesmo espaço desenvolvem seus próprios territórios em conexão, com diversas identificações e funções.

A multiterritorialidade, portanto, é a existência de diversos territórios hierarquizados dentro de um maior, territórios articulados em escala. Ou seja, além de existir uma diversidade quantitativa de territórios, há também uma multiplicidade de funções desses territórios que associados, satisfazem as necessidades da população (HAESBAERT, 2004). “A realização da multiterritorialidade contemporânea, fica evidente, envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede.” (HAESBAERT, 2004, p. 16).

Tendo essas discussões, a disciplina trouxe o tema da juventude na cidade. Cavalcanti (2015) afirma que é intrínseco à vida do jovem a realização de práticas espaciais, e que compreender a cultura como o conjunto de práticas e comportamentos que simbolizam o pertencimento a

determinado grupo é um fator imprescindível para os estudos sobre a juventude. A autora traz também como os jovens se utilizam de diversos artifícios para se expressar e se identificar em grupos, como sendo um deles, o corpo. O corpo e suas manifestações, os espaços em que frequentam e seus interesses, faz com que os jovens se organizem em grupos e criem seus próprios territórios nos espaços da cidade.

Essas ações são práticas espaciais. Modificam e modelam a dinâmica de certos espaços da cidade, a juventude é um agente modelador do espaço urbano. Dentro da cidade os jovens “criam demandas, compõe paisagens, estabelecem relações (sempre abertas), imprimem identidades, e dão movimento aos lugares (...)” (CAVALCANTI, 2015, p.20). A juventude é capaz de promover fenômenos e dinâmicas no espaço urbano que são realizadas apenas por ela mesma. Cada território apropriado por grupos culturais jovens movimenta a economia, a política, a arte, a educação, e diversos outros aspectos do espaço urbano de acordo com seus interesses, necessidades, e situações.

Tendo isso em vista é importante trazer um relato de um trabalho de campo realizado com o objetivo de observar os comportamentos da juventude no espaço urbano. O trabalho foi uma caminhada observadora pelas ruas principais do bairro Cidade Baixa, da cidade de Porto Alegre - RS, bairro esse, que é majoritariamente frequentado por jovens, onde se concentram inúmeros estabelecimentos voltados para esse público, principalmente restaurantes, bares e baladas. A atividade aconteceu em uma sexta-feira à noite, horário e dia de maior concentração da juventude nas ruas. Durante a caminhada foi possível perceber diversos grupos identitários se organizando em diferentes espaços do mesmo bairro. Claramente o bairro

era um lugar de encontro e confraternização de jovens, e pelo percebido, a maioria jovens universitários de classe média/média-baixa. Contudo, foi possível perceber que mesmo dentro do mesmo território (bairro) haviam diferentes e diversas territorialidades de grupos distintos frequentando lugares distintos. Havia lugares em que se percebeu a concentração maior de grupos da população LGBTQIA+, por exemplo, outros lugares conseguia se perceber que provavelmente eram estabelecimentos com valores elevados e que os grupos que frequentavam tinham maior poder aquisitivo, outros o contrário, eram mais simples e aparentavam ser mais acessíveis, alguns se notava maior concentração de mulheres, dentre outras diferenciações.

Além disso, durante a observação, ficou muito evidente a confirmação do que foi dito no texto de Cavalcanti (2015) acerca da utilização do corpo como modo de identificação, expressão e demarcação de território. Jovens com características como tatuagens, piercings, cabelos coloridos, roupas de estilo semelhante e outras modificações corporais foram bastante observados. Percebeu-se também a existência de grupos de pessoas negras também demarcando seus territórios de ocupação e modelagem do espaço urbano. O pixo também foi um fator bastante marcante na observação. A utilização do spray para fazer desenhos e palavras muitas vezes contendo críticas sociais e políticas é uma característica extremamente importante das práticas espaciais juvenis.

Outro ponto marcante foi a percepção de que os jovens frequentadores do local tinham, em grande maioria, escolhas políticas de esquerda. No momento da atividade de campo, o país estava em período de campanha eleitoral, e com isso, pode-se perceber um número muito expressivo de jovens com adesivos e bandeiras de candidatos e esquerda,

muitos pontos de campanha desses candidatos pelas ruas do bairro e inúmeras manifestações, de diversas naturezas, contrárias aos candidatos de direita.

A partir disso, pode-se concluir que o trabalho de campo foi extremamente enriquecedor e importante pois foi possível perceber na prática diversos modos que a juventude se territorializa, demarca seu território e modifica o espaço da cidade, sempre de acordo com suas particularidades e identificações. Foi possível ver como a juventude é realmente um grupo cultural dentro do espaço urbano, e como muitas de suas atitudes e comportamentos, são, além de tudo, formas de resistência da sua existência como grupo social.

Todas essas observações permitiram perceber como esses conceitos se aplicam não somente em fenômenos protagonizados pelos jovens, mas muitas vezes também em situações com outros grupos marginalizados também. A partir disso, é trazido a relação do que foi discutido acima, com outra pesquisa em andamento que se propõe a identificar quais regiões gaúchas em que as mulheres têm melhores e piores condições de direito à cidade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres em 2018, eram 51,7% da população. Porém mesmo sendo mais da metade da conta populacional do país, ainda assim, devem ser consideradas como uma minoria social pela imensa opressão que se sofre por conta da cultura patriarcal instaurada na sociedade há uma temporalidade quase incontável.

Ademais, a constituição machista da sociedade brasileira, causa, até hoje, muita violência e sofrimento para as mulheres que residem e ocupam

esta cidade. O estado do Rio Grande do Sul não é uma exceção ao país. Segundo um boletim da Universidade Católica de Pelotas, mais de 46% das comerciárias de Pelotas já sofreram algum tipo de assédio ou violência sexual em ambiente de trabalho. Destas mesmas mulheres que afirmaram ter sofrido assédio ou violência sexual, 66,6% delas sofreram esse tipo de abuso no período de apenas um ano, e, 36% já sofreram isso três ou mais vezes. Além disso, 34% das mulheres pelotenses que utilizam transporte público já sofreram assédio no mesmo, tanto verbal quanto físico (CHIES, DUARTE, MADRUGA, 2019). Com esses dados em vista, fica evidente a necessidade de saber quais as cidades do Rio Grande do Sul que são melhores e piores para as mulheres viverem, e como estas se sentem em relação às cidades onde vivem.

Relacionando o tema da pesquisa com o que foi discutido nas aulas, pode-se dizer que assim como a juventude, as mulheres quando têm seu direito à cidade violado, muitas vezes se organizam em grupos de interesses comuns e em espaços favoráveis para assim poderem realizar suas práticas espaciais e modelar o espaço urbano. Ambos os grupos, que inclusive diversas vezes se interseccionam, criam seus próprios territórios, se expressam em grupo e fazem disso sua forma de existência. Discutir sobre esse tipo de territorialização, enriqueceu muito minhas ideias para o desenvolvimento da pesquisa e das discussões dos lugares de resistência dessas mulheres.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Jovens escolares e sua Geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade**. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org). *A cidade e seus Jovens*. Goiânia: Editora da PUC Goiás. 2015.

CHIES, Luiz Antônio, DUARTE, Flávia, MADRUGA, Mariana. **Assédio Sexual no setor do comércio em Pelotas: violência e silêncio imposto às mulheres**. Boletim técnico 002/2019. Universidade Católica de Pelotas. 2019. Disponível em: <http://gitep.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2019/03/Boletim-Tecnico-2019002-Comerci%C3%A1rias.pdf> Acesso em: 16 de nov. 2022

GOTTMAN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n. 3, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em: 31 mai. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021. Livro digital, PDF Arquivo Digital: descarga ISBN 978-987-722-832-8



PERALVA, Angelina. **O Jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação, n. 05, 1997. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442\\_1175\\_a\\_bramowendel.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_a_bramowendel.pdf) Acesso em: 31 mai. 2022



# LUGARES EM MOVIMENTO E LINHAS DE ESPACIALIDADE DAS JUVENTUDES: CONVERSÇÕES QUE PRODUZEM ABERTURAS NA DOCÊNCIA-PESQUISA EM GEOGRAFIA

Davi Gandolphi

Antonio Carlos Castrogiovanni

**Considerações iniciais sobre os jovens para os quais ensinamos e com os  
quais aprendemos Geografias diversas**

"[o espaço] está sempre sendo feito e sempre, portanto,  
em certo sentido, inacabado (contanto que "acabado"  
não esteja na agenda)"

Doreen Massey (2008, p. 160, inserção nossa).

Este artigo é fruto de diversas discussões propiciadas por grupos de pesquisa e disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da UFRGS, especialmente a disciplina *Juventudes e Territórios: cidade, espaço e violência*, encaminhando-nos para questionar: como a noção de lugares em movimento pode ajudar os professores de Geografia a compreenderem as juventudes para as quais ensinamos e aprendemos Geografias diversas? Inicialmente, é imprescindível que o professor de Geografia saiba quem são esses jovens e quais são os espaços onde eles constroem suas identidades, seus espaços vividos. Não podemos generalizar as juventudes (FEIXA,1998), pois não são apenas um signo cujos atributos

estão em todos os grupos sociais, afinal, as possibilidades de se ser jovem variam de acordo com a idade, a geração, a renda, a classe social, o marco institucional e o gênero, variações que demonstram, por exemplo, a ocupação do espaço da cidade por “circuitos”.

Assim, o conhecimento das culturas juvenis (PAIS, 1994) pode indicar ao professor de Geografia como as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente, no espaço geográfico, mediante a construção de estilos de vida distintos, localizados no tempo de lazer ou em espaços formais. Conforme discutimos nos encontros da disciplina, as microsociedades juvenis possuem graus significativos de autonomia em relação às instituições adultas, que surgem em espaços e tempos específicos. Mas quais seriam, portanto, esses territórios de construção de culturas juvenis?

### **Colocar em movimento as Geografias das juventudes: o lugar como um híbrido entre o universal e o particular, o hegemônico e o juvenil**

Quando constituímos uma coletividade, que forças nos permitem emergir com traços de singularidade e afirmar uma diferença? Trazemos este desequilíbrio pois foi quem nos acompanhou ao longo das discussões na disciplina e porque os conceitos de espaço, lugar e território estão diretamente vinculados às condições sociais que caracterizam as juventudes e forjam as culturas juvenis (OLIVEIRA, 2021). Afinal, as Geografias construídas pelas juventudes possuem suas próprias particularidades, embora dialoguem com o mundo. Pensamos que, ao mesmo tempo que as juventudes produzem a sociedade, são produzidas por ela, já que toda sua concepção de mundo é estabelecida por relações sociais. De uma forma

alinhada a essa proposição, quando Doreen Massey (2008) propõe *uma nova política da espacialidade* que não pode ser colocada em fechamento, sem movimento, a autora defende um espaço que opera sempre junto do tempo, sempre em vias de se desfazer e refazer, em abertura. Desse modo, Massey (2008) propõe o espaço menos como palco das ações humanas e mais como emaranhado das linhas de vida entre encontros e desencontros gerados por geometrias de poder. As juventudes, desse modo, partem de lugares singulares, o lugar do encontro, que não é delimitado por um perímetro, mas onde efetivamente as linhas de vida produzem nós; lugar da negociação, onde diferentes estórias entram em contato, se coletivizam e se singularizam, produzindo as espacialidades dessas juventudes. Lugar, por isso, em abertura.

Compreender um mundo constantemente transformado - também - pelas juventudes nos atenta para a importância da Geografia: porque essa postura carrega uma ética de enxergar a realidade na qual se vive e se age nessa realidade com consciência crítica e protagonismo. Com Cavalcanti (2012), propõe-se que o ensino de Geografia se alie a uma ética de se perceber na condição de sujeito no espaço, além de abstrair fenômenos que nele se dão e que são frutos de dinâmicas da vida. Aliamos esta proposição ao pensamento de Massey (2008), de que o espaço é indissociável do tempo, estando sempre em abertura, inacabado. Assim, nas aulas de Geografia, lidamos com o imprevisível, e nosso fazer docente pode ser o de não temer o inesperado, colocar-se frente a um mundo que se faz a cada segundo, inescapavelmente. Acreditamos em modos de operar com uma Geografia em movimento, levando as juventudes para fora, trabalhando esferas da atenção.

Lê-se o espaço geográfico à medida que se percebe um mundo do qual se faz parte, assim, o ensino de Geografia pode provocar as juventudes a tecer

seus espaços vivos, a exemplo do urbano e do cibernético, para entenderem o espaço geográfico dentro de um olhar próprio da complexidade. Com Santos (1996), entendemos que o espaço geográfico se configura no cotidiano. Para entendermos como os jovens produzem essa realidade cotidiana, precisamos de uma *educação da atenção*, na qual o que interessa está muito mais naquilo que se abre, no fora, do que em uma tentativa de inculcar para dentro do corpo-discente um certo conhecimento. A educação da atenção acompanha um mundo que é sempre incipiente, que não está pronto pois “[...] se encontra no limiar da emergência contínua.” (INGOLD, 2015c, p. 29). O que nos interessa ao refletir sobre a geografia das juventudes é, portanto, conhecer um mundo. Produzir uma espacialidade com linhas de vida. Levar essas linhas para passear e produzir algo que ainda não sabemos. Neste fazer docente-pesquisador, operamos com uma ética atenta aos efeitos das práticas educativas que propomos.

Sem cair nas tentações das fórmulas pré-fabricadas, buscar tentativas de encher a Geografia com sentidos, para que esta não seja aquela ciência dos espaços vazios, das tabelas que não dizem nada. Uma Geografia que ajude os jovens a ser em um mundo. Sabemos que não se pode estudar as juventudes apenas para saber como esse ou aquele grupo juvenil se comporta em seu tempo (OLIVEIRA, 2021). Freire (2018, p. 47) defende que um saber necessário à prática educativa é compreender que “[...] o meu discurso sobre a teoria deve ser o exemplo concreto, prático, da teoria”, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Ensinar Geografia não é despejar conceitos desprovidos de sentido, mas conceber esses conceitos em suas intensidades infinitas produzindo variações ao longo dos percursos de aprendizagem. O

ponto de partida é a vida de cada estudante, de cada jovem. A docência é o atrator caótico (KASTRUP, 2001) junto do qual os lampejos inventivos se produzem. O professor de Geografia trabalha na formação de leituras de mundo possíveis das juventudes. Um trabalho orientado tanto pelos conceitos da Geografia quanto pelas linhas de vida dos corpos discente e docente. Trabalhar com a espacialidade é, segundo Massey (2008), trabalhar com histórias – pois a autora entende o próprio espaço como "uma simultaneidade de histórias-até-agora" (p. 33).

Em aula, saberes pedagógico-didáticos e histórias do professor se entrelaçam com saberes e histórias dos jovens-discentes (CAVALCANTI, 2012). No espaço vivido cotidianamente por estudantes se faz mundos. Na vida há a produção do espaço geográfico. Em aula, professores de Geografia podem se valer da noção de lugar como possibilidade de potencializar estes emaranhados. Pois o lugar é onde as linhas de vida se encontram (INGOLD, 2015b); e é no lugar onde as diferentes histórias das juventudes se entrelaçam, afirmam suas diferenças, entram em negociação e propõem um modo de fazer espaço. No lugar-escola/aula, corpos discente e docente constroem suas relações com os outros, afetam-se e afetam o mundo.

Assumindo a condição de permanente devir do espaço, um ensino de Geografia aliado à *educação da atenção* (INGOLD, 2015c) e a uma espacialidade aberta (MASSEY, 2008) reconhece as mudanças *no* e *do* espaço geográfico, com vista à prática da cidadania pelas juventudes. Estas alianças, ao longo das práticas pedagógicas, podem ter um potencial de despertar uma vontade coletiva de se ler o espaço geográfico de maneira complexa. Articulamos, aqui, estas proposições com a defesa de uma *epistemologia da existência* da qual falava Santos (1996) ao defender como objeto de estudo da

Geografia o espaço banal, aquele de fato vivido, experienciado *no e pelo* corpo. O que nos interessa, aqui, não é o território em si mesmo, mas o seu uso cotidiano pelas juventudes. Neste sentido, Ingold (2015a) nos coloca a pensar em uma dimensão anterior àquela que separa o ser do mundo em que vive. O autor propõe uma radicalidade de nos lançarmos como constituintes de fato do mundo, e não corpos destacados de um grande corpo planetário, por não entender nem o mundo nem a nós mesmos como acabados, mas sim "cada um imerso com todo o nosso ser nas correntes de um mundo em formação" (p. 197). Assim, nos distanciamos de tentar entender um mundo como dado e de tentar capturar ou representar um todo deste mundo. Por isso, acreditamos neste modo de operar com o mundo, pois nos faz atentar ao micro, aos pequenos movimentos de uma ética para a Geografia.

Quando nos inserimos nas negociações de um lugar, quando nos aliamos às suas histórias para operar com uma Geografia em sala de aula, também não podemos tentar dar conta do todo, nem do todo aqui-agora. Trata-se mais, ao modo de Massey (2008, p. 226, inserção minha), de nos entrelaçarmos com "multiplicidade, antagonismos e temporalidades contrastantes [que] são a natureza de todos os lugares" para produzir linhas de fuga, escapar das cristalizações e dar movimento de leveza a corpos que, ao longo de uma formação, tendem ao enrijecimento. Se produzimos o espaço a cada movimento executado, que passemos a uma produção inventiva, sem medo do que foge do nosso controle. Defendemos, a partir das discussões da disciplina e por estas linhas de escrita, a afirmação do lugar no ensino de Geografia. Mais precisamente, a afirmação de um lugar em movimento, o lugar praticado pelas juventudes, fazendo nós e afirmando suas diferenças.



Pois é do lugar que se produz o global (MASSEY, 2008). Então, produzindo lugares para o encontro de pensamentos, podemos afirmar um modo de operar com Geografias diversas. Assim, partilhamos linhas de escrita para que o movimento prolifere.

### **Praticando com linhas e lugares: experimentações geográficas com o estudado.**

Encontramo-nos no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre (RS), pela necessidade de se (re)inventar coletivamente com as leituras propostas, e nos colocamos em aberto para experimentar com possibilidades, as quais ainda não conhecíamos, gerando novas perguntas para modos de fazer pesquisa-docência com Geografias juvenis. O desejo principal da deambulação *in loco* foi o de pôr corpo e pensamento em movimento. Não enxergamos dissociadas pesquisa e docência nem teoria e prática. Estas dimensões podem ser entendidas em um processo *dialógico* e *recursivo*, nos termos de Morin (2000). O *Pensamento Complexo* que este autor propõe se estrutura em sete princípios, entre eles o dialógico e o do círculo recursivo. “[...] a dialógica permite assumir racionalmente a associação de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo” (MORIN, 2000, p. 34). O estudo de caso do bairro Cidade Baixa nos permite experimentar as teorias propostas pela disciplina com “olhares de turista”.

A julgar pela divisão territorial do trabalho, notamos que os entregadores de comida por aplicativo, que passavam pelas ruas do bairro com suas bicicletas, em sua maioria, eram sujeitos do sexo masculino, variando entre jovens pretos e pardos. Pensamos em três problematizações, a partir desse recorte: a primeira é que boa parte desses jovens entregadores de

*Ifood* utilizavam bicicletas alugadas para realizarem o serviço de entregas (as bicicletas eram laranjas, marcadas com a logo *Itaú*). Essa realidade nos leva a refletir a característica de moratória social das Juventudes (DAYRELL, 2007): na atual fase do capitalismo financeiro-informacional, não parece ser possível a essas Juventudes postergarem as exigências do mundo do trabalho. Precisamos analisar a moratória social pela luneta da desigualdade socioespacial que marca as Juventudes no seu processo de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004). Desemprego e subemprego juvenis saltaram aos olhos neste entre-lugar que um bairro de lazer parecia ser a esses jovens trabalhadores dentro desta nova economia chamada *Gig Economy*.

A segunda problematização que trazemos diz respeito ao uso do território da Cidade Baixa recortado por ruas que demarcam a fronteira entre os jovens de classe média baixa e classe média alta: pensamos que tal fronteira demarcatória de duas “manchas” diferentes (MAGNANI, 1996, p. 41) pode se considerar o encontro entre as ruas Lima e Silva e República, que nos apresentam as muitas maneiras de vivenciar as juventudes na cidade. Para além dessa compreensão, ressaltamos o que Oliveira (2021) alerta sobre confundir as juventudes na cidade, suas presenças, ações e conceitos, com as juventudes da cidade, suas apropriações, seus espaços, lugares e territórios.

Por último, problematizamos a ocupação do bairro Cidade Baixa pelas juventudes vista por dois olhares antagônicos: o olhar de colegas que não conheciam o bairro e acharam sua movimentação pujante e o olhar dos demais colegas, registrando uma certa decadência de lugares históricos da Cidade Baixa, que deram espaço à construção de prédios de uso misto residencial-comercial. Impactou, especialmente, a repaginação do agora

chamado *Nova Olaria Residences*, o que representa uma perda de poder de lazer da Cidade Baixa para outras áreas urbanas, notadamente, a área gentrificada do 4º Distrito. Para onde vamos nós e a juventude que frequentava o “velho” Olaria? Ficamos obsoletos? Ou a cidade vai se reinventando conforme a demanda do capital especulativo, seduzindo essas juventudes não lineares?

Tais problematizações resultantes da deambulação pela Cidade Baixa são fundamentais para compreendermos a relação entre a metrópole e seus jovens, indicando como a sociedade contemporânea está se movimentando, pois “[...] é no espaço urbano que as relações sociais das juventudes se estabelecem em sua plenitude.” (OLIVEIRA, 2021, p. 15). Ademais, podemos pensar para além do espaço urbano? Pensamos que o espaço cibernético também pode ser problematizado como um espaço, parte de um todo geográfico, onde as juventudes - igualmente - constroem suas identidades e forjam suas culturas juvenis (PAIS, 1994) por meio da cibercultura. Sabemos, como educadores que dialogam com esses sujeitos, que são nativos digitais, atuam ativamente em comunidades virtuais, relacionam-se afetivamente com outros sujeitos, não importa onde estejam, nem a distância que os separa (ou os aproxima?). Vem daí a nossa questão de pesquisa da dissertação de mestrado: o espaço cibernético faz parte da totalidade do espaço geográfico ou não? Por quê? É notório que vivemos importantes mudanças neste mundo globalizado e o ensino de Geografia precisa estar atento a essas transformações para que os jovens estudantes consigam realizar uma (re)leitura complexa do espaço geográfico, uma totalidade em movimento, assim como a própria sociedade que lhe dá vida (SANTOS, 2020).

O espaço cibernético não é apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos, jovens, adultos e velhos, que navegam e alimentam esse universo onde se constroem fluxos/redes e se criam referenciais simbólicos num espaço em movimento, fenômeno que intensifica a virtualização da sociedade, incluindo e, talvez, principalmente, as juventudes. Nesse mundo tomado, simultaneamente, pela globalização e pela fragmentação, devemos nos perguntar se a Geografia e seu ensino se preocupam com essas questões, uma vez que, sem elas, a compreensão das juventudes fica limitada. Os jovens parecem não conseguir viver sem um *smartphone* e o universo que ele abriga, tal qual uma extensão de seus corpos. Como dizer que isso não é real? Sobretudo para as novas gerações de jovens nas mídias digitais, que valorizam a quantidade de curtidas e de seguidores em comunidades virtuais, registram todos os momentos de suas vidas cotidianas, fazem atividades, das banais às mais complexas, pelo espaço cibernético, de tal modo que usuário e aparato digital formam uma unidade, o que remete ao jovem como um modelo cultural da sociedade (PERALVA, 1997). Trata-se de um espaço de psicopoder, um espaço que vigia, controla e influencia o sujeito a partir de dentro, uma era da psicopolítica digital na qual o algoritmo cibernético nos distingue pelos modos de vida individuais, especialmente as juventudes, sendo vigiadas voluntariamente (inclusive com a financeirização de sua corporalidade), à exceção de territórios cibernéticos ilegais, como a *Deep Web* e a *Dark Web*.

Por isso, concordamos com Lévy (2011) que o espaço cibernético passou a ser uma realidade ativa nas práticas sociais. Mas e a Geografia escolar com isso? O professor de Geografia atua em sala de aula com esse

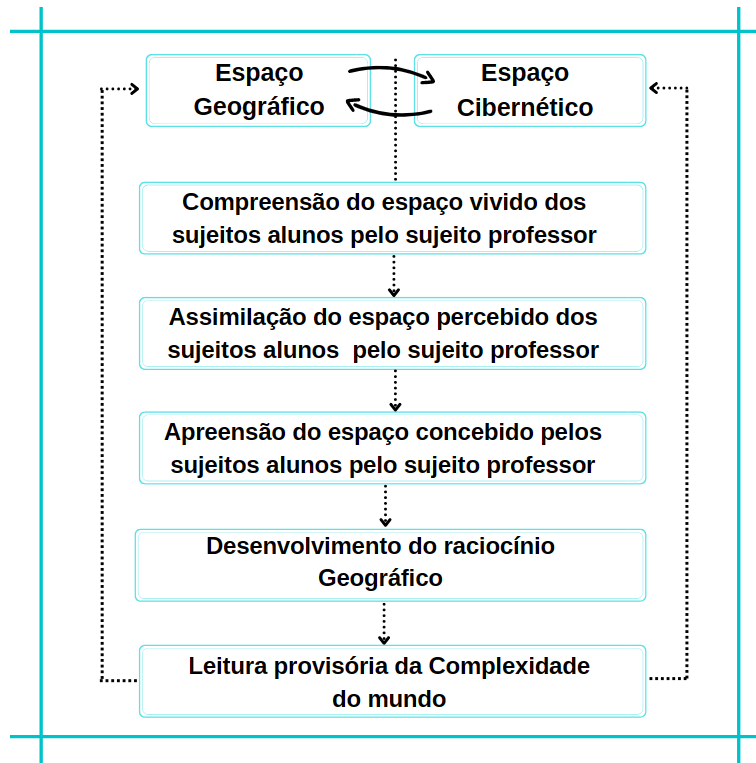
entendimento, o de que o espaço cibernético é um conceito importante para ensinar Geografia e conhecer as Geografias juvenis, ou não? As redes sociais são ou não, para esses sujeitos estudantes, um lugar? Apresentam-se ou não, nas redes sociais, relações topofílicas/topofóbicas criadas pelos sujeitos? Quais espaços da cidade registramos dentro do espaço cibernético? A cibercultura faz ou não parte das identidades culturais dos sujeitos estudantes? Consideramos por ora que são possibilidades para o sujeito professor de Geografia compreender que o espaço cibernético, cada vez mais, intermedia a relação entre sociedade e espaço geográfico, sendo uma parte constitutiva deste último.

Sabemos que os jovens utilizam seus *smartphones* e computadores para se comunicar e se relacionar, para consumir serviços, mercadorias e informações, para movimentar seu dinheiro, entre outras ações práticas do cotidiano. Não nos esqueçamos que, para os sujeitos estudantes, os influenciadores digitais - ou influencers - são referências pelas quais esses jovens consomem conteúdo nas plataformas digitais. Além disso, os sujeitos estudantes estão registrados no espaço cibernético desde que nasceram, a partir de um banco de dados virtual. Esses mesmos dados dos sujeitos são liberados sem consentimento, vendidos para empresas privadas concentrarem sua publicidade por algoritmos e expandirem seus lucros. Um algoritmo, utilizando uma terminologia computacional é um procedimento lógico, um método de computação - não é uma fórmula - que busca solucionar um problema específico

Por que isso importa para nós? Porque ensinar a assimilar as incertezas de um mundo que se transforma constantemente é uma responsabilidade nossa, atribuída por Morin (2011), para alcançarmos a pertinência do

conhecimento. Para nós, encontramos essa pertinência quando o sujeito reconhece o meio geográfico do qual faz parte, em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais, desenvolvidos de modo complexo pelo sujeito professor de Geografia. O espaço cibernético está nesse meio, não pode ser tratado como uma mera ferramenta de trabalho, mas, sim, como um conhecimento a ser ensinado e aprendido. Pensamos que o professor, para um ensino de Geografia significativo, precisa conhecer os movimentos dos sujeitos estudantes no espaço geográfico e saber como os conceitos operacionais da Geografia se relacionam com as suas vidas cotidianas. Cavalcanti (2010), ao se referir à “geografia do aluno”, defende que o dia a dia dos sujeitos, isto é, o seu espaço vivido, seja a nossa referência para a construção do conhecimento Geográfico em sala de aula, como representamos na figura 01.

Figura 01 - O desenvolvimento do raciocínio Geográfico a partir da interconexão entre os Espaços Geográfico e Cibernético.



Fonte: figura elaborada pelos autores (2022).

O espaço cibernético parece fazer parte dessa vida real dos sujeitos estudantes, é um espaço efetivamente vivido por eles, bem como pela sociedade em geral. Cavalcanti (2012, p. 16) nos provoca a discutirmos a formação do sujeito professor de Geografia e a construção de conhecimento Geográfico com os sujeitos estudantes, salientando “[...] a necessidade de sua articulação à dinâmica sociocultural local e global, às demandas da sociedade contemporânea e dos sujeitos estudantes, da comunidade da escola, do bairro e da cidade em que está”. Se o espaço cibernético está nesse espaço vivido e faz parte de um todo que consideramos ser o espaço geográfico, acreditamos neste momento que, de fato, torna-se um conceito pertinente para ensinar Geografia, à medida que a análise geográfica oportuniza aos estudantes lerem o mundo com a complexidade e perceberem como os

sujeitos fazem parte deste mundo complexo. Estamos passando por mudanças sociais que se assemelham a uma revolução silenciosa, invisível se não fosse a preocupação da ciência em compreender essas transformações que vivemos. Essas mudanças trazem consigo demandas de formação profissional dos sujeitos professores, para compreenderem uma sociedade tecnológica que não irá recusar as possibilidades oferecidas pelo espaço cibernético, pelo contrário: a sociedade faz parte desse espaço de modo atuante e definitivo. Por isso, concordamos com Cavalcanti (2012, p. 19), quando a autora pontua que

[...] os professores, como de resto todos os profissionais, estejam diariamente preocupados em ampliar seu universo cultural, “ligados” nos acontecimentos que ocorrem em seu meio mais imediato e no mundo, conhecendo e vivenciando o mais possível as práticas sociais de seu tempo. Essa postura é importante para compreender o movimento da realidade local e mundial, a fim de entender sua própria prática social e profissional, seu papel de professor na relação com a geração dos alunos.

O sujeito professor de Geografia possui um trabalho primordial na formação da leitura de mundo pelos sujeitos, esse trabalho é, por isso, intelectual, deve estar orientado tanto pelos conceitos da Geografia quanto à vida dos estudantes. Os saberes docentes precisam estar atrelados aos saberes da experiência prática e da história de vida, tanto de docentes quanto de discentes. Com o espaço geográfico em constante transformação no mundo globalizado, a formação continuada do professor de Geografia se torna uma necessidade. O ensino de Geografia pode, neste sentido, contribuir para a



possibilidade de uma escola que ensine os jovens a problematizar sua existência no mundo e questionarem essa ordem existente.

As juventudes estão inseridas não mais em tribos urbanas apenas, mas em tribos digitais. O ensino de Geografia pode cumprir um papel fundamental nesta problematização, pois se percebe que os jovens possuem a necessidade de construir uma identidade a partir de signos coletivos que não estão distribuídos apenas em lugares da cidade, mas em suas bolhas digitais dentro de comunidades virtuais. O neotribalismo do qual nos fala Maffesoli (1998, p. 105) se caracteriza pela fluidez e pela dispersão, “[...] tem como única razão ser a preocupação com um presente vivido coletivamente”. Pensamos que as tribos não se formam mais apenas nos parques, nas praças, nas ruas, nas casas e nos *shoppings*, mas, também, nas interações cibernéticas que possibilitam uma hibridização de culturas e identidades. O vaivém de massas-tribos, para Maffesoli (1998), é a forma assumida pela socialidade atualmente. Se pensarmos nos jovens, a experiência parece se tornar verdadeira apenas se for exibida e compartilhada com outros jovens. O espaço cibernético parece ditar os modos de ser e estar no mundo para essas juventudes, Maffesoli (1998) nos lembra que o indivíduo não existe isolado, que a realidade é um agenciamento de elementos homogêneos e heterogêneos pois, “[...] ultrapassando a categoria do individualismo, a socialidade nos permite *connaitre* (isto é, nascer com) as novas formas de socialidade que estão emergindo” (MAFFESOLI, 1998, p. 111). Esse neotribalismo possui uma lógica comunicacional pautada pela interação em grupos sociais, privilegiando tanto o todo quanto a sua complementaridade, daí que surge, segundo Maffesoli (1998), a alma coletiva, a matriz que anima a vida banal a partir da pluralidade de valores e, em contrapartida, do

relativismo desses valores. É segundo o autor, o individualismo em declínio e o deslocamento de tribos que existem em função da massificação social. Se esses microgrupos chamados de tribos se estruturam por laços sociais no cotidiano, como ignorar que o espaço cibernético também produz este cotidiano? Se a aura da estética, para Maffesoli (1998), é quem traduz a emoção coletiva na época em que vivemos, de validar a experiência pela exibição a partir do julgamento dos outros, como não levar em conta o espaço cibernético na produção desses valores estéticos? Pois o espaço cibernético parece atuar intensamente para existir uma “[...] alma coletiva, na qual as atitudes, as identidades e as individualidades se apagam” (MAFFESOLI, 1998, p. 93). Para entender o “novo aluno”, o professor de Geografia precisa ou não entender o Ciberespaço?

Para refletir sem concluir, as estórias das juventudes, ao modo de Massey (2008), estão em encontro, em negociação; as linhas dessas estórias juvenis, ao modo de Ingold (2015b), estão produzindo nós, em movimento. A multiplicidade em diálogo com a unidade. Todas as diatribes e deambulações da disciplina nos trazem a incerteza como central tanto para a vivência no ensino de Geografia quanto para o entendimento sobre o mesmo. A incerteza que não se sujeita a modelos prévios; a incerteza que tira qualquer garantia que uma receita vá resultar no esperado. A incerteza que é indissociável da vida. Sigamos pensando as Geografias das juventudes na condição de lugares em movimento e espacialidades em abertura.

### **Bússola de orientação bibliográfica**

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola.**

Campinas: Papirus, 2012.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300022&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300022&script=sci_abstract&tlng=es). Acesso em: 31 mai. 2022.

FEIXA, Carles. “Cap. III – De Culturas, Subculturas y Estilos”, **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998, p. 84-105.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Trad. F. Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015a.

INGOLD, Tim. **Líneas**: una breve historia. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015b.

INGOLD, Tim. **O dédalo e o labirinto**: caminhar, imaginar e educar a atenção. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015c.

INGOLD, Tim. Educação em tom menor. In: INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 59-84.

KASTRUP, Virgínia. **Aprendizagem, arte e invenção**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2001.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGNANI, J. G. e SOUZA, B. M. (orgs.) **Jovens na Metrópole**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In:  
MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. **Para navegar  
no século 21: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Editora:  
Sulina/Edipucrs - 2ª Edição, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São  
Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Os jovens de Porto Alegre: da escola para a  
cidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021. Disponível em:  
[https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/os-jovens-de-porto-alegre-da-  
escola-para-a-cidade/](https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/os-jovens-de-porto-alegre-da-escola-para-a-cidade/) Acesso em: 07 nov. 2022.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da  
Moeda, 1994, pp. 51-63.

PAIS, José Machado. **Um dia sou turista na minha própria cidade**. In:  
PAIS, José Machado. *Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre Cidade, Cultura e  
Vida urbana*. Lisboa: ICS, 2015.

PERALVA, Angelina. “**O jovem como modelo cultural**” *Revista Brasileira  
de Educação*, nº 5 e 6, pp. 15-24, 1997.

SANTOS, Milton de Almeida. **Por uma geografia cidadã: por uma  
epistemologia da existência**. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21: 7-14, ago.,  
1996.

GANDOLPHI & CASTROGIOVANNI - Lugares em movimento  
OLIVEIRA & PIMENTA (orgs.) - JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed., 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 120 p.

## JUVENTUDES E TERRITÓRIOS COMO CAMPOS DE DISPUTA: UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Dayane Oliveira Verneque

Juventudes e territórios se constituem como campos de estudos e reflexões, que podem ser abordadas a partir da análise do conceito de poder em suas diferentes esferas, pois existem em suas manifestações socioespaciais nítidas disputas traçadas dentro e fora do espaço geográfico. Juventudes e territórios contemplam expressões tanto subjetivas quanto coletivas, manifestadas no campo cultural e no imaginário geral, trata-se de construções sociais que evidenciam relações de poder, mecanismos de controle e hierarquização de lugares (territórios) e fases da vida (juventude).

O desenvolvimento das formas de pensar as juventudes, faz parte dos processos ligados a cristalização das fases da vida, tão úteis ao modo de produção capitalista, que se apropria da existência humana em todas suas etapas de manifestação, reduzindo-as à funcionalidade, como trabalhado por Angelina Peralva em seu texto “O jovem como modelo cultural” (1997), para a autora as fases da vida vão além da construção social, pois passam pela categorização administrativa (PERALVA, 199, p. 17). Portanto, o conceito de juventude não trata concepções ou categorizações biológicas, pré-estabelecidas pela natureza e inerentes ao desenvolvimento humano, mas sim uma construção social com fins específicos.

A organização da sociedade em faixas etárias e a consequente cristalização das fases da vida, se integram a partir de um sistema hierárquico funcional, que se

revela na vida prática, laboral, financeira, administrativa e cultural, em detrimento do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, sua atual fase técnico-científico-informacional, e o desdobramento da modernidade. Essa organização se materializa nas relações de poder expressas, no mundo do trabalho e das instituições, na vida doméstica, na possibilidade de escolha nas relações parentais, na manutenção da vida cotidiana, previdenciária, cidadã, entre outras esferas.

As juventudes são apontadas em nossa sociedade como expressões da inexperiência, falta de racionalidade pelo excesso de hormônios e emoções, por isso carecem de atenção e rigidez, para que o bom andamento do desenvolvimento da pessoa jovem seja garantido, de maneira a evitar desvios ligados a rebeldia, boêmia, transgressão ou anseio de extravagância. Muitas vezes os jovens são vistos como subversivos justamente por contestarem as tentativas de controle das instituições e pessoas que se veem hierarquicamente superiores, por julgarem que já superaram essa fase da vida, logo, mais experientes, sensatos, maduros e capazes de escolher.

A violência empregada contra pessoas mais jovens, maquiada de cuidado e amor, é uma das críticas formuladas por Bell Hooks em seu livro “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”. No segundo capítulo da obra, intitulado “Justiça: lições de amor na infância”, a autora descreve um relato pessoal, em que narra violências vividas por ela durante sua juventude

“No início da adolescência, quando apanhávamos e nos diziam que essas punições eram “para o nosso próprio bem” ou “estou fazendo isso porque te amo”, meus irmãos e eu ficávamos confusos. Por que uma punição severa era um gesto de amor?” (HOOKS, p. 60, 2021).



A hierarquização das diferentes fases da vida impõe aos mais jovens a posição subalterna de subserviência, falta de experiência, incapacidade, instabilidade, e outros adjetivos que são atribuídos a eles no imaginário cultural. É justamente essa visão que justifica violências contra eles investidas, como as violências domésticas e familiares praticadas por adultos para “educar”, os abusos de poder praticados por policiais nas abordagens aos jovens em diferentes territórios do espaço urbano, o constrangimento em locais de consumo ao ser seguido ou revistado em lojas e supermercados, ou mesmo durante as tentativas de inserção no mercado de trabalho, por parte de recrutadores ou patrões.

Não à-toa os jovens necessitam do amparo legal, materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990) e Estatuto da Juventude, previsto na Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013, que institui direitos, deveres, faixas etárias para punições específicas, entre outros regramentos que contemplam as juventudes. Ainda, o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), previsto no Estatuto da Juventude e regulamentado nos termos do Decreto n.º 9.306 de 15 de março de 2019, que materializa a articulação dos diferentes territórios administrativos (União, Estados e Municípios) na efetivação de políticas públicas voltadas às juventudes. Talvez, sem esse amparo à exploração contra jovens, o desrespeito e a violência seriam ainda maiores.

As cidades e núcleos urbanos são espaços de concentração de violência. Também são vistos como territórios modernos, desenvolvidos, luminosos, são nestes espaços que se aglomeram serviços, demandas, comércios, moradias, pessoas, desigualdades e violências. As cidades também são centros de manifestação das juventudes e encaradas, muitas vezes, como territórios juvenis. A modernidade e a juventude andam lado a lado, pois ambos expressam “o novo”.

Uma das consequências da concentração das populações nos núcleos urbanos e da migração da população jovem para as cidades, é o aumento do envelhecimento do campo, o que gera uma especificidade demográfica no meio rural, que por sua vez é visto como ultrapassado, antigo. Como tratado por Zóti na monografia 'Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS' (2011), a autora aponta como os jovens rurais projetam na cidade o seu futuro, sendo a evasão do meio rural um planejamento de vida.

A concentração de serviços no meio urbano gera dificuldades às populações mais velhas no campo, pois a ausência de pessoas em idade ativa de trabalho e o esvaziamento do meio rural leva a escassez de atendimentos básicos, como recolhimentos de impostos que são convertidos em serviços de saúde, por exemplo.

Tive a oportunidade de vivenciar essa realidade, ao desenvolver uma pesquisa junto ao projeto de extensão sobre territorialização da saúde no município de São Sepé, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Geografia da Saúde da Federal de Santa Maria (NePeGs - UFSM), entre 2018 e 2019. No decorrer da pesquisa, realizada por pedido da Secretaria de Saúde Municipal de São Sepé, foi possível perceber a carência de serviços específicos para população idosa, assim como a alta concentração demográfica dessa faixa etária no município, além da ausência de atendimentos básicos em áreas rurais. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) tem na territorialização uma de suas principais diretrizes (Art. 3º, parágrafo II, da Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017), por isso levantamentos etários e territoriais são importantes para efetivação da saúde pública no Brasil.

Outra consequência da concentração sistêmica de jovens em grandes núcleos urbanos, é a ausência de estudos ligados às juventudes de cidades

menores, como apontado pelo professor Dr. Victor Nedel em uma aula ministrada no dia 29 de agosto de 2022, na disciplina de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul 'Juventudes e territórios: cidade, espaço e violência'. Mais uma vez a hierarquização e cristalização das fases da vida se estendem aos espaços geográficos.

As cidades são atraentes, cheias de cores artificiais, propagandas, luzes e sons que atraem e prometem. Esse uso das cidades por parte do sistema capitalista e sua indução ao consumo, é amplamente criticada por Guy Debord em sua obra "Sociedade do Espetáculo" (2003), o autor fala sobre a apropriação do mundo sensível, passível de ser captado pelos sentidos, e como o modo de produção vigente utiliza disso para dominar. O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo. (DEBORD, 2003. p. 32).

Questões semelhantes são trabalhadas por José Machado Pais em seu texto "Um dia sou turista na minha própria cidade", em que o autor traz o conceito de 'cidades para ver' (PAIS apud Tay, 2007, p. 73), e como estas travam as populações gerais, mas principalmente as juventudes que vivenciam esse bombardeio de propagandas e espetáculos transformados em imagem dentro e fora do urbano, pois os estímulos constantes das propagandas também estão presentes nas telas tecnológicas visualizadas e consumidas cotidianamente pelos mais jovens. A professora Bell Hooks, na obra já citada, também critica as imagens midiáticas e de publicidade, e como estas estimulam a violência e os jogos de poder entre indivíduos e grupos sociais. A autora trata que

“Os produtores dessas imagens poderiam facilmente usar a comunicação de massa para questionar e intervir na violência. Quando as imagens que vemos justificam a brutalidade, levando ou não algum de nós a ser “mais” violento, elas reforçam a ideia de que este é um meio aceitável de controle social, de que está tudo bem se um indivíduo ou um grupo dominar outros.” (HOOKS, 2021, p. 134).

O autor Machado Pais critica o constante retardo em relação à efetivação de objetivos traçados individualmente, como as pessoas moradoras das cidades estão sempre adiando consumir seus anseios, pois são massivamente estimuladas com novas informações, possibilidades de consumo, mercadorias mais recentes, atualizadas e modernas, enquanto estão presas a um cotidiano exaustivo e alienador, que as introduz na famosa “falta de tempo”, o que leva o autor a questionar “Será que a falta de tempo é um traço da cultura urbana?” (PAIS, 2007, p. 72).

Na Cidade Baixa em Porto Alegre, bairro conhecido por ser frequentado intensamente pelas juventudes, há vários elementos notáveis do texto de Pais que podem ser evidenciados, como as luzes das publicidades, a marca territorial das juventudes expressas, não só nas configurações e organização dos bares e estabelecimentos, mas também na alteração das funções, estruturas e processos das formas cristalizadas, prédios antigos, datados de séculos passados: as rugosidades, como proposto por Milton Santos, transformadas em lugares jovens, (a exemplo o Venezianos *Pub* Café, instalado em uma antiga e tradicional estrutura de Porto Alegre, na Cidade Baixa). Além disso, a manifestação da territorialidade juvenil no bairro marca relações sociais desiguais, onde os funcionários dos estabelecimentos locais são majoritariamente jovens negros, enquanto os universitários que frequentam e consomem na Cidade Baixa são, em sua maioria, pessoas brancas.

Os conflitos de poder estão manifestos de diversas formas, inclusive na formação de alguns bairros específicos das cidades, como é o caso da Rua Augusta, em São Paulo, ou mesmo o já citado bairro Cidade Baixa em Porto Alegre, territórios conhecidos por agregarem diferentes grupos e manifestações das juventudes. Territórios materializam as relações de poder, logo, tornam evidente a resistência juvenil, suas demarcações e fronteiras, assim como as formas espaciais que criam a partir da simples manifestação cultural, como praças públicas que se tornam referência de encontro pela presença de grafitis, pista de skate ou concha acústica.

Outros ambientes podem ser apontados como espaços de territorialização das juventudes, como as escolas e universidades, pois são ocupados massivamente por pessoas jovens, entretanto, as escolas cumprem o papel de espaço de vigilância, sendo um dos locais marcados pelo poder disciplinar, anseio de controle e filtro de comportamentos.

Instituições como a família, a universidade, a medicina, os sistemas educacionais, a psiquiatria, “são feitas para manter certa classe social no poder e excluir os instrumentos de poder de outra classe” (FUCHS apud Chomsky e Foucault, 2006, p. 40), o que concebe a vigilância. Percebe-se aqui, novamente, o entrelaçamento entre território e juventude, campos de disputas e relações de poder. Segundo Pimenta, em seu texto “Juventude e violência”

“A associação entre adolescência e delinquência emergiu com a percepção de que todas as crianças, não importava a origem social, eram vulneráveis ao desvio se não fossem protegidas. Argumentava-se que o envolvimento com a criminalidade poderia ser prevenido quanto mais cedo fosse tratado, o que requeria vigilância constante e controle sobre esse grupo social” (Pimenta apud. Gillis, 1981 p. 270).

Com as explicações efetivadas até aqui, é possível perceber a relação entre as juventudes como categoria subalterna e administrativa da modernidade, assim como a manifestação territorial nas cidades e suas imagens publicitárias, e as instituições como mecanismos de controle social a partir da vigilância. Ainda assim, os ambientes institucionais como escolas e universidades são espaços de territorialização da juventude, pois representam refúgio para manifestarem aquilo que é podado em casa, o que pode ser lido como ato de resistência e subversão às opressões impostas.

Na entrevista realizada com José Machado Pais, publicada sob o título “Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação – uma entrevista com José Machado Pais” (2017), o professor critica a dispersão dos estudantes durante suas explicações matemáticas em sala de aula, e como isso pode estar ligado a falta de sentido atribuída à matéria pelos alunos. Ao ler a entrevista, me recordei de um episódio particular vivenciado durante minha passagem como aluna no 9º ano do ensino fundamental na escola estadual Ilda Vieira Vilela, na periferia da zona sul de São Paulo, mais precisamente no bairro Parque Residencial Cocaia.

Durante a explicação do professor de matemática sobre fórmula de Bhaskara, em meio a falta de atenção dos quase 40 alunos presentes na sala, indaguei-o sobre qual seria a utilidade daquele conhecimento em minha vida prática, o professor só conseguia falar sobre vestibulares, concursos, universidades, realidades muito distantes do imaginário de qualquer jovem morador de uma favela paulistana, matriculado no ensino fundamental. Quando a previsibilidade do futuro é fraca, em função da falta de oportunidades de trabalho, de acesso ao lazer e ao consumo, os jovens tendem a viver enraizados no presente (PIMENTA apud PAIS, p. 228).

O que interpretei da fala inicial do professor Pais em sua entrevista, é que reduzir o conhecimento ao utilitarismo, ou funcionalidade do trabalho, empobrece a educação, e é consequência da apropriação que o sistema capitalista faz da ciência, do conhecimento, da capacitação da juventude. A matemática não é, e nem deve ser, apenas útil para a técnica ou o trabalho, mas existem fundamentos filosóficos sobre o funcionamento da vida, da natureza, do cosmos, que podem ser apreendidas através dela, de forma a elevar a mentalidade e agregar valor à pessoa humana.

Ainda sobre os ambientes escolares e suas configurações, a pesquisa de mestrado realizada pelo professor Victor Nedel em ambiente escolar sobre a percepção dos alunos do 3º ano do ensino médio sobre o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, evidencia a contraposição entre aprendizado e socialização (PERALVA apud Áries, 1973, p.15), com o fato de nenhum dos 78 alunos entrevistados ter apontado as salas de aulas como ambiente que gostam de frequentar na escola, e ainda afirmarem que gostam da escola ‘apesar’ dos períodos de aula. A pesquisa ‘Somos jovens: o ensino de geografia e a escuta das juventudes’ (2015), revela ainda que, apesar do laço afetivo que possuem com a escola, não é o processo educativo da aprendizagem que torna aquele ambiente atrativo.

A pesquisa realizada por Nedel torna evidente a forma como o ambiente institucional que visa o controle, a vigilância e direcionamento, afasta a educação de uma dimensão prazerosa e a reduz a funcionalidade, a obrigação, o condicionamento, o que pode gerar nos adolescentes um sentimento de aprisionamento, afastando-os da possibilidade de se verem pertencentes e ativos nos processos educacionais.

Essa relação que expressa o objetivo das instituições na modernização, baseada na hierarquização etária, gera um prejuízo imenso aos ambientes

educacionais e a produção do conhecimento, pois afasta dos jovens o anseio de compreender os mecanismos da vida, entender as ciências tão presentes na vida tecnológica e na própria modernidade, tornando-os alheios e alienados nos processos que os envolvem diretamente. Esse mecanismo pode ser visto como proposital em escolas públicas, para que os jovens percam o domínio, o poder sobre si mesmos e suas capacidades facultativas, o que deixa espaço para sentimentos de revolta e incompreensão em relação a ambientes educacionais, situação que pode gerar evasão, desvalorização do ambiente escolar e dos profissionais que ali atuam.

O Estado possui a demanda de perpetuar a manutenção das juventudes em todas as esferas de controle que as rodeiam, como trabalhado pela professora Melissa Pimenta em seu texto “Juventude e Violência” (2014). Para garantir a funcionalidade da sociedade capitalista, é necessário haver investimentos em educação e profissionalização, pois a previdência privada só pode ser garantida se houver uma população jovem consumidora e ativa no mercado de trabalho, por exemplo. O futuro só pode ser garantido a partir do “bom andamento” das gerações vindouras.

As periferias urbanas também são espaços onde se manifestam as hierarquizações territoriais e etárias. Na pesquisa “Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência” (2015), Melissa Pimenta traça questões nas esferas da violência e do controle social investidos por organizações criminosas, concentradas em áreas periféricas das grandes cidades. Durante a leitura do texto, recordei-me que, durante a adolescência no distrito periférico do Grajaú, na zona sul de São Paulo, pude observar que o crime organizado é um grande concentrador da juventude nas periferias.

Durante minha vivência como moradora de uma rua utilizada para organização do tráfico de drogas, foram poucas as vezes que vi homens mais



velhos a trabalhar nessa dinâmica, majoritariamente eram meninos jovens, adolescentes e até mesmo crianças. Muitos de meus colegas da escola viram no crime uma forma de construir carreira, ganhar dinheiro para sustento da família, ou mesmo ganhar poder em um contexto de subjugação, pobreza e sofrimento.

O texto de Pimenta (2015) a respeito da pesquisa desenvolvida, evidencia como a organização do tráfico de drogas massivo nas favelas urbanas consolidam estigmatizações sobre os moradores das periferias, entretanto, também há fluxo e venda de drogas em condomínios de luxo, pessoas que não precisam se envolver com o mercado ilegal para sobreviver, mas optam por vender drogas mais caras e puras em bairros nobres da cidade.

As periferias urbanas são vistas como espaços de violência, territórios do crime organizado porque surgem do processo de marginalização das populações anteriormente escravizadas, que foram empurradas para fora dos núcleos e centros urbanos. As favelas surgem da autoconstrução de pessoas pobres, sistematicamente privadas de locais de lazer, o que expõe as juventudes ao uso de drogas, pois veem nestas uma opção de divertimento, distração da vida laboral e do cotidiano fatídico.

Ainda, o tráfico é lucrativo para quem o administra de fora das favelas, manter os marginalizados viciados em entorpecentes e submetidos ao crime é projeto perfeito para manutenção de um círculo vicioso e rentável. Essa realidade que condiciona a vida na periferia é relatada na música “Favela Vive 2”, por um grupo de cinco artistas que denunciam o cotidiano nas margens urbanas,

O futuro chegou e ainda usamos corrente, escravizados através do tráfico de entorpecentes. Nos empurram todo dia goela abaixo, ódio, medo, desespero e incentivo à violência. Dizem que somos bandidos, mas quem mata usa farda e exala despreparo e truculência. Cada beco da cidade guarda um pouco da guerra, com projéteis que acertam, com projéteis que erram. Parece cocaína, mas é só tristeza, ódio

nos olhos de quem só conheceu pobreza. Quem é o inimigo? Quem é você? Nessa guerra sem motivos e sem vencedor. Quem é o inimigo? Quem é você? A bala perdida acha o outro sofredor, somos soldados pedindo esmolas, crianças de pistola, jogando a infância fora, ninguém incentiva um favelado a ler, escrever, nós já nascemos preparados pra morrer. (ADL MC's, 2016).

Há estigmatizações sofridas pelas populações periféricas que são anteriores ao próprio crime organizado. Os escravizados eram vistos como ‘espertalhões’ ou ‘malandros’, como trabalhado por Pimenta (2015) durante sua pesquisa. Parte da população local, moradores dos bairros periféricos, enxergam nos jovens organizados no crime uma figura de respeito e temor, relação que intensifica a tensão interna no território.

A partir da leitura do texto “Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência” (2015), fica evidente como o crime organizado é um mecanismo para manter o controle nas periferias, a partir da violência interna, investida entre os próprios agentes periféricos. O medo é útil ao projeto político que deu origem ao Brasil, assim como a insegurança gerada pela criminalidade que se territorializa nas periferias, enquanto as facções criminosas passam mais segurança para moradores locais do que instituições como a Polícia Militar, com longo histórico de violência dentro das favelas.

Segundo matéria da Istoé, de 20 de fevereiro de 2015, uma pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo constatou que 38% das armas rastreadas na capital paulista foram vendidas legalmente e depois desviadas. O dado demonstra a necessidade de ampliar e melhorar a fiscalização sobre o armamento que está sob controle da polícia, nas mãos dos cidadãos autorizados e de empresas de segurança privada, o que significa que o crime não começa nas periferias nem nas mãos das facções ali organizadas.

São infindas as reflexões possibilitadas pelas linhas de conhecimento ligadas às juventudes e aos territórios, passam pelas cidades e pelo campo em grande escala, e se especificam na vida ativa de cada indivíduo subordinado a essas dinâmicas. Os territórios urbanos, como os bairros centrais e periféricos, os lugares das cidades, como as escolas e praças, a estética dos locais, a propaganda, o consumo, quase tudo que é revelado no espaço geográfico passa pela dinâmica das relações de poder, cabe às juventudes sua constante e insistente territorialização para seguir a subversão da organização social hegemônica e unilateral.

## REFERÊNCIAS

ADL MCs.; MV Bill.; Funkero.; BK. **Favela Vive 2**. Rio de Janeiro, 23 de dez. 2016. 07m:36s. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/adl-mcs/favela-vive-2-cypher/>>. Acesso em nov. 2022.

BRASIL, Constituição Federal do. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013** - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)>. Acesso em nov. 2022.

BRASIL, Constituição Federal do. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990** - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em nov. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)>. Acesso em nov. 2022.

DEBORD. G. **A Sociedade do Espetáculo**. eBook. Coletivo Periferia, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em 07 de nov. 2022.

FARIA, Rivaldo. **Relatório de extensão: a territorialização do Sistema Único de Saúde do Município de São Sepé, RS**. Núcleo de Pesquisas em Geografia da Saúde. São Sepé, dez. de 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1lRChkviAerEXEnuoFA0tnoDYXszNY95i/view?usp=sharing>>. Acesso em nov. 2022.

FUCHS, Cristian. **Como podemos definir vigilância**. São Paulo, 2011. Disponível: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268325223.pdf>>. Acesso em nov. 2022.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Editora Elefante. 24 de fev. 2021. Disponível em: <[https://www.google.com.br/books/edition/Tudo\\_sobre\\_o\\_amor/I\\_EeEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Tudo_sobre_o_amor/I_EeEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover)>. Acesso em nov. 2022.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Somos jovens: o ensino de geografia e a escuta das juventudes**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/128887/000975796.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em jan. 2023.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Juventude e violência**. Livro: Crime, Polícia e Justiça no Brasil. p. 266-276. Editora Contexto. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://xdocz.com.br/download/livro-crime-policia-e-justia-no-brasilpdf-vo9e4113gpnj?hash=8806c08f3285e1d2938d5fcc4fc210e2>>. Acesso em nov. 2022.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência**. Porto Alegre, 27 de abr. 2015 Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16934>>. Acesso em nov. 2022.

PAIS, José Machado. **Um dia sou turista na minha própria cidade**. Lufa-Lufa Quotidiana: Ensaios sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana. Lisboa. Coleção Breve, Sociologia. 2º ed. p. 71-93. 2015.

PAIS, José Machado.; LACERDA, Miriam Pires Corrêa.; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais**. Educar em Revista. Curitiba, abr/jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/bK3zGhhGQQ6TTGHn7P5qvSN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em nov. 2022.

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 1997. Disponível em: <[http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_04\\_ANGELINA\\_PERALVA.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_ANGELINA_PERALVA.pdf)>. Acesso em nov. 2022.

PEREZ, Fabíola. **De onde vêm as armas do crime?**. Revista ISTOÉ, [s.l.]. 20 de fev. 2015. Disponível em: <[https://istoe.com.br/405546\\_DE+ONDE+VEM+AS+ARMAS+DO+CRIME+/  
>](https://istoe.com.br/405546_DE+ONDE+VEM+AS+ARMAS+DO+CRIME+/)>. Acesso em nov. 2022.

**Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve)**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude/acoes-e-programas/sistema-nacional-da-juventude-sinajuve>>. Acesso em jan. 2023.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS**. Camargo, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequenc>>. Acesso em nov. 2022.

## “PELAS QUEBRADAS, VÁRZEAS E CHAPADAS”: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE TERRITÓRIOS DE SABERES JUVENIS GAYS NAS ESCOLAS DO PIAUÍ

Lucivando Ribeiro Martins  
Celecina de Maria Veras Sales

### **Criando compassos e provocações**

Inicio este texto pedindo licença a todos/as/es meus ancestrais LGBTI+<sup>1</sup>, os quais viveram, lutaram, morreram para transformar os territórios de modo que eu pudesse erguer meu brado de luta frente às questões que constituem minha existência. Não posso me esquecer de reverenciar as narrativas que se cruzam e, no centro de uma memória coletiva, se mantêm vivas no que somos e nos atravessamentos que produzimos enquanto corpo-território que habita e se enlaça com outros territórios.

O presente escrito apresenta um mapeamento da produção científica de territórios de saberes juvenis gays nas escolas do estado do Piauí, a partir das pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em educação e áreas afins (2012-2022), no referido estado. Apresento, nesta produção escrita, uma ramificação do meu projeto de pesquisa de tese, que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do

---

<sup>1</sup> Usaremos neste texto a Sigla LGBTI + para nos referirmos à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexos e outras categorias de gênero e sexualidade que esta sigla convém acolher. É de meu conhecimento que existem outras representações de siglas no cotidiano das vivências LGBTI+, mas para padronizar o uso na escrita deste texto, optei por usar esta.

Ceará. Nesse sentido, parto do contexto da produção científica na pós-graduação como forma de materializar minhas questões a partir do lugar de onde falo, enquanto jovem gay, professor do curso de pedagogia e pesquisador da área da educação que viveu e vive as “várzeas, quebradas e chapadas” dos saberes gays no estado do Piauí.

Existem muitas encruzilhadas que me fazem refletir sobre o porquê escolhi essa estrada. No entanto, irei me ater a apenas uma destas, a qual parte das minhas vivências, que fluirão como recurso fundamental desta escrita, pois não concebo uma escrita sem a potência de um pesquisador encarnado<sup>2</sup>. Neste quesito posso afirmar que, enquanto estudante da educação básica e do ensino superior, os saberes que constituíam/constituem as experiências de pessoas LGBTI+ assumiam/assumem o lugar da interdição ou até mesmo da maldição. Eu raramente me reconhecia nas coisas que lia, que aprendia, por vezes me sentia alheio, esquisito e incompatível com o modelo de educação e sociedade que era veiculado nas instituições que agiam sobre minha existência, quais sejam: família, igreja e a que faz parte do eixo desta discussão – o estado –, o qual é aqui representado pela instituição escolar. Portanto, em primeira instância, este escrito se justifica como forma de problematizar os engessamentos institucionalizados na instituição escolar, sobretudo, pelas ausências que esta instituição gera quando o assunto é pensar sobre as vidas de jovens gays no seu espaço.

Diante desta justificativa, este ensaio terá a seguinte estrutura: em um primeiro momento, realizei uma breve reflexão sobre minhas implicações

---

<sup>2</sup> Esta concepção articula-se com a ideia de conhecimento situado e corporificado que se contrapõe às formas de postulados de conhecimentos não localizáveis de Haraway (1995). Ou seja, compreende o processo de pesquisar localizado nas experiências, nas implicações, nas entranhas, nas paixões, nas forças libidinais e políticas que orientam o meu desejo de estudar o tema deste texto.



enquanto um jovem gay pesquisador das temáticas sobre educação; seguidamente, elucidei uma discussão acerca das juventudes como uma categoria útil a ser debatida; no terceiro eixo de discussão deste ensaio, apresentei e refletia respeito das produções científicas sobre juventudes gays na Escola piauiense.

### **Notas carto(bicha)gráficas de um jovem gay pesquisador: reflexões sobre as instituições sociais**

*Vou te contar  
A lenda da bixa esquisita  
Não sei se você acredita  
Ela não é feia - nem bonita  
Ela sempre desejou ter uma vida tão  
promissora  
Desobedeceu seu pai  
Sua mãe  
O estado, a professora  
Ela jogou tudo pro alto  
Deu a cara pra bater  
(Linna da Quebrada)*

É indispensável que aqui eu narre as minhas Carto(bicha)gráficas como forma de salientar os atravessamentos com a temática deste ensaio. A carto(bicha)grafia é um híbrido: um mapeamento dos afetos e encontros que me produziram – e ainda produzem – na existência de um jovem gay que obedeceu e desobedeceu a lógica dominante, imposta pela heteronormatividade.

Para isso, apresentarei aqui, a partir de um mapa caótico, os fazeres e saberes que fizeram e fazem de mim um jovem gay professor pesquisador das

juventudes. Essa carto(bicha)grafia bebe na fonte do método cartográfico, o qual compreende que,

[...] a inseparabilidade entre fazer e conhecer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção. Mas se assim afirmarmos, precisamos ainda dar outro passo, pois a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano de experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano de experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso de investigação (PASSOS; BARROS, 2010, p. 17-18)

O plano de experiência aqui traçado, dos encontros por mim constituídos, das errâncias que tracei no chão da escola pública e da universidade pública, apresentam questões que fazem de mim pesquisador dos territórios juvenis gays na escola. Nestes encontros, aprendi que a pesquisa surge das questões encarnadas na minha existência. E é indispensável minha apresentação: sou Lucivando Ribeiro Martins, Bicha, Pedagogo, Umbandista, Professor e Pesquisador das questões vazantes de minha existência.

A Rapper Linna da Quebrada, ao evidenciar sua travessia por meio da poesia, ecoa denúncias de muitos e muitas de nós. Nesse sentido, minha narrativa se atravessa com a narrativa cantada por Linna, pois fui essa criança que “desobedeceu ao pai, a mãe, o estado e à professora”. Vários foram os desencontros que me levaram aos encontros que me constituem hoje. E, por sua vez, inventei territórios para que pudesse resistir e sobreviver.

Muitas vezes, esses desencontros que surgem quando ousamos desobedecer o instituto da heteronormatividade nos tornam lendas, pois não somos vistas e vistos, ouve-se falar sobre, mas lá distante, nos interstícios, nos cubículos confessionais da sala do diretor ou da diretora, da conversa com o terapeuta ou da confissão com a “santíssima” igreja. Nos tornamos lendas, porque nossas questões não são problematizadas, respeitadas, não viram pautas a serem tratadas significativamente nos encontros que realizamos com a vida: seja com nossa casa, escola, nosso local de trabalho. Nos escondem, nos transfiguram em uma lenda, lá distante, pouco mencionada, que se esconde durante o dia entre os frondosos esconderijos das florestas distantes, que criamos como recurso, ou por trás de uma forma humana “aceitável”, a da passabilidade.

Neste sentido, a passabilidade estava presente nos modos de criar códigos de masculinidades que me distanciavam da performance de gênero e sexualidade dissidentes. Me esconder nessas marca será o que me “tornava” aceito dentro dos valores dominantes, os quais a mim eram impostos. Acerca disso, compreende-se que existem tecnologias que agenciam, através de marcadores como a roupa, a colocação da voz, o uso de acessórios a incorporação da heteronormatividade (DE PONTES; SILVA, 2017).

No entanto, é importante lembrar que não somos uma lenda, somos reais, silenciados/as/es e invisibilizados/as/es, às vezes, mas reais. Neste sentido, nossas pautas devem compor a vida cotidiana das escolas, das casas, das empresas, pela ótica do direito ao respeito e à vida. As instituições que nos tornam lendas, agem deliberadamente na tentativa de nos regular e/ou exterminar nossas existências. Por vezes, em meus atravessamentos, penso em contextos como a igreja, a família heteronormativa e o estado, que eram

instituições para as quais eu olhava e não me refletia, pois das vezes que sofri violências homofóbicas não foi na igreja, na família ou no estado que encontrei acolhimento, pelo contrário, encontrei culpa e descontentamento com minha existência.

Para qualificar esse debate, cito o pensamento de Michel Foucault, no qual o mesmo atesta que o,

Século XVII: seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura (1988, p.20).

Posto isto, a partir do pensamento supracitado, podemos constatar que há a presença de um conservadorismo que historicamente interdita a relação com o sexo e a sexualidade e, por sua vez, também interdita o gênero. Em outras palavras, existe uma produção histórica desse sentimento de negação, culpa e descontentamento com a nossa sexualidade, principalmente quando esta não anda nos trilhos da heteronormatividade.

A partir da caracterização do contexto acima, podemos ilustrar as violências presentes nos espaços dominados pela heteronormatividade, a qual tenta ditar como as existências juvenis gays brasileiras devem viver. Dentre

estes espaços, podemos citar a escola enquanto instituição que assinala práticas contrárias às singularidades políticas e culturais das juventudes no seu contexto, uma vez que esta instituição está a serviço das práticas heteronormativas. Estas práticas regulam dispositivos e tecnologias que operam mecanismos de poder sobre os discursos e ações do cotidiano escolar, os quais engendram experiências juvenis gays por meio de dispositivos arquitetônicos (como por exemplo, o uso dos banheiros) e discursivos (controles dos modos de vestir-se, vigilância dos afetos etc.).

Como instituição colonizadora da vida, a escola atua como dispositivo da biopolítica que sentencia uma série de intervenções e controles reguladores das existências coletivas, no caso, do segmento juvenil aqui mencionado (FOUCAULT, 1988; 2013; VEIGA NETO, 2016). Os códigos de masculinidades, sexualidades, desejos e classe social das juventudes aqui discutidas entram nas tramas do poder das tecnologias de normalização controladora da vida (LAURETIS, 1994; PRECIADO, 2011).

Neste sentido, diante das experiências de negação, silenciamento e extermínio da minha condição física e subjetiva de existência infanto-juvenil gay nas instituições acima citadas, me constitui enquanto pedagogo que estuda as questões que estão em mim entranhadas. Além disso, sou aquele que estuda com o intuito de transformar os territórios de práticas e saberes sobre a experiência de jovens gays no cotidiano das escolas públicas do Brasil. Precisamos abrir as porteiras, para que assim as lendas possam reivindicar seu território e sua existência em liberdade.

### **Jovens gays como categoria útil a ser pensada, olhada e escutada**

Enquanto momento da vida, a noção de juventudes questiona o conceito instituído de adolescência universal, a-histórica, psico-biologizante com ênfase no desenvolvimento humano, no surgimento da puberdade, tornando esta vida, alvo de normatizações oriundas da lógica de controle do sistema capitalista. Acerca disso, Coimbra, Bocco e Nascimento sintetizam que,

“[...] o conceito de adolescência se acopla perfeitamente à lógica capitalística de duas maneiras. Primeiramente, por sua rentabilidade, visto que o negócio não se restringe apenas aos profissionais especializados, havendo todo um comércio que sobrevive à custa da adolescência, produzindo roupas, revistas, músicas e alimentos entre outros. Em segundo lugar, por sua força ao mesmo tempo massificante (etapa universal, a-histórica e homogênea para todos) e individualizante (a forma como cada um passa por tal etapa e como dela emerge, depende dos méritos de cada sujeito) (2005, p. 7).”

A problematização acima compreende as juventudes como sujeitos em construção, atravessados por fluxos, intensidades, multiplicidades e diferenças (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005). No entanto, quando este viés se manifesta frente às imposições sociais normativas, os jovens escapam ao modelo dominante e não são mais “[...]um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas mais umas dentre tantas outras linhas que o compõem” (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005, p. 8).

Neste sentido, os jovens estão situados nas trincheiras identitárias impostas pela perspectiva do adulto, assumindo a condição de “problema

social”, expostos à violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou às medidas para dirimir ou combater tais problemas (ABRAMO, 1997, p. 25). Sendo assim, existe a reprodução de uma verdade única sobre as Juventudes, visto que as ações voltadas para este grupo são pensadas exclusivamente pela ótica adultocêntrica. Nesse sentido, as lutas empenhadas pelos sujeitos em questão, muitas vezes, são consideradas “pré-políticas” ou “a-políticas”, tendo em vista as formas como empregam seus modos de vida, desconsiderando-as como participativa/colaborativa na construção de suas políticas, dos seus direitos e de seus modos de vida (ABRAMO, 1997). Por sua vez, os seguimentos juvenis resistem e se afirmam como sujeitos políticos que reverterem padrões e criam, nos seus cotidianos, “[...] modos de vida que reclamam a pluralização, a diferença, a identidade, individualidade” (PAIS, 2005, p. 54).

Os jovens que são ativistas de suas próprias demandas “[...] têm uma relação diferenciada com a política e a cultura, pois colocam-se não apenas como consumidores, mas como produtores da cultura. No próprio grupo cultural, os jovens formam sua visão crítica da realidade e o desejo de modificá-la” (SALES, 2010, p. 35). Portanto, apresentam-se como potentes, criam suas políticas e culturas, reivindicando seus direitos “[...] como sujeitos capazes de resolver problemas imediatos que aparecem diante de si e da coletividade a que pertencem” (GROPPO, 2017, p. 136). A partir disso, compreendo que as Juventudes Gays produzem trajetórias políticas e culturais que questionam os padrões violentos, excludentes e preconceituosos, os quais são legitimados por um padrão hegemônico heteroterrorista, que naturaliza a negação e invisibilidade dos modos de vidas diferentes (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004; BENTO, 2011).

Acerca disso, Bento ilustra que estas práticas são expressas através de cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (2011, p. 552).

É importante entender que o heteroterrorismo cerceia a liberdade de existir de Jovens Gays com discursos e tecnologias reguladoras, através da heteronormatividade que investe no enquadramento ou extermínio das vidas Juvenis Gays que discordam do modelo heteroterrorista. Neste sentido, a desigualdade e a exclusão se impõem e se intensificam por meio de práticas que negam a liberdade das juventudes em questão, por quererem habitar outros territórios que rompem com os modelos instituídos, reduzindo-os à condição de vulnerabilidade, que é enfiada goela abaixo.

A contrapelo, quando compreendo os múltiplos fios e fluxos que tecem as juventudes nos seus estilos, modos de vestir, de ser e se relacionar, percebo as reivindicações que elas externam nas instituições que normatizam o sujeito, como a escola, por exemplo (NEDEL, LACERDA, 2018). Um dos fios dessa discussão demonstra, que em meio às múltiplas experiências juvenis, dentre elas, as experiências de jovens gays, há a necessidade de problematizar essa instituição e suas nuances heteronormativas, a partir das vivências juvenis. Machado Pais é cirúrgico quando nos provoca a olhar a juventude “[...] não apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade”, pois não há um único conceito de juventude que possa



envolver todos os campos semânticos que a ela estão associados” (2003, p. 98).

Posto isto, reitero que além de olharmos as juventudes na sua coletividade, que passemos a escutá-la nos seus múltiplos tons, nas suas múltiplas vozes que reivindicam para si territórios possíveis em um mundo que transparece uma vivência adultocêntrica heteronormativa. Como pode a escolar aprender e se transformar com os “cantos dos jovens gays?” Não existe uma resposta pronta para esta pergunta, a não ser se abrir para a experiência de ver – de ouvir – as múltiplas experiências e linguagens que narram a vida de jovens gays. Precisamos aprender mais com/entre as juventudes e suas multidões, suas culturas, suas lutas e seus saberes.

### **Territórios de saberes juvenis gays nas escolas: reflexões a partir das produções científicas de 2012 a 2022**

Início a reflexão desta seção, provocando a assimilarmos o conceito de território pelo seguinte sentido, [...] em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao adicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, p. 1). Tomei de empréstimo esse conceito para me referir ao campo da pós-graduação como território da produção de saberes que constitui um poder no sentido dos discursos e das práticas, os quais reverberam no cotidiano. Ou seja, o conhecimento que é produzido na universidade se ramifica e produz um sentido social que, por vezes, implica em práticas e discursos hegemônicos e, em outras, produz um silenciamento que segrega, cala e até mata. Acerca disso, Foucault ao analisar os saberes sobre a sexualidade no século XIX,

pontua uma reflexão sobre a ciência e sexualidade, como um campo de saber que estava se estruturando,

De fato, era uma ciência feita de esquivas já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas. A pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie (1988, p. 52-53)

A reflexão supramencionada nos provoca a pensar sobre o modo como as instituições que produzem o conhecimento nutrem posturas ideológicas moralistas e conservadoras, a ponto de replicar pensamentos e concepções estigmatizantes e preconceituosas no âmbito social, político e econômico.

Para tanto, articulado ao pensamento acima, avanço nesta escrita, no sentido de pontuar uma reflexão sobre o território de produção de saberes sobre jovens gays na Escola, no estado do Piauí. Mediante isso, realizei um levantamento no único Programa de Pós-Graduação em Educação do Estado do Piauí, com o interesse de levantar estudos<sup>3</sup> que tivessem Jovens Gays em processo de escolarização como objeto de investigação

---

<sup>3</sup> Importante destacar que os estudos levantados foram aqueles que se encontravam disponíveis para *download* no repositório no site do PPGE investigado e no recorte temporal de 2012 a 2022.

Para acessar as informações, realizei o seguinte percurso: 1 – acesso ao site do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí<sup>4</sup>; 2 – acesso à seção de repositórios de teses e dissertações; 3 – busca no referido repositório com base nos seguintes descritores: jovens gays, juventudes gays, juventudes e homossexualidades, Jovens/Juventudes/gênero e sexualidades; 4 – recolhimento das dissertações e teses que tinham relação com a temática que foram defendidas e/ou depositadas entre 2012 e 2022.

Em seguida, de posse das referidas produções, realizei uma leitura sistematizada do título, das palavras-chave e do objetivo geral, afim de acessar o objeto de estudo de cada produção, os quais se encontram organizados na tabela abaixo. Este percurso foi realizado para que, posteriormente, pudesse acessar os saberes sobre jovens gays em processo de escolarização no Piauí.

Tabela 1 - Sistematização do levantamento de dissertações e teses produzidas em Programa de Pós-graduação em Educação de uma Universidade Pública do Piauí, entre 2012-2022 com as seguintes temáticas: jovens gays, juventudes gays, juventudes e homossexualidades Jovens/Juventudes/gênero e sexualidades;

Ano	Título	Palavras-chave	Objetivo geral no resumo do trabalho
2012	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE(S): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola? (DISSERTAÇÃO)	Homossexualidades. Escola. Jovens LGBT's. Homofobia.	A pesquisa cartografa, problematiza e analisa o ponto de vista de um determinado grupo de jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

<sup>4</sup>O Programa de Pós-graduação em Educação investigado contempla os Cursos de Mestrado em Educação, modalidade acadêmica, e de Doutorado em Educação. Dessa forma, ele possui as seguintes linhas de pesquisa: Formação de professores e práticas da docência; História da Educação; Formação Humana e Processos Educativos; Políticas Educacionais e Gestão da Educação e Educação, diversidades/diferença, inclusão. Ademais, é importante ressaltar que as investigações realizadas foram feitas com base no que se encontra no site de domínio público da referida universidade.

MARTINS & SALES – Pelas quebradas, várzeas e chapadas  
 OLIVEIRA & PIMENTA (orgs.) – JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

			transexuais (LGBT's) em relação à orientação sexual, às suas manifestações de sociabilidades afetivas, ao conceito de diversidade sexual, seus posicionamentos relativos à homofobia e como ocorre a convivência entre pessoas com estas diferenças e outras, dentro da escola pesquisada.
2013	A ESCOLA E A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: experiências da mulher lésbica afrodescendente(DISSERTAÇÃO)	Educação. Gênero. Afrodescendência. Lesbianidade.	Investigar as experiências de vida, na escola e fora dela, de lésbicas afrodescendentes que vivem em Teresina-PI.
2014	DESCOLONIZANDO SEXUALIDADES E CURRÍCULO NA ESCOLA: confetos produzidos por jovens da Ilha(DISSERTAÇÃO)	Sexualidades na escola. Currículo. Jovens. Ensino Médio. Sociopoética	Analisar as linhas de pensamento dos jovens do Ensino Médio de uma Escola Pública, em Ilha Grande-PI (Jovens da Ilha) por meio de ideias e confetos produzidos sobre o tema sexualidade na escola.
2015	NÃO HOUVERAM PRODUÇÃO SOBRE O TEMA E ABORDAGENS AFINS		
2016	ENTRE OCÓS, TRUQUES E ATRAQUES: a produção de confetos sobre as experiências de educadoras Trans do projeto TRANS FORMA AÇÃO(DISSERTAÇÃO)	Aprendizado para/com/pelas diferenças. Pedagogia Trans. Educadoras. Transexuais e Travestis. Sociopoética.	Analisar o pensamento das educadoras Trans do projeto TRANS FORMA AÇÃO por meio dos confetos produzidos sobre suas experiências educativas
2017	NÃO HOUVERAM PRODUÇÃO SOBRE O TEMA E ABORDAGENS AFINS		
2018	“MARIA-JOSÉ-PODE-SER-O-QUE-QUISER: jovens mulheres e as mutações do gênero na formação inicial em Pedagogia (TESE)	Gênero. Formação Inicial. Jovens Mulheres. Pedagogia. Sociopoética.	Analisar experiências, saberes, lugares e obstáculos do gênero cartografando, sociopoeticamente, na relação com a formação inicial de jovens mulheres discentes do curso de Pedagogia da UFPI.

MARTINS & SALES – Pelas quebradas, várzeas e chapadas  
 OLIVEIRA & PIMENTA (orgs.) – JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

2019	“RETALHOS DO SER JOVEM EM MEIO A HETERONORMATIVIDADE: EXPERIÊNCIAS JUVENIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA.” (DISSERTAÇÃO)	Jovens. Heteronormatividade. Escola. Sociopoética.	Analisar confetos (conceitos + afetos) produzidos por jovens estudantes do CETI Profa. Maria da Conceição Salomé sobre o ser jovem em meio à heteronormatividade.
2020	NÃO HOUVERAM PRODUÇÃO SOBRE O TEMA E ABORDAGENS AFINS		
2021	NÃO PUBLICARAM RESUMOS DAS DEFESAS		
2022	NÃO PUBLICARAM RESUMOS DAS DEFESAS Fonte: MARTINS, 2022		

Na análise dos dados condessados no quadro acima, pudemos observar que as palavras que mais se repetiram foram: homofobia, homossexualidades, orientação sexual, mulheres lésbicas, juventude e sexualidades, travestis e transexuais, gênero e jovens mulheres. Assim sendo, foi possível averiguar que, dos estudos analisados que traziam em suas reflexões as discussões sobre gênero, sexualidades, juventudes, homossexualidades, não houve uma produção que discutisse a categoria de jovens gays no cotidiano da escola.

As pesquisadas analisadas acima, com base em seus objetivos, traziam uma discussão mais generalizada acerca das vivências de jovens LGBTI+. Houveram somente dois estudos que realizaram uma pesquisa de cunho mais focalizado, com lésbicas negras e educadoras trans. Os demais, quando traziam temáticas ligadas às vivências juvenis LGBTI+, abordavam tópicos mais gerais, como por exemplo: a homofobia, orientação sexual, sexualidades e heteronormatividade, sem realizarem aprofundamentos mais específicos sobre os sujeitos relacionados às temáticas em questão.

No entanto, o objetivo em questão aqui não é criticar a ausência de uma especificidade dos sujeitos nos estudos já realizados, uma vez que existem vários caminhos para se anunciar e estruturar uma pesquisa

científica. Contudo, problematizamos aquilo que é sintomático nesse universo investigado, é que no interstício de dez anos do recorte temporal que analisamos, tivemos apenas dois estudos que se voltaram para as questões mais específicas acerca dos sujeitos/as/es LGBTQI+. Acerca disso, me vem as seguintes perguntas: Não teríamos, no contexto piauiense, problemáticas que tomassem esses sujeitos, em suas especificidades, como possíveis temas de pesquisa? Quais as tradições de pesquisa são mais recorrentes nos programas de pós-graduação em educação das universidades públicas?

Podemos avaliar essa situação por duas trilhas de interpretação. A primeira nos apresenta um recorte temporal, no qual estávamos vivendo um cenário político dito progressista, que data de 2012 a 2016. Nesse contexto, tínhamos uma máquina política ainda favorável às políticas para pessoas LGBTQI+, que emergiu do processo de redemocratização política do Brasil nos anos de 1990 e que culminou em um panorama mais favorável à população em questão neste trabalho, quais sejam: surgimento de eventos, consolidação do Programa Nacional de DST e Aids, Articulação mais concreta do Estado com os ativismos políticos LGBT, o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, dentre outras ações que emergiram dentro do referido contexto.

Para confirmar essa interpretação, ilustro com a seguinte reflexão

O revigorado movimento LGBT apresenta traços distintivos em relação aos períodos anteriores. Alguns desses traços, [...] na virada do século, continuam válidos para pensar suas características atuais: presença marcante na mídia; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da Aids; vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos

de *gays* e lésbicas; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal; atuação junto a agências estatais ligadas a prevenção de DST e Aids e promoção de direitos humanos; formulação de diversas respostas diante da exclusão das organizações religiosas; criação de redes de grupos ou associações em âmbito nacional e local; e organização de eventos de rua, como as grandes manifestações realizadas por ocasião do dia do Orgulho LGBT (FACHINNI, SIMÕES, 2009, p. 138).

Por outro lado, a segunda trilha de reflexão nos ilustra um cenário ultraconservador. Pois adentramos numa seara política (2018-2022) em que as questões associadas ao gênero e a sexualidade foram deliberadamente atacadas em nome de “Deus, da pátria e da família”. O Estado, que antes poderíamos considerar como articulador e propositor de políticas e ações voltadas para a população LGBTI+ , torna-se agora o algoz da mesma.

Ainda nesta linha de pensamento, compreendemos que, neste panorama, “grupos que exercem poder acionam aparelhos do Estado – que por si tem a preocupação de conservar -para impedir que a diferença se prolifere e para fazer com o que o gênero e sexualidade sejam considerados temas não escolares” (PARAISO,2018, p. 21). Nesse sentido, foi possível acompanhar discursos públicos de representantes políticos que atacavam cotidianamente as produções de pesquisa sobre e gênero e sexualidade nos circuitos das universidades públicas brasileiras.

Abaixo segue uma passagem da fala da deputada Dayane Pimentel do PSL – BA, proferida no ano de 2019, onde a mesma diz,

Começo dizendo que a OCDE diagnosticou que aqui no Brasil, Ministro, nós já gastamos quatro vezes mais com os nossos alunos do ensino superior do que com nossos alunos do ensino básico. Eu não quero chocar vocês nem ofender ninguém, mas é preciso dizer aqui para onde vai muito desse investimento. Eis alguns produtos: "... desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife". Se preferir, "Folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazer sexual entre mulheres" - Universidade Federal de Pernambuco. É para onde vão nossos investimentos! Eu pergunto aos Deputados da Oposição: é isso que vocês querem que os seus filhos leiam? Porque não é isso que eu quero que nem o meu filho, nem os meus alunos leiam. (BRASIL, 2019)

Falas como essas criminalizam as produções científicas que tomam como temática as discussões sobre gênero e sexualidade. Além disso, se essas questões forem associadas à dimensão das juventudes como campo de práticas de pesquisa e ensino, percebe-se ainda mais a contraposição da onda ultraconservadora acerca de tais questões. Ataques como esses foram muito comuns no recorte temporal de 2018-2022 e tiveram grande implicações no panorama da produção científica nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras.

Nesse sentido, trouxe esse recorte para fundamentar a minha interpretação de que o pequeno número de produções científicas e a ausência de trabalhos que tenham discussões sobre as juventudes gays, relaciona-se na forma como ultraconservadorismo penetra e manipula a mentalidade da população brasileira.

Além de perceber que, em um intervalo de 10 anos, houve um quantitativo irrisório de publicações sobre as temáticas que tratam sobre



gênero e sexualidade. Notou-se também que as dissertações e teses, em sua grande maioria, não categorizavam em si, as especificidades das juventudes LGBTI+, ou seja, a produção científica na construção de saberes não ilustrava o lugar dessa categoria social no eixo das produções de conhecimento universitário.

Diante disso, podemos refletir sobre como a universidade, em especial aqui o programa de pós-graduação em educação analisado, enquanto território que agencia saberes e tecnologias, à medida em que não aprofunda questões que tematizam as trajetórias, vivências, culturas e saberes de jovens gays, reproduz o caráter ideológico de uma matriz social heteronormativa, sob a qual muitas instituições sociais estão a serviço. Esse é o retrato de muitas universidades brasileiras, as quais foram erguidas, historicamente, aos mandos e desmandos de uma matriz eurocêntrica, cisheteronormativa e patriarcalista.

Estes espaços não comungam com os interesses sociais e políticos dos jovens, pois, há a predominância de

uma representação negativa e preconceituosa em relação aos jovens, reflexo das representações correntes sobre a idade e os atores juvenis na sociedade. É muito comum, nas escolas, a visão da juventude tomada como um “vir a ser” projetada para o futuro, ou o jovem identificado com um hedonismo individualista ou mesmo com o consumismo. Quando se trata de jovens pobres, ainda mais se forem negros, há uma vinculação à ideia do risco e da violência, tornando-os uma “classe perigosa”. Diante dessas representações e estigmas, o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer. A escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito

menos compreender a diversidade, seja étnica, de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta (DAYREL, 2007, p. 1117).

Nesse sentido, evidencio um estranhamento diante do exposto acima, tendo em vista que vivemos um contexto em que as políticas sociais para jovens e LGBTI+ foram ampliadas, porém são poucas as produções acadêmicas piauienses sobre jovens gays nas escolas, o que nos faz pensar em como a universidade (e outras instituições de ensino) ainda é um território antidemocrático para as populações de lésbicas, gays, travestis, transexuais e *queers*, como que vivemos a partir do slogan da ideologia de gênero? (PARAÍSO, 2018). Ou seja, jovens gays não são modelos culturais almejados pelas escolas e universidades que bebem na fonte da ideologia cultural dominante, a da homem branco, heterossexual, eurocêntrico, de elite (PERALVA, 1997,p. 15).

### **Considerações Finais**

Em linhas gerais, o presente texto trouxe reflexões sobre as minhas implicações enquanto um pesquisador jovem gay, que investiga juventudes gays na escola, buscando acentuar os atravessamentos que nos constituem no campo da pesquisa.

Evidenciei, a partir do que aprendi nas minhas leituras e atravessamentos enquanto pesquisador, que as juventudes são uma categoria social, política e cultural necessárias às transformações das instituições sociais, principalmente pelo embate e problematizações que elas provocam às instituições engessadas como a família, a escola, a igreja, dentre outras.

Notamos que nossa questão inicial, que era mapear a produção de territórios de saberes juvenis gays nas escolas do estado do Piauí a partir das pesquisas realizadas em programa de pós-graduação em educação e áreas afins (2012-2022) no referido estado, teve uma resposta não muito positiva, uma vez que, no interstício de dez anos, nenhuma pesquisa foi realizada no PPGE, a qual tomasse como objeto de estudo jovens gays das escolas públicas piauienses.

Por um lado, isso assinala o ineditismo de minha pesquisa no estado em questão e a necessidade de pesquisarmos e intervermos mais sobre essas temáticas, principalmente nas multiplicidades que a sigla LGBTI+ traz à tona. Por outra via, assinala também o caráter ideológico que, por vezes, a universidade pública assume quando se isenta de debater os temas interditos neste espaço, principalmente em panoramas políticos ultraconservadores.

## Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n°5 e 6, 1997.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2004.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis-SC, vol.19, n.2, p. 549-559, 2011.

BRASIL. Deputada Federal (2019-2023. Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel). Discurso da Professora Dayane Pimentel. Brasília – DF, 2019.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p. 2-11, 2005.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300022&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300022&script=sci_abstract&tlng=es) Acesso em: 10 nov. 2022.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em: 31 mai. 2022.

HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046> . Acesso em 11/12/2022.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OLIVEIRA, V. H. N.; LACERDA, M. P. C. D. Culturas Juvenis e Pertencimento Urbano: Mapeando os Fluxos Juvenis na Cidade. **Revista FSA**, Faculdade Santo Agostinho, v. 15, p. 110-124, 2018a

PAIS, J. M. Jovens e Cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 49, p. 53-70, 2005.

\_\_\_\_\_. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003

PARAÍSO, M. A. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos de slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gênero e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-49.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílíana da. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PERALVA, Angelina. O Jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 05, 1997. Disponível em:  
[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442\\_1175\\_abramowendel.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf) Acesso em: 31 mai. 2022.

PONTES, J. C., & SILVA, C. G. (2018). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**. Salvador, v.1 n.8, p. 396-417. Disponível em:  
<https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>. Acesso em 10 Jan. 2023.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis – SC, v. 19, n. 1, p.11-20, 2011.

MARTINS & SALES - Pelas quebradas, várzeas e chapadas

OLIVEIRA & PIMENTA (orgs.) - JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

SALES, C. M. V. Juventudes, espaços de formação e modos de vida. **ETD-  
Educação Temática Digital**. Campinas, v.12, n. esp., p. 24-41, 2010.

VEIGA-NETO. A. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.





# JUVENTUDES EM MANAUS (AM): PRÁTICAS ESPACIAIS ENTRE AS PALAFITAS E NAS OCUPAÇÕES DE TERRA

Matheus Vieira Areb

## INTRODUÇÃO

A discussão acerca da “casa” pode levar a diferentes dimensões daquilo que se constitui enquanto necessidade básica do estabelecimento (regularidade) da vida nos centros urbanos. A casa é importante, pois marca nossa fixação com um determinado espaço dentro da cidade. O ato de morar não é estático, morar ultrapassa as quatro (ou mais) paredes da casa, é um processo ligado à possibilidade do estabelecimento de inúmeras relações com outros espaços e com aqueles que moram próximo. Entretanto, morar é sempre um ato em algum contexto que caracteriza as práticas espaciais específicas de alguma rua, comunidade ou um bairro, assim, as práticas de quem mora em condomínios são diferentes de quem vive em favelas e/ou conjuntos habitacionais e assim adiante, revelando a diversidade dos modos de habitar no urbano.

Os jovens que moram na cidade se constituem enquanto um grupo social específico e heterogêneo que em seu cotidiano emergem inúmeras questões de sua vivência no urbano. Este texto busca analisar as práticas espaciais de grupos juvenis em sua relação com a casa e seu entorno a partir de um contexto específico: o fenômeno da crise habitacional histórica na cidade de Manaus que produziu duas formas específicas de habitar: palafitas e ocupações irregulares.

Nesses espaços, mesmo apesar da contrariedade precária da moradia e o marcador de classe enquanto jovens que economicamente fazem parte de família de baixa renda criam estratégias para exercer a prática do lazer, produzindo espaços e tecendo uma rede de relações consolidando vínculos de vizinhança.

### **Manaus, Habitação, Juventudes e Periferia**

É importante compreender o contexto da cidade estudada para refletir sobre o que é ser jovem na(s) periferia(s) da cidade de Manaus. Essa que é a capital do estado do Amazonas é uma cidade que tem a produção do seu espaço urbano marcado por eventos econômicos, como os tempos áureos da exportação da borracha, a crise da borracha, e posteriormente o impacto dos planos econômicos acordados desde 1957 para a construção de áreas industriais que se estabeleceram em 1967 com a Zona Franca de Manaus.

Em Manaus, uma das formas de habitação precária surgiu em meados de 1920, em consequência da crise da borracha que aponta forte declínio por volta de 1914. Extrativistas da borracha, que incluíam amazonenses e migrantes, saíram do interior do estado para a capital Manaus em busca de nova renda, o rápido aumento populacional na cidade foi acompanhado de falta de projeto para receber os que chegavam, desse modo, “houve desemprego em massa, ocasionando a concentração da população às margens dos igarapés” (MACIEL, 2016, p. 262). As habitações ao longo desses pequenos canais fluviais urbanos, as chamadas palafitas, se localizam em áreas de risco, pois estão sujeitas às inundações periódicas que impactam na estrutura da casa e a outros perigos, como o contato com águas poluídas e animais que surgem por essas mesmas águas. Por volta de 1965, a intervenção nessas áreas por parte do governo, com a retirada de algumas casas, levou os ocupantes a buscarem moradia em áreas distantes da cidade na periferia.

A busca por uma casa na periferia da cidade de Manaus foi marcada por inúmeros processos de ocupações de terras de propriedade da União e privadas, mais tarde muitas das ocupações passaram por processos de legalização jurídica tornando-se bairros em Manaus, como ocorreu na maioria dos bairros hoje estabelecidos na zona leste da cidade. Esse processo tem sua continuidade até os dias de hoje, como afirma Barbosa (2017, p. 189): “a demanda por moradias cresce, mas a prática de se planejar o espaço da cidade de Manaus, é similar às elaboradas nas décadas passadas”. Esse fato revela a continuidade de um processo de ocupação irregular, denominado assim, “por não terem protocolização na administração municipal” (MACIEL, 2016, p. 264).

Atualmente o problema do acesso à habitação em Manaus continua. Trago para a discussão duas áreas de ocupações em Manaus: Palafitas localizadas no bairro Educandos na zona sul da cidade e a ocupação Coliseu (dividida em I, II e III) na zona leste de Manaus. Nas duas áreas, há precariedade habitacional, no que se refere a falta de infraestrutura, mobilidade, acesso a serviços e equipamentos urbanos.

Para além da materialidade, os traços que caracterizam esses espaços são os laços de vizinhança e as relações de proximidade referentes a cada uma das faixas etárias entre si. Não apenas no emprestar objetos aos vizinhos, nas ações coletivas organizadas para solução de problemas de infraestrutura da comunidade, mas naquilo também que aparece como a sociabilidade festiva (COSTA, 2002) presente nas ritualizações da vida cotidiana, apresentando-se e representando como habitantes de um lugar com tempo e espaço específicos, onde as interações têm um papel central. As ocupações aparecem como palco da vida cotidiana (DE CERTEAU, 1994). Os espaços ditos irregulares como as áreas de palafitas e ocupações na periferia, têm em si a especificidade da organização de seus espaços sem a intervenção dos planos urbanísticos do Estado, delimitando, a partir do

uso, seus próprios espaços das casas, passagens, festas e campos de futebol. Nas estratégias de mobilidade criam caminhos, por mais precários que sejam, abrem lanchonetes, locais da reunião de pessoas em que se observa o germinar de espaços de sociabilidade noturna e lazer em área de ocupação, entre outras relações espaciais que ocorrem nesses lugares.

Recortamos esse espaço específico da cidade, na periferia, como espaço da vida, onde os jovens têm importante protagonismo em práticas urbanas. O modo de vida da periferia tem em si um cenário, onde, por vezes, a precariedade se reflete na forma, assim como a violência pode ser recorrente por o Estado não se fazer intensamente presente pela distância das áreas centrais. Zaluar (1985, p. 10) afirma que nessas áreas a tensão pode ser visível através dos “sinais de miséria social e moral” que vão desde as ruas esburacadas até os olhares daqueles que se encaminharam para práticas criminais. Para além da precariedade da forma é no conteúdo que esses espaços revelam a diversidade das práticas culturais populares urbanas.

Na vida ao longo das ruas da periferia, Magnani (1996, p. 10) aponta a existência de uma cultura popular fruto das tradições locais representadas através de diferentes práticas. Essas manifestações que ocorrem ao longo do bairro são caracterizadas por suas ligações com as ritualizações da vida, como formas de uso do tempo livre e revelam ser longe dos grandes acontecimentos macro, são práticas significativas para representar a vida ao longo dos bairros, como uma cultura própria fruto de sociabilidades que começam a partir das pequenas interações cotidianas e geram reconhecimentos, aproximando e criando um sentido de coletividade:

São, evidentemente, modalidades simples e tradicionais, que não têm o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, nem apresentam conotações políticas ou de classe explícitas, mas estão profundamente vinculadas ao modo de vida e tradições dessa população (MAGNANI, 1996, p. 10)

Apesar das grandes implicações antropológicas que essa cultura da periferia pode trazer para a reflexão, no plano do cotidiano, os sujeitos entendem essas atividades ora como uma forma de tradições aprendidas a cada geração e (re)vividas em seu seio social e como práticas de lazer que dão satisfação em seus dias ou ao final de semana. Assim, o lazer não deve apenas ser reduzido a um tempo de não-trabalho, mas como um conjunto de “práticas culturais, em seu sentido mais amplo, englobando também os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações” (MELO e ALVES, 2012, p. 34). Assim, apesar da obrigação do trabalho e sua ação de cooptação, por vezes inclusive do tempo livre, o lazer não é um tempo que sobra como se as atividades tivessem um caráter de aleatoriedade, mas são práticas importantes, às vezes pensadas e programadas, e outras vezes não, mas todas de profundo sentido necessárias para os sujeitos como manifestações importantes que se explicariam por si, dentro do universo de significados e sentidos próprios.

A discussão acima aponta alguns conceitos necessários para a compreensão de uma cultura na periferia, como um lugar onde a violência se faz presente, seja ela simbólica ou material, mas onde mesmo assim há uma rica produção de práticas sociais muitas vezes expressas através das práticas de lazer locais. Diante do contexto exposto, para a presente discussão entende-se que para explicar a cultura urbana de jovens em áreas periféricas a ideia de juventude enquanto uma condição circunscrita a uma dada conjuntura específica é adequada:

Inicialmente, é importante situar o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil (DAYRELL, 2007, p. 1108-1109).

Nesse sentido, conforme o lugar social, os jovens manifestam sua existência a partir de condições específicas, essas condições não são limitadoras, estabelecem também estratégias na aventura de habitar e viver no urbano. Assim, as práticas de lazer exercidas pelos jovens nas áreas periféricas da cidade de Manaus contém em si variedade enquanto conteúdo e forma.

## JUVENTUDE ENTRE AS PALAFITAS

Manaus é uma cidade margeada pelo Rio Negro e entrecortada dentro de seu perímetro urbano por inúmeros canais fluviais (localmente pequenos rios são chamados de Igarapés). Uma das formas de habitação em Manaus se dá através das casas de palafitas, típicas casas de madeira do meio amazônico que são adaptadas para áreas inundáveis. Moradores das palafitas em Manaus sofrem com a periodicidade das águas em seus movimentos de cheia e vazante: o contato com as águas poluídas, o perigo de animais peçonhentos e doenças são as principais dificuldades ambientais enfrentadas pelos moradores.

Um dos bairros onde há uma grande concentração dessas casas é no bairro Educandos, na zona sul da capital. As casas de palafitas margeiam a parte leste do bairro ao longo do Igarapé do Educandos, igarapé localizado na foz da bacia hidrográfica do Educandos. O igarapé, por estar na foz, recebe inúmeros

dejetos químicos e materiais ao longo da bacia em seus afluentes, que na época da cheia ocupam a superfície das águas, e ficam por entre e dentro das casas inundadas.

A intensificação da produção de casas de palafitas tem seu contexto histórico, como já discutido, nos ciclos migratórios ao qual Manaus experimentou a partir da primeira crise da borracha em 1920. Os primeiros moradores construíram suas casas mediante a possibilidade de espaço e materiais disponíveis. É possível compreender que a produção do espaço em áreas de palafitas se faz de dentro do bairro em direção ao rio, de forma horizontal, as primeiras casas ficam mais perto da terra firme enquanto as próximas ficam mais adentro do canal fluvial (vivendo insegurança ambiental pelas condições precárias a saúde e a vida em áreas alagadas) e são geralmente construídas por relações de parentesco (AREB, 2022).

Para além da sobrevivência, é possível identificar que ao produzir o espaço da habitação, os jovens que vivem nesses espaços ao mesmo tempo produzem o espaço da vida. Entre os corredores das casas, entre as pontes por cima das águas, há a presença de sociabilidades juvenis, como em conversas entre eles, rápidas ou mais demoradas, da porta das casas e janelas, jovens em grupos ao longo dos corredores e adolescentes e crianças brincando criam espacialidades que transitam entre a casa e o beco (viela). Assim, há a criação de um sentido de reconhecimento local em termos da possibilidade urbana que nesse contexto se dá pela proximidade.

Jovens que moram ao longo das palafitas conseguem desenvolver suas práticas de lazer quando possível em seus trânsitos pela cidade, entretanto há uma prevalência das práticas simples que não precisam de tantos recursos. Uma das formas mais marcantes de lazer entre as palafitas é na época da vazante do Igarapé do Educandos. Com as águas baixas com a várzea, há o aparecimento de terra

seca, nesse espaço os jovens criam vários campeonatos de futebol que se estendem pelo período de verão amazônico até as águas começarem a subir novamente. Nesses campeonatos existem prêmios dados para os campeões como refrigerantes, bolo ou chocolate, ou até mesmo animais como galinhas. Entretanto, há também o perigo, pois nesses espaços de terra que se formam no baixar das águas, há deposição de lixos químicos e materiais cortantes, sendo assim, existem por vez ou outra situações de cortes por vidros ou latas.

Na época da cheia, alguns grupos de meninos se reúnem, e através de pequenas canoas, conseguem tomar banho na parte central do igarapé, segundo os jovens, a água representa risco (poluição) apenas onde o lixo se acumula, nas margens, tornando a parte mais central do leito segura.

Nesse sentido é importante, pensar que os jovens que vivem ao longo das palafitas têm diversas condições adversas no sentido da moradia: a qualidade material da casa, as sucessivas inundações e a baixa renda contribuem para impactos na qualidade de vida desses jovens. A pobreza é, nesse sentido, um desalinhador no estabelecimento de uma juventude plena e saudável que no âmbito da sociedade capitalista reflete a desigual forma de se viver a juventude.

Nessa vida que vai se dando nas casas sobre as águas, a sociabilidade aparece como elemento importante entre os jovens, não apenas no futebol na várzea onde participam meninas e meninos, mas ao longo do cotidiano, nas conversas entre as marombas ou sentados nas janelas ou nas portas de casas, se unem em perambulações pelo bairro, vão juntos a escola, a padaria ou a taberna. Essas manifestações de integração revelam a forma básica das aproximações entre jovens que compartilham a mesma vida e tem em sua “turma” a possibilidade do encontro e da conversa, como afirma Dayrell (2007, p. 1111): “a turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, ‘trocam ideias’, buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando



um ‘eu’ e um ‘nós’ distintivos”. Nesse sentido, estes se entendem enquanto iguais por compartilharem e vivenciarem as mesmas condições de espaço e vida sobre um determinado contexto na cidade.

## JUVENTUDE EM CONTEXTO DE OCUPAÇÕES INFORMAIS

Na cidade de Manaus, a comunidade Coliseu é fruto da ocupação de terras criada em 2015. Localizada na zona leste da cidade. A comunidade atualmente se encontra com pequenas melhorias que em maioria são feitas por arranjos dos próprios moradores. Esse processo serve como objeto de análise para a reflexão sobre acesso à moradia em Manaus e as sociabilidades criadas nesse contexto.

As ocupações ganham por parte da sociedade o “estigma”, são dotadas da aparência do irregular, da desordem, do caos, do abandono, lugares do perigo, incerteza e da violência (CORRÊA, 2022). Por outro lado, os jovens que se encontram nesses espaços, constroem relações, se ajudam, festejam, brigam, emprestam entre si, ficam na casa de um e outro. Na vida nas chamadas comunidades, os jovens se (re)organizam em torno de um sentido de experiência comum: necessidade de morar, o que fazem estar pertos, constituem comuns entre si.

Aos poucos, é possível compreender a produção da vida para além da casa. Na comunidade, alguns campos de futebol foram construídos, frequentemente se joga bola, além de ser possível presenciar festas juninas no meio do ano, inclusive com outros moradores de outros bairros participando. Outros espaços coletivos são pequenos comércios que se formam no local, estes popularmente chamadas de tabernas, geralmente são feitos em cômodos das casas, modificados para atenderem ao público externo. Algumas casas, também fazem bares e pequenas lanchonetes populares, pontos em que acabam reunindo

alguns jovens principalmente à noite. Neste sentido, para além da dimensão material, a “casa” aparece em abrangência<sup>1</sup>, ressaltando seus níveis de gradações que pressupõe a privacidade como o ponto de partida (casa construída) até os espaços públicos abertos formam o sentido da moradia em termos amplos, ou seja, a extensão espacial ao qual a vida na cidade está ligada.

Esses jovens também enfrentam dificuldades, principalmente com relação ao emprego, é possível identificar a recorrência de empregos não formais, alguns jovens que recorrentemente têm um trânsito entre trabalhos informais, revelando a fragilidade da condição de uma obtenção de renda segura. Alguns relataram problemas também com a relação emprego-mobilidade, pois como moram na extrema periferia da cidade, com o acesso à comunidade por vias ainda não asfaltadas, há uma dificuldade em transitar pelo local, saindo de casa muito cedo (ainda sem ônibus) e chegando muito tarde com poucas linhas para atender a área, ruas enlameadas quando chove, sujando as roupas de trabalho e entre outras questões que já levaram alguns a abandonarem seus ofícios. Nesse sentido, é possível refletir que há uma dupla dificuldade para jovens que habitam esses espaços, além de terem que lidar com o desemprego em escala macro, na possibilidade de conseguir um, enfrentam novos desafios internos morando em ocupações para se manterem em suas vagas, revelando uma desigualdade de condições com relação a outros jovens da cidade:

Ao mesmo tempo, é necessário situar as mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que, no Brasil, vem alterando as formas de inserção dos jovens no mercado, com uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das

---

<sup>1</sup> Para além da abrangência, a casa pode ser pensada também em termos simbólicos e culturais dentro da geografia: a exemplo da comunidade o campo de futebol aparece como manifestação majoritariamente masculina, enquanto na época da festa junina, os campos tornam-se espaço da festa onde o papel da mulher é imprescindível, revelando a dimensão do gênero no espaço (AMOROS, 1994).

camadas populares, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Apesar de localizados nos confins da cidade, os jovens traçam estratégias para também se apropriar dos espaços da cidade: shoppings, praças, casa dos amigos em outros bairros, academia ou quadras de esportes, a orla fluvial faz parte do circuito desses, que com o baixo poder de compra recorrem aos ônibus coletivos para transitar pela cidade. Nesse sentido, o trânsito das juventudes em Manaus pela cidade é intenso (RODRIGUES e BRAGA, 2008, p. 54). Isso se dá pela característica da produção de uma cidade fragmentada no contexto capitalista. As áreas de ocupações estão na extrema periferia da cidade, distantes do centro, assim, há um processo de “restrições de acesso aos equipamentos culturais e de acesso às múltiplas possibilidades de lazer [...]” (MELO e ALVES, 2012, p. 49), traço comum nas periferias. Esse aspecto já foi observado por Lacerda (2021) em Manaus, a concentração de equipamentos culturais para o centro em detrimento às atuais áreas de expansão que são para as zonas Norte e Leste, criando uma cidade desigual na possibilidade de experimentar seus espaços:

Esse cenário fica explícito na percepção juvenil identificada e se materializa quando se verifica que nas áreas territoriais da cidade de Manaus as discrepâncias da oferta dos serviços públicos são salientes. Somente um exemplo para ilustrar tal situação, do ponto de vista das ações de políticas públicas no âmbito cultural (área onde a presença dos jovens, em tese, deveria ser bem expressiva), observa-se que há uma concentração de equipamentos culturais (museus e teatros, por exemplo) e eventos no centro histórico da cidade. [...] Em contrapartida, em outras áreas, principalmente na zona norte e leste, onde a efervescência do processo de urbanização está em pleno vigor, há alguns poucos espaços e incentivos para construção e fomento de manifestações artístico-culturais. (LACERDA, 2012, p. 240-241).

Neste sentido, é importante pensar em como os jovens são importantes na construção desses espaços. Apesar das discussões positivistas tratarem as questões acerca da habitação no Brasil com forte ênfase em dados estatísticos, é no plano da vida e do cotidiano que essa teoria ganha sentido. Os jovens são aqueles que aparecem por primazia no uso dos espaços, demarcando territórios, constituindo redes através de uma intensa necessidade de sociabilidade (DAYRELL, 2007, p. 1111), são aqueles que junto a outras faixas etárias ajudam a construir o sentido de pedaço na comunidade, pois como afirma Magnani (1996, p. 13) “o ‘pedaço’ é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição”. Esses locais são dinâmicos, pois falam da própria cultura popular local e se tornam significativos como o espaço da vida, aí reside a capacidade de transformar uma ocupação para além do seu caráter político-jurídico mas em espaço cheio de significados próprios: “Os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados (DAYRELL, p. 2007, p. 1112).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações juvenis nas palafitas e nas ocupações revelam expressões de sociabilidade dos jovens frente a situações precárias de inundações periódicas das águas e a falta de infraestrutura em ocupações é possível refletir que os adultos se adaptam fisicamente com a casa e os jovens também, mas ainda simbolicamente costumam essa adaptação nas formas de lazer e sociabilidade em espaços considerados de risco e insalubres.

O lazer nesses espaços é feito em condições de precariedade, seja de forma direta ou indireta, já quando a prática de lazer se dá fora desses espaços tentam driblar as dificuldades de mobilidade pela cidade. Os equipamentos culturais não

chegam a tempo nesses espaços, pois não são áreas planejadas pelo Estado para expansão da cidade, o processo de estabelecimento habitacional se dá ao contrário: primeiro se estabelece depois se reivindica a infraestrutura urbana.

Desse modo, essas condições de vida dos jovens em palafitas e ocupações em Manaus refletem experiências humanas específicas das zonas de pobreza na(s) periferia(s) da cidade. Essas condições não se expressam como determinantes, jovens traçam estratégias no habitar em áreas precárias. Nesse sentido, os estudos que focam essas áreas específicas dentro desses contextos trazem uma articulação necessária entre as condições mais gerais que é a crise habitacional e as especificidades do habitar juvenil urbano na periferia de Manaus, contribuindo para compreensão dessa realidade.

Por isso a necessidade de se dar atenção à falta de políticas públicas para atender os jovens da periferia com relação a lazer, entendendo que cada jovem tem sua condição única localizada em um lugar específico. Cabe, portanto, ao Estado como agente maior da produção do espaço entender a justa medida entre espaço social e físico, tirando jovens de condições de risco dentro da cidade e possibilitando moradia plena para o estabelecimento de suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS

AMOROS, C. Espacio público, espacio privado y definiciones ideológicas de “lo masculino” y “lo femenino”. In: \_\_\_\_\_. **Feminismo, igualdad y diferencia**. México: UNAM-PUEG, p. 23-52. 1994,. Disponível em: <[www.laneta.apc.org/cidha/lectura/identidad/texto6.htm](http://www.laneta.apc.org/cidha/lectura/identidad/texto6.htm)>. Acesso em 26 Ago. 2022.

AREB, M. V. **A cidade e as águas enquanto dimensão simbólica entre os habitantes do Igarapé de Educandos - Manaus/AM.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), p. 151. 2022. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8990>>. Acesso em: 9 maio 2022.

BARBOSA, T. da R. **Ocupações Irregulares e a (re) produção do espaço urbano da zona Leste de Manaus (AM):** da ilegalidade do processo a legalidade da questão da moradia. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 217. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25538?mode=full>>. Acesso em: 7 agosto 2022.

CORRÊA, S. A. L. Do igarapé ao Rip Rap: o processo de constituição da paisagem de um “lugar perigoso” em Manaus. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 18-48. 2022. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17024>>. Acesso em 25 jan. 2023.

COSTA. X. Festive Traditions in modernity: the public sphere of the festival of the Falls in Valencia (Spain). **The sociological review**, vol 50, n° 4, p. 482-504. 2002. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/003802610205000402?journalCode=sora>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302007000300022&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302007000300022&script=sci_abstract&tlng=es) Acesso em: 31 mai. 2022.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes. I - Artes de Fazer, 1994.

LACERDA, J. C. N. **A percepção ambiental dos jovens sobre a cidade de Manaus (AM)**. Revbea, São Paulo, V.16, No 5, pp. 233-246. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11217>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MACIEL, F. B. Assentamentos precários: o caso de Manaus. In: MORAIS, M. da P.; KRAUSE, C.; LIMA, V. C. N. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. p. 249-306.

MAGNANI, J. G. C. Quando o Campo é a Cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.) **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 12-53.

MELO, V. A; ALVES, E. de D. JR. **Introdução ao Lazer**. 2.ed. - Barueri, SP: Manole, 2012.

RODRIGUES, R. P; BRAGA, S. I. G. B. “metamorfose ambulante”: uma viagem de ônibus como rito de passagem. **Somanlu**, ano 8, n. 1, jan./jun, UFAM, p. 43-

74. 2008. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/318/19>

>. Acesso em: 20 set. 2022.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. Editora Brasiliense, 1985



## JUVENTUDES NEGRAS E VIOLÊNCIAS: UM CENÁRIO DE GENOCÍDIO

Nicole dos Santos Ferreira

### INTRODUÇÃO

Em saída a campo realizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no bairro Cidade Baixa, para a disciplina de Juventudes e Territórios: Cidade, Espaço e Violência, observou-se que a juventude negra presente nesta localidade ocupava, majoritariamente em relação a outros grupos, lugares de subserviência: na maioria dos casos observados, os indivíduos trabalhavam com entrega de itens alimentícios via aplicativos de *delivery* e no atendimento de bares e restaurantes. Levando em consideração o que o professor e cientista social José Machado Pais bem sublinhou em um artigo de 2015, o recorte temporal é de suma importância para a interpretação do trabalho de campo. Diante disso, percebeu-se que no dia e horário escolhidos para a saída a campo, uma noite de sexta-feira – quando as ruas e estabelecimentos da Cidade Baixa, bairro boêmio da capital gaúcha, costumam ficar lotados –, havia um número ínfimo de jovens negros se divertindo, isto é, ocupando a posição de clientes, turistas ou consumidores.

Foi a partir dessas observações que se intensificou o interesse de abordar o tema das juventudes dentro de um recorte racial, uma vez que são latentes as desvantagens que a juventude negra sofre em seu cotidiano. Assim, compreende-se que o racismo atravessa a realidade dessa população, consolidando-se através das mais diversas formas de violência e culminando,

muitas vezes, em sua expressão máxima: o homicídio de jovens negros. Neste sentido, propõe-se uma discussão acerca do genocídio da juventude negra, buscando resgatar as raízes históricas que explicam este fenômeno.

## JUVENTUDES NEGRAS

Segundo o Estatuto da Juventude, as pessoas consideradas jovens estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos (BRASIL, 2013). Constantemente associada à vitalidade, a juventude é a fase da vida marcada por novas descobertas e experiências que antecedem o ingresso definitivo na fase adulta. Devido à inquietação e ao dinamismo típicos da juventude, muitas vezes, os jovens são vistos como uma ameaça. É comum ouvir pessoas desta faixa etária serem descritas como inconformadas, contestadoras ou dotadas de uma “rebeldia natural” que costuma arrefecer com o tempo. Neste sentido, a juventude é associada a valores e estilos de vida, não se restringindo a um grupo etário específico, mas até mesmo extrapolando a faixa de idade determinada para a juventude (PERALVA, 1997).

Sendo assim, o jovem é aquele sujeito desviante, que não se adequa ou se encaixa em alguns padrões determinados pela ação socializadora, pois a juventude clama pelo novo, pela transformação, pois questionar o *status quo* em geral é visto como perigoso (PERALVA, 1997). Traçando um recorte dentro do tema das juventudes, o presente ensaio se debruçará especificamente sobre as juventudes negras. Enquanto os jovens, em um plano geral, são vistos como inadequados ou como aqueles que se desviam do padrão, os jovens negros são atravessados pelo elemento racial, fazendo com que se encontrem mais vulneráveis a diversos tipos de violência.

A juventude negra tem se defrontado com inúmeras dificuldades, sendo muitas dessas barreiras causadas pela intersecção entre raça e classe. Esse segmento se torna, assim, alvo preferencial dessa forma específica de violência: a política de extermínio. (JULIANO, 2020, p. 154)

Em uma sociedade na qual o racismo é regra e não exceção, ou seja, em que o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019), o que destaca a juventude negra das demais juventudes é o fato de o preconceito e a discriminação racial se fazerem presentes no cotidiano destes jovens, constituindo mais um elemento a impregnar o imaginário coletivo e tornando o jovem negro ainda mais ameaçador. Peralva complementa:

Assim, o temor suscitado pelo jovem, o sentimento de insegurança a ele frequentemente associado no imaginário adulto, constituem a outra face dessa moeda. Já não se trata aí do jovem cujo desvio é necessário prevenir ou mesmo punir, mas daquele que ameaça o adulto indefeso, encarnando tudo aquilo que, em sua vida, este já não consegue controlar.(PERALVA, 1997, p. 19)

Percebe-se que os jovens negros podem ser mais impactados por essa visão que se construiu a respeito da juventude. Não se deve ignorar o genocídio dos jovens negros dentro desta discussão na medida em que se trata do reflexo mais extremo do racismo na vida da população negra.

## **GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA**

O Atlas da Violência, divulgado em 2021 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), evidencia que a chance de uma pessoa negra ser

vítima de homicídio é 2,6 vezes superior a de uma pessoa não negra. Em sua maioria, as vítimas são homens negros e jovens. O racismo se configura de maneira estrutural na sociedade, uma vez que as relações, o sistema econômico e a organização do mundo tiveram seu auge de estruturação e consolidação em um sistema escravocrata e colonizador. Portanto, fica evidente que os reflexos da colonização e da escravização ainda se encontram presentes na estrutura social. O genocídio da juventude negra é reflexo desse sistema, tendo seu início no século XVI com o sequestro dos povos africanos e a conseguinte escravização da população negra nas Américas, bem como de todo o processo de formação histórica, social, política e territorial, fruto da colonização na constituição desses países (JULIANO, 2020).

A violência letal ao qual os jovens negros são submetidos é reflexo do racismo. No entanto, antes de atingir a população negra com a morte, o racismo se revela através da desigualdade social. Segundo Anjos (2009), as estatísticas mostram que o Brasil é o segundo país com a maior população de ascendência africana, onde é possível observar que essa população se encontra nos piores lugares das estatísticas, da sociedade e do território.

Em Pimenta (2014), observa-se que as vertentes mais atuais desenvolvidas no Brasil a respeito da violência sofrida e cometida pelos jovens entendem que essas práticas estão fortemente relacionadas à desigualdade social, que, por sua vez, interfere no acesso eficaz e de qualidade aos mais diversos recursos materiais ou simbólicos que afetam a sua qualidade de vida. Dentro de uma perspectiva racial, isso demonstra que os jovens negros infelizmente encontram-se entre os mais desassistidos pelo Estado e por suas políticas.

Ao nos debruçarmos sobre o genocídio da juventude negra brasileira, nos deparamos com um tipo de violência institucionalizada e operacionalizada, também pelo Estado. Este, ao invés de assegurar e garantir direitos, promove, através de suas ações destinadas à política de segurança pública, um verdadeiro extermínio em que muitas vidas são extintas. Neste cenário, no qual o Estado se exime de garantir direitos, o que de fato ocorre é a restrição desses, e a juventude negra é afetada de maneira singular pela negação de diversos direitos, a citar: educação, saúde, cultura, livre circulação e acesso à cidade. (JULIANO, 2020, p. 150)

É visível que, para realizar uma análise completa, é necessário relacionar classe e raça, pois a realidade de violências vividas pela juventude negra é fruto do racismo. Aqui, concorda-se com Raimundo (2014) na medida em que a violência urbana não se expressa apenas através de homicídios, mas nas diversas expressões de discriminações e violações que perseguem a juventude negra, como as violências verbal e psíquica e, paralelamente, a pobreza, o desemprego e a segregação socioespacial. (RAIMUNDO, 2014)

O genocídio da juventude negra é a ponta final de um processo perverso que se inicia de maneira sutil, muitas vezes não perceptível para quem não o vive. Porém, o resultado se apresenta de maneira muito evidente quando se lança o olhar para as estatísticas a respeito da mortalidade dos jovens negros, visto que o número de assassinatos apontam para uma situação de genocídio (GOMES, 2018).

Todo esse contexto de violências que perpassam a vida da juventude negra possui raízes históricas, fruto do racismo estrutural. Apesar disso, esse

grupo consegue criar meios de resistência para o enfrentamento do racismo e de todas as suas mazelas.

## PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA

O objetivo deste ensaio não é romantizar o sofrimento nem a violência aos quais os jovens negros são submetidos, mas apresentar as formas de resistência criadas para o enfrentamento deste cenário. A luta do Movimento Negro pela busca de igualdade é histórica. É possível citar, como exemplo, os quilombos como as primeiras formas de resistência ao sistema vigente. O fim da escravidão, por outro lado, não cessou a luta, tão necessária para a sobrevivência do povo negro. Portanto, a capacidade de resistir faz parte do cotidiano da juventude negra na medida em que se configura como uma capacidade ancestral.

Não obstante uma história de negação, os jovens apontam caminhos de resistência no urbano; uma resistência pautada na criatividade, na solidariedade e na coletividade. O movimento de resistência da juventude negra na atualidade guarda semelhança com o movimento histórico desencadeado pelos negros escravizados, considerando os avanços históricos e as conquistas. (RAIMUNDO, 2014, p. 130)

A juventude negra confronta a violência através da música, da arte, da valorização da cultura afro-brasileira, buscando fazer uma releitura da visão ameaçadora que se criou acerca do corpo negro jovem (GOMES, 2018).

Nos últimos anos, foi possível observar a valorização das periferias e das favelas: mais uma releitura feita pela juventude negra, demonstrando a

apropriação desses territórios, porém, com uma lógica diferente do que o sistema tenta materializar no espaço através da segregação social no espaço urbano. Haesbaert (2004) afirma que a maneira como as pessoas se relacionam com o território constitui o que se entende por territorialidade, uma vez que ela envolve aspectos culturais e econômicos, além das relações políticas. Neste sentido, a maneira como os jovens negros se relacionam com os espaços periféricos vem se transformando em uma relação de orgulho e valorização identitária, pois permeia a mudança de olhar sobre o modo de vida dos jovens mais vulneráveis à violência urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O genocídio da juventude negra é histórico, com raízes no período escravocrata secular, que deixou profundas marcas na vida das pessoas negras. Depois de mais de um século da abolição ainda se vê hoje o reflexo deste período, uma vez que a liberdade veio sem a preocupação do Estado em inserir de maneira digna a população negra na sociedade e não tendo sido criada nenhuma política pública voltada ao povo negro. O genocídio também é histórico e reflexo da escravidão, um genocídio sistêmico que se iniciou no período colonial e ainda é presente na vida dos jovens negros.

Hoje, os jovens são vistos como possíveis ameaças; a violência que assola a juventude negra com mais intensidade é fruto do racismo, impregnado estruturalmente na sociedade, responsável pelas diversas desvantagens que acometem essa população. A morte, por sua vez, se configura na resposta mais extrema do racismo, mas, antes deste final drástico, a violência se apresenta de outras formas. Neste sentido, é preciso combatê-la na raiz, pensando em políticas públicas de combate ao racismo,

bem como em uma maior inserção e permanência dos jovens negros na Educação Básica e no Ensino Superior. Somente a partir disso será possível transformar as instituições e, posteriormente, a estrutura social.

Dentro desse cenário desfavorável, existe também a resistência por parte da juventude negra, percebida por meio da valorização da cultura negra e da releitura de enunciados e de lógicas preestabelecidas. Em Gomes (2017), nota-se que o Movimento Negro possui um histórico de lutas e que, através das reivindicações desse movimento social, foi possível avançar no debate sobre o racismo. Atualmente, o Movimento Negro jovem está ocupando espaços que historicamente foram negados, lutando e combatendo o genocídio da juventude negra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Geografia, Cartografia e o Brasil Africano: Algumas Representações**. São Paulo, 2014, p. 332-350

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da juventude**. Diário Oficial, Brasília, 2013. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 14 jan. 2023



GOMES, Nilma Lino e Ana Amélia de Paula Laborne. **Pedagogia da crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra.** *Educação em Revista*, vol. 34, novembro de 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em: 14 nov. 2022.

IPEA. **Atlas da violência 2021.** 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2022.

JULIANO, Dayana Christina Ramos de Souza. **O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito a vida e o Serviço Social.** *Revista Em Pauta*, vol. 18, n.º 46, julho de 2020.

PAIS, José Machado. **Um dia sou turista na minha própria cidade.** In: PAIS, José Machado. *Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre Cidade, Cultura e Vida urbana.* Lisboa: ICS, 2015.

PERALVA, Angelina. **O Jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação, n. 05, 1997. Disponível em:

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 31 out. 2022.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **“Juventude e Violência”** In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, p. 265-276

RAIMUNDO, Valdencie José. **A violência no cotidiano da juventude: Um olhar sobre a questão**. *Temporalis*, vol. 14, nº 27, agosto de 2014, p. 119-38.

## JUVENTUDES EM TERRITÓRIOS NÃO- OCIDENTAIS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Rafael Barbosa de Jesus Santana

De forma generalizada e cotidiana, nós do mundo ocidental aplicamos, simplificamos e universalizamos o conceito de juventude sem muitos critérios. Juventude seria, por este prisma, um recorte etário que pegaria a adolescência (outro conceito utilizado sem muito pudor) e iria até a chegada dos trinta anos, idade que a estrutura capitalista convencionou a ser o momento de conquista da estabilidade financeira e, por isso, o momento de transição entre o jovem adulto e o adulto “completo”. Contudo, essa categoria (juventude) não é natural, sendo um conceito maleável a depender da localidade social, cultural e territorial desse ser chamado de jovem e também da trajetória do mesmo no interior dessas localidades e territórios.

Assim, como postula José Machado Pais (2017), quando categorizamos algo, temos que atentar ao rigor metodológico e epistemológico endógenos para com esse objeto, no caso, as juventudes. Baseada em teóricos da Antropologia Social que caracterizam teoricamente a infância e a juventude, Elena Colonna (2009) argumenta que esta categoria é, como qualquer outra, fruto de uma construção social, ou seja, não é natural nem universal:

Assim, enquanto as crianças existem concretamente como seres bio-psico-sociais, a infância [*e a juventude*] não é nada mais do que uma modalidade de observação, uma categoria do pensamento, uma representação [...] qualquer concepção de infância [*e juventude*] é apenas

uma definição parcial de ‘múltiplas realidades’, no entanto, uma determinada realidade é sempre tida como óbvia e legítima dentro do contexto onde ela é produzida (COLONNA, 2009, p. 12).

Na interpretação de Colonna (2009), a ideia globalizada de infância e juventude tem raízes nas culturas de classe média europeia e estadunidense, sendo esta concepção adepta de um discurso de patologização de todas as outras formas de se definir e viver as infâncias e juventudes, as quais são vistas como “alguma forma de disfunção pessoal ou familiar” (COLONNA, 2009, p. 13). Continuando com a argumentação de Colonna (2009), é possível afirmar que “modelos de comportamento ‘patológicos’ para uns, podem resultar ‘normais’ para os outros” (COLONNA, 2009, p. 14).

Quanto à primeira enunciação de Colonna, tenho que concordar. No entanto, a questão que realizo é: até que ponto o dito Terceiro Mundo não “comprou” essa ideia “ocidental” de infância e juventude e começou a aspirar tal modelo para o futuro dos seus? No que diz respeito ao segundo enunciado, elaboro outro questionamento: não estaríamos romantizando uma possível categoria de juventude não-ocidental? O que nossas fontes de pesquisa nos dizem?

Dialogando com Colonna (2009), Luisa Façanha (2011) argumenta que o uso do conceito ocidental de juventude “silencia outras definições alternativas e negligencia a influência de circunstâncias culturais, políticas, econômicas e sociais nas experiências de vida” de cada jovem (FAÇANHA, 2011, p. 18). Ao adotarmos esse conceito ocidental, segundo a autora, acabaríamos por ser responsáveis por desconectar os jovens “da sua realidade social, das definições de infância [*e juventude*] da sua sociedade” (*Ibidem*). Nessa lógica, os discursos dominantes sobre a infância e a juventude nos faria reproduzir formas “de categorizar, pensar e agir em determinada

realidade social de modo que ações alternativas se tornam impensáveis” (FAÇANHA, 2011, p. 21).

Do mesmo modo, ao elencarmos o conceito “ocidental” de juventude como universal, em contextos africanos, por exemplo, corroboramos para a

criação de hierarquias entre os Estados que possuem capacidade de se comprometerem com as normas internacionais, garantindo, dessa forma, a promoção dos direitos individuais dos seus cidadãos e os Estados em conflito que são vistos como incapazes de proteger a sua população, particularmente a sua população [...] [jovem] dos efeitos das guerras (FAÇANHA, 2011, p. 19).

No entanto, não vejo esta hierarquia entre Estados que têm conseguido defender os direitos humanos de sua população e os que não têm conseguido como um elemento intrinsecamente negativo. O que não podemos é cristalizar as ideias de que sempre o estado de incapacidade fez e fará parte da realidade dos Estados em conflitos armados e/ou em desenvolvimento, como foi e é o caso de várias nações africanas. A autora também não apresenta outra concepção de juventude, assim como várias outras produções acadêmicas que criticam categorizações geradas no Ocidente. Como todo(a) historiador(a), cabe a mim, durante minha pesquisa/escrita, evidenciar as potencialidades e os limites do conceito trabalhado.

A questão que fica é: seria essa “desconstrução” da categoria juventude uma inquietação dos próprios africanos ou, como defendo, uma inquietação do mundo ocidental que necessita olhar para seus conhecimentos construídos e reconfigurá-los? Dissociar a ideia de “juventude africana” da ideia “ocidental” de juventude é uma atividade útil? Proponho que é

importante estarmos atentos(as) às especificidades da categoria juventude em cada espaço, seja pensando nas diferenças entre juventudes com bases rurais e bases urbanas ou nos recortes de classe, gênero e etnia.

Adotando um posicionamento epistemológico tradicional africano, Nascimento (2012) explana que, “para as cosmovisões banto e iorubá, não chegamos prontos ao mundo [...] Isso implica dizer que o processo de subjetivação que finda na elaboração da pessoa é contínuo e comunitário” (NASCIMENTO, 2012, p. 44). O que não difere da concepção “ocidental” de infância e juventude. No entanto, em algumas sociedades africanas, a criança e o jovem são entendidos

como uma espécie de mensageira da ancestralidade [...] [*sendo*] um signo de continuidade dinâmica, que traz em si toda a potência da memória ancestral, que deverá ser atualizada na formação [...] [*servindo de*] argamassa tradicional através da qual toda a possibilidade de transformação se instaura. [...] [*O jovem é*], assim, a marca de um recomeço que, partindo do já dado na história, na cultura e nos valores, abre a possibilidade de que outras experiências se instaurem. [...] [*Os jovens fazem parte*] de uma grande família, a comunidade, e trazem consigo toda a ancestralidade desta (NASCIMENTO, 2012, p. 47).

Em outras palavras, a própria cosmologia e epistemologia africana explicita o diálogo entre “juventude africana” e “juventude ocidental”, ao entender que os jovens são pessoas de ação social que, a partir do seu espaço e territorialidade, desenham e redesenham o mundo, sendo motores da mudança. Dito isso, compactuo com Daria Tunca (2013), a qual pontua que,

embora se deva prestar atenção à cultura das generalizações, concordo com Michael Rothberg que

uma ‘tendência ao hiperparticularismo’ [...] em que a aplicação de modelos teóricos seria restrita aos seus contextos de origem pode ser igualmente contraproducente (TUNCA, 2013, p. 128).

Neste caso, a autora refere-se à categoria trauma, mas serve para pensarmos o conceito de juventude.

Aqui abro um parêntese. Uma vez uma amiga brasileira que trabalhava para a ONU me contou sobre sua experiência de visitar o Marrocos. Antes da viagem, ela pensou e pesquisou minuciosamente sobre as vestimentas das mulheres daquele país africano, concluindo que era melhor estar lá vestindo roupas folgadas e com *hijab*, dessa forma, respeitando a cultura local. Chegando em Marrakech, capital de Marrocos, a brasileira percebeu que ela estava deslocada com sua vestimenta “à moda local”; a maioria das mulheres, não apenas nos espaços e territorialidades turísticas, estavam usando calças *jeans* e sem *hijab*.

O que quero pontuar a partir dessa lembrança é que, amiúde, nós pesquisadores e pesquisadoras, a fim de “cumprir bem” o nosso ofício, desconstruímos o que muitas vezes não está construído e desenhamos uma outra sociedade como tradicional em seus costumes, tradições e culturas, mas quando entramos em contato com as mesmas, percebemos que ela não é aquela caricatura: que uma parcela das mulheres do Marrocos não andam de *hijab*, que a ideia de juventude “ocidental” não é só ocidental, pois penetrou no mundo não-ocidental que, por sua vez, ressignificou ou apenas reproduziu tal categoria em seu meio social. Não quero dizer que não há mulheres usando *hijab* no Marrocos, nem que não existe outra concepção de juventude em sociedades africanas, mas sim que, as civilizações mudam mais rápido do que enxergamos. Embora se deva prestar atenção à cultura das

generalizações em relação às juventudes, o hiper-particularismo pode ser igualmente inútil.

Sendo assim, trago novamente as concepções de Wanderson Nascimento (2012), o qual defende que não podemos pensar a concepção de juventude no continente africano sem refletir sobre as influências ocidentais nesse espaço, no próprio “conceito africano” de juventude, afinal, “[...] em função dessa colonização do imaginário, uma mescla entre o pensamento tradicional e o pensamento implantado no encontro com a colonização” ocorreu (NASCIMENTO, 2012, p. 43). Desse modo, não podemos procurar uma concepção de juventude autenticamente africana, pois “as tradições são dinâmicas: elas transformam-se com a história” (*Ibidem*). Por fim, uma passagem resume o ponto de vista adotado neste ensaio. O foco na singularidade da juventude africana “pode servir para perpetuar a ‘alteridade’ frequentemente associada ao crescimento na África, em vez de reconhecer as semelhanças no crescimento das crianças em diferentes partes do mundo” (ZELEKE; HUGHES; DROZDA, 2019, p. 42).

Mas em adendo a essa perspectiva adotada pelo autor deste ensaio, precisa-se dizer que, a experiência da territorialização dos jovens constroem os jovens e é nesse processo que, talvez, esteja um dos aspectos mais singulares de determinadas juventudes pelo mundo. Ressaltando um dos exemplos possíveis dessa ótica singular das juventudes em espaços não-ocidentais, com enfoque especial ao continente africano e, especificamente, à Serra Leoa, país da África Ocidental, podemos vislumbrar suas expressões em obras literárias. Segundo Pais (2017), nos territórios urbanos assistimos à

apropriações cívico políticas que transformam o espaço público num palco de protestos, manifestações, reivindicações políticas, mas há também apropriações



que são a face oculta de uma expropriação: o direito à dignidade. É o caso de jovens sem teto e de alguns jovens dos subúrbios sem esperança no futuro. Nesses territórios de marginalidade social é frequente dar-se uma integração perversa, reforçada por etiquetas que diabolizam os seus destinatários (PAIS, 2017, p. 310).

Em “O brilho do amanhã”, romance de Ishmael Beah, lançado em 2015 no Brasil, o autor serra-leonense conta a história de um grupo de jovens de uma comunidade que tentam reconstruir suas vidas após a guerra civil que devastou a Serra Leoa entre 1991 e 2002. À medida que os antigos moradores começam a voltar à Imperi, uma cidade muito pobre, preocupações e obstáculos surgem e evidencia a expropriação ao direito da dignidade desses jovens, protagonistas da narrativa. Essa expropriação, adotando-se aqui o termo utilizado por Pais (2017), incentivam esses jovens à elaboração de métodos alternativos para a territorialização dos espaços negados a eles e, nesse processo, acontece a construção de laços e de territorialidades. Desse modo, a situação pós-guerra teria um aspecto construtivo específico para a juventude pobre da Serra Leoa.

Parafraseando Pais (2017), novamente, de forma a dialogar com o mencionado romance, percebe-se que vários jovens “encontram-se encalacrados entre futuros herdados, onde pesa a tradição e a pobreza, e futuros desejados nem sempre de fácil concretização” (PAIS, 2017, p. 309). Para os personagens principais do romance, o futuro desejado diz respeito à disposição de educação de qualidade, assim como de serviços de saúde e trabalho digno, aspectos precários na Serra Leoa mesmo antes da guerra civil.

De forma a concluir este escrito, considero que o fazer do(a) pesquisador(a) tem como requisito principal o conhecimento sobre as especificidades de seu objeto de perscrutação. Quando o caso diz respeito à

utilização de conceitos, como o de juventude, tal atenção à singularidade de expressão dessa categoria pode enriquecer a pesquisa, mas também pode criar ou reproduzir essencialismos culturais. Considera-se também que é importante o empenho na identificação dos pontos de simbiose e fronteira entre a visão binária de juventude “ocidental” e juventude “não-ocidental”, no caso brevemente pontuado, a juventude dita africana.

## REFERÊNCIAS

BEAH, Ishmael. **O Brilho do Amanhã**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

COLONNA, Elena. O lugar das crianças nos estudos africanos: reflexões a partir de uma investigação com crianças em Moçambique. In: **Poiésis** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Tubarão), v. 2, n. 2, 2009, p. 03-23.

FAÇANHA, Luísa Café Figueiredo. **A Construção Social das Crianças-Soldado**: representações e dilemas dentro do marco regulatório da ordem internacional do Pós-Guerra Fria. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC - Rio, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. “Jindengue - Omo kékeré: notas a partir de alguns olhares africanos sobre infância e formação”. In: XAVIER, Ingrid Müller; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). **Filosofar: aprender e ensinar**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. In: **Educar em Revista**, v. 33, n. 64, 2017, p. 301-313.

TUNCA, Daria. “We Die Only Once, and for Such a Long Time”: Approaching Trauma through Translocation in Chris Abani’s Song for Night. In: MUNKELT, Marga et al. **Postcolonial Translocations: Cultural Representation and Critical Spatial Thinking**. Amsterdam & New York: Editora Rodopi, 2013, p. 127-143.

ZELEKE, Waganesh A.; HUGHES, Tammy; DROZDA, Natalie. Childhood in Africa: Health and Wellness in Body, Mind, Soul, and Spirit. In: BOTCHWAY, De-Valera; SARPONG, Awo; QUIST-ADADE, Charles. **New Perspectives on African Childhood: Constructions, Histories, Representations and Understandings**. Wilmington/USA: Vernon Press, 2019.



## CENTROS URBANOS NOS TEMPOS DAS ELEIÇÕES: COMO A JUVENTUDE BRASILEIRA SE INSERE NOS PROCESSOS ELEITORAIS?

Saido Baldé

*À Amina A. Baldé*

Com este trabalho, pretendo trazer algumas curiosidades que me ocorreram no passado processo eleitoral no Brasil (2022). Destaco a participação dos jovens neste processo – campanhas eleitorais – que ajuda a eleger seus representantes políticos para exercerem cargos públicos nos órgãos de poder do Estado. O que me chamou atenção foi quando fui ao Porto Alegre para participar da última aula da disciplina **Juventudes e Territórios: cidade, espaço e violência**<sup>1</sup>, vi nas diferentes calçadas da cidade de Porto Alegre, sobretudo à beira das vias públicas, jovens, portanto e acenando bandeiras dos candidatos à presidência da república e/ou dos candidatos aos cargos de deputados (federais ou estaduais), senadores, governadores para “pedir” votos a favor dos referidos candidatos, os quais têm naturalmente suas imagens estampadas nas bandeiras.

À primeira vista, conforme já referido, fiquei curioso, pois é novidade para mim ver vários jovens com diferentes bandeiras dos políticos nos

---

<sup>1</sup> Ministrado pelo Prof. Dr. Victor Nedel de Oliveira do POSGEA-UFRGS e pela Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta do PPGS-UFRGS, a disciplina tem como objetivo geral “analisar a produção de relações entre o campo de pesquisa das juventudes contemporâneas e a categoria Geográfica de território, a partir de discussões centradas na cidade e em seus processos”.

diferentes espaços da cidade, mas logo pensei que esta questão pode ser discutida nas linhas de pesquisa que a disciplina em questão propõe para discussões durante as aulas: “as juventudes como campo de pesquisa”, para discussão aqui levantada, esta deve problematizar os espaços que as juventudes ocupam nos centros urbanos nos tempos das eleições, com isso abre-se possibilidade para discussão e compreensão de outra linha de pesquisa que a disciplina propõe, a de compreender a “Sociologia e Geografias das Juventudes” nas diferentes cidades do Brasil, para questões que são levantadas aqui, tudo durante o período eleitoral. Aqui no Passo Fundo, cidade onde estou morando agora, notei que a referida prática não é comum, e também não tinha notado a mesma nas eleições de 2018, quando morava em Acarape, cidade do interior do Estado do Ceará. Daí imaginei que talvez esta forma de participação política dos jovens nas campanhas eleitorais seja mais frequente nos centros urbanos, ou poderia ser frequente nas pequenas cidades nos períodos das eleições municipais. Então, se for isso o caso, há a necessidade de compreendê-la, analisando os aspectos que levam os jovens a se envolverem na política de modo que ficam fora dos espaços de discussões. No meu entender, esta forma de participação política demonstra que alguma parcela da juventude brasileira participa na vida política de forma passiva, ao contrário do que deveria ser, e ao contrário de muitas campanhas realizadas em 2022 que visam estimular a participação ativa dos jovens na vida política.

A participação política está se tornando, no campo da Ciência Política, tema central de pesquisa, e os fatores que levam indivíduos de diferentes camadas sociais a se interessarem na política são uma das questões centrais deste conceito (DE OLIVEIRA et al, 2016). Considerando esse

aspecto, faço o seguinte questionamento: quais os fatores (sociais e econômicos) levam uma parte dos jovens a serem porta-bandeiras dos candidatos durante o período eleitoral no Brasil?

Esta questão poderia merecer atenção no sentido de analisar as condições sociais e econômicas desses jovens que passam horas e horas nas calçadas das ruas com bandeiras dos candidatos, buscar compreender se estão aí pelas questões políticas que dizem respeito à eleição do seu candidato preferido, ou se estão em busca de sustento, quer dizer, são pagos pelo serviço, independentemente de suas intenções de voto. Também, pode-se buscar compreender o interesse em participar dos espaços de discussões políticas desses jovens, visto que as pesquisas indicam que os jovens brasileiros, muita das vezes, preferem não participar da política ativa tendo em vista a corrupção, comportamento dos políticos que passa uma imagem negativa da vida política aos cidadãos. E, no que diz respeito ao espaço físico, calçadas, é importante compreender se a sua configuração é propícia para os jovens permanecerem naquele espaço para desenvolver o referido serviço, quais perigos eles podem correr. Pensar, sobretudo, as questões ligadas ao tempo e clima: sol, chuva, temperatura alta ou baixa, etc. Sobre isso, em Recife, um homem conta sua experiência ao jornal O Tempo: "*Coloco as bandeiras e fico olhando até 17h para ninguém mexer. O sol é forte e o tempo demora a passar, mas foi o trabalho que apareceu*" (O TEMPO, 2020).

Ainda em Porto Alegre, no dia 26 de setembro de 2022, aproveitei a minha estadia para renovar meu visto de estrangeiro no departamento de Imigração da Polícia Federal<sup>2</sup>, por volta de nove horas, passei dois jovens (uma menina e um rapaz) sozinhos segurando bandeira numa calçada com

---

<sup>2</sup>Av. Ipiranga, 1365 - Azenha, Porto Alegre - RS, 90040-410.

imagens dos políticos a serem apresentados aos pedestres e às pessoas que estavam em viaturas, e quando estava voltando vi os mesmos jovens no mesmo espaço segurando o mesmo objeto, porém, naquela altura, por volta das 13 horas, o sol estava um pouco mais quente e a temperatura um pouco mais alta<sup>3</sup>, então pensei que estas mudanças devem impactar de forma negativa ou não a permanência daqueles jovens naquele espaço.

Então, estar num espaço fixo e sozinhos, sem quaisquer diálogos políticos, não deve ser descartado como participação política, pois, abre a possibilidade de “questionar a noção de “participação política”, entendida, muita das vezes, apenas como ação engajada por meio dos mecanismos instituídos de pressão e reivindicação” (CASTRO, 2007, p. 254), ao que me parece, aqueles jovens não estão naquele espaço para fazer quaisquer reivindicações ou pressões política, talvez estão lá fazendo uso da participação política um “ganha pão”. Voltando ao Jornal citado acima, uma jovem (mãe) de 18 anos, explica: "*Será meu primeiro salário. Vai ajudar com as despesas do Gabriel*", conta a jovem que nunca havia trabalhado (*Ibidem*). Portanto, nesse caso, o que interessa analisar é o fato de as juventudes estarem cada vez mais longe dos debates políticos, mesmo que estejam desempenhando funções que podem influenciar diretamente a eleição de um candidato. Os referidos jovens, embora participando da vida política, são excluídos dos debates políticos, estão sem vozes não só para exigir melhoria de suas condições de vidas, mas também para participar, ativamente, nos debates que discutem melhoria de condições urbanas de suas cidades ou dos seus bairros.

---

<sup>3</sup>Naquele dia máximo estava 26° C.



Apesar de considerar que o espaço que esses jovens ocupam é marginalizado, não descartei a ideia de que estão participando da vida política desde que estão ajudando diretamente na eleição dos candidatos ao cargo público, esses que podem ou não, com políticas públicas, melhorar suas condições de vida. Portanto, o conceito da participação política pode ser pensado numa perspectiva “multidimensional”, de onde não será analisado só nos aspectos em que alguma parcela das juventudes (talvez menor) “colocam suas vozes no espaço público para atingir suas múltiplas direções” (DE OLIVEIRA et al *apud* VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Coloco, então, que se foram considerados outras formas de participação política que não restringe só a parcela dos jovens que atuam nos espaços de discussões, as ações dos outros que atuam nas calçadas seriam discutidas, compreendidas e propor soluções que aproximam aqueles jovens dos espaços de tomadas de decisões, espaços das quais deveriam estar.

Minha provocação aqui é propor análise que não reduza a participação política só nos aspectos relacionados às representações institucionais, inclusive os de partidos políticos ou da participação dos jovens nos eventos políticos (conferências, comícios, etc.) como ouvintes/oradores, pois a participação dos jovens na vida política pode variar do espaço geográfico e das condições sociais nas quais estão inseridas, e o tempo pode determinar isso. A vida política dos jovens que acenam bandeiras nas calçadas deve ser analisada e compreendida durante o seu período de tempo, analisar e compreender suas especificidades em que esses jovens, de forma subjetiva, participam da vida política.

É oportuno desenvolver projetos de pesquisas que busquem compreender essa modalidade de participação política, sobretudo, porque

permanecer nas calçadas somente com as bandeiras durante toda a campanha eleitoral pode distanciar os jovens, como cidadãos ativos, dos debates políticos, ou seja, como cidadão, os referidos jovens não exercem sua cidadania plenamente ao ficarem o dia todo acenando bandeiras nas calçadas das cidades. Ou será que, mesmo assim, eles conseguem participar nos espaços de discussões dos projetos para desenvolvimento de suas cidades, e acompanhar o desenrolar do processo eleitoral, conhecer e analisar as propostas dos candidatos?

Em junho de 2020 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>4</sup> lançou uma campanha que estimulava os jovens a participarem da vida política. Um dos objetivos da campanha era incentivar os indivíduos desta faixa etária<sup>5</sup> a participarem nas construções dos projetos que discutem problemas de suas cidades e, por outro lado, fazer com que compreendam suas importâncias como eleitores enquanto cidadãos, futuros governantes do país. Esta iniciativa dialoga com a compreensão do espaço urbano de Cavalcanti (2015), que entende que a participação ativa e plena dos jovens como cidadãos influencia a estrutura do espaço urbano, mas ressalta que isso depende também de suas formações.

Esta passagem leva a conclusão de que a inserção dos jovens num determinado espaço político (calçada de ruas) que as distanciam dos espaços de discussões e de formações como cidadãos os tira poder político, através do qual poderiam exercer sua cidadania de forma mais “consciente” e crítico, de acordo com as suas necessidades e das suas visões de mundo como jovens

---

<sup>4</sup> “Eu na Prefeitura, Eu na Câmara”. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Junho/tse-lanca-campanha-para-incentivar-maior-participacao-dos-jovens-na-politica>.

<sup>5</sup> Neste sentido, a juventude diz respeito a uma categoria socialmente produzida, a qual possui um recorte etário, no Brasil dos 15 aos 29 anos, sendo caracterizada como uma fase de transição que se finda com o casamento e entrada para o mundo do trabalho, típicas características da vida adulta (DE OLIVEIRA *et al*, 2016, p. 196).

(*idem*). A permanência num espaço onde não há qualquer possibilidade de diálogo e discussão sobre a política impacta de forma negativa o poder de escolha dos jovens. Estar fora do círculo das discussões políticas, a juventude corre o risco de “[...] pensar e se expressar por meio de valores que em nada lembram o potencial transgressor que a ela cabe na mudança social”, ou seja, ela fica incapaz de usar o seu poder contestatório<sup>6</sup> para melhoria de vida e das condições sociais da sua cidade (SILVA, [s.d.][n.p.] grifo meu).

A perspectiva da análise da relação entre cidadania e cidade está voltada para a preocupação de formar uma cidadania para a potencialidade da vida na cidade. Faz parte desse projeto o desenvolvimento da capacidade e habilidades para que as pessoas possam viver de forma mais plena na cidade, usufruindo de seus benefícios, para além das possibilidades restritas ao lugar onde vivem em seu cotidiano imediato e ao direito ao benefício básico da sobrevivência (CAVALCANTI, 2015, p. 25). Levanta agora questão de possibilidades que jovens têm para exercerem cidadania de forma mais plena, portanto, é importante perguntar quais jovens que participam desses debates, suas condições sociais como cidadãos. São os mesmos que ficam o dia inteiro nas calçadas e, quiçá, exibindo imagens de jovens igual a eles que estão num espaço de discussão ou que são candidatos aos cargos públicos. É importante colocar esta questão como forma de saber de que espaço os jovens que participam ativamente da vida política saem e de que espaço

---

<sup>6</sup> Se pensarmos a participação na vida política das juventudes em múltiplas dimensões, veremos, que as atividades relacionadas à participação política podem ser classificadas em duas partes: “ações convencionais”, vida política relacionada mais as instituições como ser membro do partido político, candidatar/ocupar os cargos públicos, votar, etc.; “ações não convencionais” que é vida política vinculada mais às ações de protestos. Os dados da pesquisa *Democracia, mídia e capital social: um estudo comparativo da socialização de jovens do Sul do Brasil mostram* que os jovens preferem mais a segunda forma de participação política (*Ibidem*). Mas devo ressaltar que estas “ações contestatórias” são pensadas de forma democrática, e não devem ser confundidas com ações terroristas que aconteceram na Praça dos três Poderes no passado dia 8 de janeiro de 2023.

outros jovens que são só coadjuvantes durante os processos eleitorais saem?

Pois,

[...] existem abordagens que procuram entender se a participação da juventude não estaria se direcionando para outros espaços [ como calçadas, por exemplo], bem como, procuram compreender como diferentes estruturas sociais influenciam no comportamento político dos jovens (DE OLIVEIRA *et al*, p. 196, 2016, grifo meu).

Desse modo, evoca-se o conceito “demanda subjetiva” de Lúcia Castro (2007), que quer dizer a proposta de discutir ou pensar como cada jovem busca participar das ações coletivas, o que no meu entender vai depender de suas condições sociais. Com isso refiro-me às desigualdades sociais no Brasil, as quais se apresentam de forma bem visível nos espaços urbanos brasileiros, de onde há sempre uma pequena parcela da população elitizada e outra grande maioria empobrecida. Acredito que estas divisões de classe social representam a desigualdade e elas vão determinar o espaço político e geográfico que cada jovem ocupa na vida política. Portanto, a vontade da participação política dos jovens deve depender dos espaços sociais de onde estão inseridos, ou seja, o espaço pode evidenciar poder de um jovem na vida política, isso se comparar poder de um jovem na calçada com bandeiras dos políticos e o poder do outro jovem que está numa praça aberta discursando/apresentando as propostas de mandato do seu partido/candidato ou até mesmo dele como candidato a um determinado cargo público. As campanhas do TSE e de diferentes ONGs que trabalham para estimular a participação dos jovens na política visam mais as perspectivas do segundo grupo dos jovens, os quais os espaços que ocupam lhes dão poder de discutir questões para melhoria de suas cidades.

A ocupação de um determinado espaço político certamente tem a ver com poder, olhando para esta questão pode-se também questionar o poder que um jovem tem quando ocupa um espaço só para acenar bandeiras, pois isso também, acredito, determina a sua decisão ao escolher seus representantes políticos. Por exemplo, o jovem que ficou numa calçada, acenando bandeiras, durante esse processo eleitoral, deve não exercer, de forma “consciente”, o seu poder político como jovem porque não usou sua voz para discutir os problemas do seu país e de sua cidade. Na verdade, o que percebi ao olhar aqueles jovens é mais um constrangimento e cansaço do que qualquer outra coisa. Por isso, o que quero sugerir aqui, quando se analisa a participação dos jovens na vida política, sobretudo nos tempos das eleições, é a observação de diferentes cenários que estão ligados ao pleito eleitoral no espaço urbano, sobretudo, dos atores políticos e sociais que estão envolvidos neles, “passar um pente fino” nos estudos que dizem respeito à participação das juventudes neste processo. Isso, com certeza, pode evidenciar dois grupos ou mais de jovens atuando na política, embora outros possam estar numa situação mais “marginalizada”.

Delimitar os cenários políticos durante os processos eleitorais significam identificar marcos de participações política, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção - a partir não apenas da presença ou ausência de certos corpos nos espaços hegemônicos deste processo, mas desses em relação com a prática cotidiana que envolvem todo o processo eleitoral, daqueles que de uma forma ou de outra usam o espaço deste processo, de forma subjetiva ou não, para atingir um certo objetivo (MAGNANI, 1996, p. 17).

Vejo que ocorreu diversas campanhas em 2022 para incentivar os jovens não só a votar, mas também a participar da vida política, mas o que os dados revelam é que os jovens brasileiros não se interessam tanto em exercer a atividade política, várias pesquisas comprovam isso, aliás, os dados da campanha “Sua voz, Seu Poder”<sup>7</sup>, demonstram que somente 16% dos jovens brasileiros interessam pela vida política, uma das questões analisadas que envolve este “fraco” interesse deve estar ligado ao preconceito e barreiras culturais que podem ser os fatores que levam os jovens a fugir de participar na vida política (MARTINELLI, 2022).

Considerando este fato, pode se dizer que as questões estruturais socioeconômicas levam certos jovens a participar nas campanhas como portadores de bandeiras dos políticos, isso, levando em conta que eles não têm interesse em participar ativamente da vida política. Desse modo, as questões sociais, como pobreza e/ou falta de emprego, supomos, determina o papel de coadjuvante que um jovem desempenha na vida política, embora seja um espaço político marginalizado, atuação política nas calçadas deve ampliar as análises que dão conta das participações dos jovens na política.

Por outro lado, penso que os estudos também poderiam levar em conta estas questões. Por exemplo: qual é o percentual dos jovens que gostariam de participar da política desse modo, de portar bandeiras dos políticos/partidos, isso considerando falta do emprego e as suas condições de vida. A minha análise pressupõe que os jovens que vi com bandeiras, sozinhos, nas calçadas são pagos para realizar aquele serviço. Nesse caso, para pesquisar este fato é necessário compreender as demandas juvenis,

---

<sup>7</sup>The Body Shop e ONU (Organização das Nações Unidas).

problematizar suas condições sociais e analisar suas necessidades de forma individual e coletiva.

Segundo Dayrell (2007), há uma tendência juvenil que pode transformar espaços físicos em espaços sociais, isso quer dizer, a ocupação de jovens num determinado espaço dá um novo significado àquele espaço. Nessa ótica, acredito que uma calçada passa a ter outro sentido quando é ocupada pelos jovens com bandeiras dos políticos, ou seja, a calçada se torna um espaço político nos tempos das eleições. Mas é importante problematizar esse sentido. Como ele representa a participação política dos jovens, e depois das eleições, de que forma os jovens ocupam o mesmo espaço?

Numa entrevista com Miriam Pires Corrêa de Lacerda e Victor Hugo Nedel Oliveira, José Machado Pais diz que “[...] a condição social dos jovens, sua pertença de classe, continuam a pesar na eleição e concretização das suas escolhas biográficas” (2007, p. 305). Levando em conta o questionamento levantado aqui, esta fala deve ser entendida como se a permanência num determinado espaço físico, onde o jovem não terá oportunidade de acompanhar os debates políticos, pode influenciar a sua escolha, ou seja, poderá votar num candidato que é contrário aos seus interesses. Portanto, acredito que estas questões devem merecer a atenção não só dos pesquisadores das questões juvenis, mas também das autoridades do país, sobretudo, as que se responsabilizam em compor projetos sociais e políticos que fazem os jovens pensarem nos seus poderes como cidadãos ativos na vida política.



Print feita através da ferramenta de captura, *Windows 7 Ultimate*. Foto original de Isabela Viera/Agência Brasil. Notícia de O Tempo, cobertura especial sobre eleições de 2020, campanha para vereador em diferentes capitais brasileiras. A reportagem explica que as campanhas eleitorais “ajudam a movimentar geração de renda”, conta histórias de brasileiras e brasileiros de 18 a 40 anos de idade, sem emprego, que tinham campanha eleitoral como única fonte de renda. Recomendo a leitura completa da reportagem<sup>8</sup>, ela dá detalhes das questões levantadas no texto, mostra como os jovens, em situação de desemprego, são aproveitados pelos políticos nos tempos das eleições.

Embora a imagem acima exibe duas pessoas (mulheres) circulando com bandeiras, caso diferente daquele que vi, pois era numa avenida talvez menos movimentada e tinha só dois jovens que estavam parados num lugar, não deixa de mostrar a distância que os jovens que asseguram as bandeiras devem estar dos espaços onde ocorrem debates das questões chaves do país e da cidade onde residem. Pensei que a prática pode ser substituída por outra forma de fazer propaganda eleitoral usando bandeiras na base de um concreto móvel para colocar nas calçadas, que também é bastante comum, conforme constatei. Refiro ao uso de *windbanners* como base para exibir as bandeiras com imagens de partidos/políticos. Considerando também o uso de *windbanners* nas eleições, pode-se levantar várias questões, e uma delas é: como ficam os centros urbanos nos tempos das eleições? Esta questão não

---

<sup>8</sup> Fonte: O Tempo, Eleições 2020: Bico em campanha eleitoral gera renda na pandemia.



deve distanciar da outra que se refere à ocupação específica dos espaços urbanos pelos jovens no mesmo período.

Mas, voltando ao uso dos *windbanners*, ainda no dia 26 de setembro de 2022, o jornal Correio do Povo faz uma matéria que questiona impacto dessa forma de fazer propaganda eleitoral nas calçadas de Porto Alegre, além da poluição visual causada pelas inúmeras bandeiras, exibidas tanto pelas pessoas e tanto aquelas fixadas nas ruas, fala-se dos perigos das bases de concreto de *windbanners*.

Populares em meio à campanha eleitoral, os *windbanners*, ou bandeirolas, estão espalhados às centenas em ruas e avenidas de Porto Alegre e outras cidades. As peças de propaganda exibem fotografias dos candidatos e são peças relativamente fáceis de serem instaladas, pois são móveis e permitem a visualização do material mesmo de uma distância maior. No entanto, no momento em que as peças de tecido são retiradas, à noite, restam apenas as bases, invisíveis com frequência na paisagem, oferecendo risco de quedas à população desavisada (CORREIO DO POVO)<sup>9</sup>.

O que se pode analisar aqui é o perigo que as pessoas que circulam nas calçadas estão sujeitas nos períodos das eleições<sup>10</sup>. Com isso, vale a pena também verificar as especificidades desses riscos em relação a outros

---

<sup>9</sup> <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/bandeirolas-eleitorais-s%C3%A3o-armadilhas-para-popula%C3%A7%C3%A3o-em-porto-alegre-1.896241>.

<sup>10</sup> Incidência de multa. Art. 37, § 1º, da Lei das Eleições. Fixação de bandeiras apoiadas em barras de ferro com suporte de cimento. Ausência de elementos no aresto hostilizado no sentido de que não houve a retirada dos artefatos no horário determinado pela legislação, bem como de que sua presença obstaculizava o livre trânsito de pedestres. [...] 1. A fixação de bandeiras apoiadas em barras de ferro com suporte de cimento não consubstancia propaganda irregular, a ensejar a aplicação da sanção inserta no art. 37, § 1º, da Lei das Eleições, desde que não consiga extrair da moldura fática do aresto fustigado (i) que os artefatos não foram retirados no horário vedado pela legislação de regência (das 22h às 6h), bem assim que sua presença obstaculizasse o livre trânsito de pedestres (Coletânea de Jurisprudência de TSU, 2022).

períodos. Ainda no mês de setembro a G1<sup>11</sup> noticia que várias centenas de bases de bandeiras foram retiradas pela polícia Federal em Pernambuco, Recife, porque os referidos objetos de concreto colocavam em risco a circulação dos pedestres. Nesse caso, os centros urbanos sofrem grandes transformações que podem impactar, de forma negativa, a vida das pessoas nos tempos das eleições.



Nas ruas de Recife, a Justiça Eleitoral ordena a retirada de bases de concreto para colocação de bandeiras dos partidos políticos no período da campanha eleitoral. Os materiais abandonados na calçada, segundo a Justiça Eleitoral, estão em locais proibidos e põem em risco a circulação dos pedestres. Foto: TRE/Divulgação. Fonte: G1 PE.

Em jeito de conclusão deste texto, ressalto a necessidade de focar as atenções nos jovens que participam da vida política, mas que estão à margem dos debates políticos, confesso que não tenho noção da parcela dos jovens que participaram na campanha eleitoral como “porta” bandeira dos partidos/políticos, mas vejo que há necessidade, caso essa prática política

---

<sup>11</sup> “Mais de 300 bandeiras e bases para colocação de propaganda política são retiradas das ruas no Recife pelo TRE” (G1-PE, 2022).

tem uma proporção considerável, de estudá-la e compreendê-la a fim de resgatar jovens daquele espaço para serem inseridos nos espaços de debates e de decisões. Acredito que os *windbanners* podem desempenhar, de forma geral, esta função, mas também deve ter conscientização do movimento político como um todo na forma de usá-los, de modo a garantir que não prejudique a circulação dos pedestres nas calçadas.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Lúcia Rabello de. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** Revista de Sociologia e Política, v. 16, p. 253-268, 2008.

CORREIO DO POVO. *In:* Geral: **Bandeirolas eleitorais são armadilhas para população em Porto alegre.** Porto Alegre. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/bandeirolas-eleitorais-s%C3%A3o-armadilhas-para-popula%C3%A7%C3%A3o-em-porto-alegre-1.896241>. Acesso: 21 jan. 2023.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

DE OLIVEIRA, Renata Almeida *et al.* Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. **Revista Debates**, v. 10, n. 3, p. 189-222, 2016.

DE SOUZA CAVALCANTI, Lana. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. In: CHAVIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (Org.). **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.

G1 PERNAMBUCO. In: Eleições em Pernambuco: **Mais de 300 bandeiras e bases para colocação de propaganda política são retiradas das ruas no Recife pelo TRE. Recife.**

04 set. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2022/noticia/2022/09/04/mais-de-300-bandeiras-e-bases-para-colocacao-de-propaganda-politica-sao-retiradas-das-ruas-no-recife-pelo-tre.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2023

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisa em Educação**- uma entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, p. 301-313, 2017.

O TEMPO. Cobertura Eleições 2020. **Eleições 2020: bico campanha eleitoral gera renda na pandemia.** 31 out. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/hotsites/eleicoes-2020/eleicoes-2020-bico-em-campanha-eleitoral-gera-renda-na-pandemia-1.2406618>. Acesso: 21 jan. 2023.

SILVA, Daiany Cris. **Juventude e Participação política: a experiência da juventude no debate em conferências**, s.d.

TSE, Coletânea de Jurisprudência. **Calçada**. [S. l]. 17 jun. 2022. Disponível em: <https://temasseleccionados.tse.jus.br/temas-selecionados/propaganda-eleitoral/bens-publicos/calçada>. Acesso em: 21 jan. 2023.



# TERRITÓRIOS JUVENIS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – UM ESTUDO A PARTIR DO MOVIMENTO BATALHA DO SETOR EM CATALÃO (GO)

Vinicius Mendes

Carmem Lúcia Costa

Quem não se desespera  
Vendo nascer seu filho no berço da miséria?  
Um lugar onde só tinham como atração  
O bar, e o candomblé pra se tomar a benção  
Esse é o palco da história que por mim será contada  
Um homem na estrada. (Racionais MC's, 1993)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é recorte de uma pesquisa<sup>1</sup> que analisa a apropriação juvenil dos espaços públicos da cidade de Catalão (GO). No artigo realizamos reflexões acerca do movimento juvenil Batalha do Setor<sup>2</sup>, criado em 2016 com a finalidade de propiciar a interação entre jovens e artistas locais. Este faz parte da cultura Hip Hop, realizado por MC'sos quais são desafiados a construir rimas em cima de uma batida de rap, no caso

---

<sup>1</sup> Uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada PRAÇA IRCA VITORIA DA FONSECA: um estudo sobre lugar e formas de resignificação do uso da cidade, apresentada para conclusão do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

<sup>2</sup> Um coletivo que organiza eventos semanais de batalha de rima, um duelo de estilo livre de RAP.

como uma luta, pois duas pessoas disputam quem consegue melhor atacar um ao outro com suas palavras ritmadas e figuras de linguagem.

Com assuntos diversos, o movimento se apresenta como um espaço de voz às juventudes locais, de centralidade aos/as sujeitos/as marginalizados/as. Assim, criando na praça Irca Vitória da Fonseca um território da cultura local, em especial do *RAP*, com elementos que proporcionam uma aglutinação de diferentes jovens, como roupas, falas, gestos característicos que os/as identificam enquanto sujeitos/as do Hip Hop. Mas, para além, produz um lugar de acolhimento às juventudes, e principalmente de subversão à programação imposta pela produção capitalista do espaço.

O objetivo deste artigo é analisar a produção socioespacial de jovens e o direito à cidade, para isso é indispensável compreender a produção do espaço urbano enquanto meio, condição e produto da sociedade capitalista; analisar as juventudes enquanto grupos plurais dotados de direitos; por fim, mensurar as possibilidades da Batalha do Setor enquanto espaço de centralidade juvenil. Para atender tais objetivos, a partir do método histórico-dialético, escolheu-se metodologia dividida em fases, a primeira sendo o levantamento de bibliografia, sobre a produção do urbano, territórios, políticas públicas, lazer, juventude, uso e apropriação da cidade, em: Carlos (2007, 2011, 2014 2017), Corrêa (1994,2007, 2004), Costa (1998) Lefebvre (1991) e Harvey (2014), Souza (2008), Gonçalves (2010), Romera, Trevisan E Marcelino (2012), Oliveira (2010) e outros.

Em segundo momento realizamos uma pesquisa documental, na qual foram exploradas fontes secundárias como o Plano Diretor de Catalão, sites institucionais, IBGE e ainda informações levantadas nas redes sociais da



Batalha do Setor. Como este artigo inicialmente foi idealizado como parte da disciplina Juventudes e Territórios: Cidade, Espaço e Violência, do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na fase de análise as reflexões obtidas ao longo do curso foram incorporadas ao texto.

Os resultados da pesquisa mostram que movimentos como a Batalha do Setor produzem diferentes benefícios à cultura das cidades, mas ainda assim, são bastante frágeis, pois faltam políticas públicas, também, por diversos preconceitos ainda sofrem com estigmas e o julgamento dos/as demais habitantes. Logo, acabam perdendo seu potencial revolucionário, necessitando de instrumentalização e voz em espaços institucionalizados, como o acadêmico.

## O ESPAÇO URBANO: MEIO, CONDIÇÃO E PRODUTO DA SOCIEDADE

Pensar as juventudes e o espaço urbano é se colocar frente a um processo plural, em que sujeitos/as distintos/as produzem espacialidades e relações sociais diversas, dentro de uma sociedade organizada em desigualdades estruturais e contradições. Isto, porque, o processo capitalista de produção após a revolução industrial tornou-se dominante no mundo, e junto das indústrias mundializa o modo de vida urbana, estabelecendo padrões homogeneizantes, que produzem espaços mercantilizados e relações sociais são substituídas por relações ser humano-objeto (Lefebvre, 1991). De modo que,

A sociedade ao produzir-se o faz num espaço determinado, como condição para sua existência, mas através dessa ação, ela também produz

consequentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo. [...] a sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço-tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido. (CARLOS, 2011 p.53).

Frente a isso, Ana Fani Carlos (2011) ao analisar a vida urbana, aponta que o espaço urbano é condição, meio e produto do processo produtivo da sociedade, programado, fragmentado e hierarquizado, pois deriva das contradições estruturais do sistema capitalista. Tendo em vista, “a história de toda sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classe” (MARX E ENGELS, 1998, p. 62). O espaço urbano se torna uma dimensão de disputas, sendo também o lugar da possibilidade, afeto, improvisado, das subjetividades diversas que emergem principalmente nos não produtivos e subversivos da cidade.

No caso deste trabalho, a ocupação estudada é realizada por jovens ligados ao *Hip Hop* que organizam uma Batalha de MC's, de freestyle (estilo livre) de RAP<sup>3</sup>, a Batalha do Setor, em uma praça da cidade de Catalão (GO) – Irca Vitória da Fonseca – reproduzindo um espaço com peculiaridade e identidade própria, que se diferencia das demais praças da cidade. A Batalha do Setor é um movimento cultural, organizado por um coletivo juvenil o

---

<sup>3</sup> O rap (rytmeandpoetry), uma criação tecnológica feita a partir de elementos acústicos e fragmentos de diversos padrões musicais que começou como uma “música para dançar, para ser apreciada pelo movimento e não pela simples audição” (SHUSTERMAN, 1998, p. 148). Era uma performance feita ao vivo, durante a qual se apreciava principalmente o movimento da dança break, a destreza do DJ em arranhar o disco (o scratching), e a improvisação do Rapper, o dançarino-declamador, que também incorporava retalhos de discursos numa combinação criadora (GONÇALVES, 2010, p. 38). Hoje representa um estilo musical, com letras com mensagens diversas, mas principalmente com caráter de protesto político, construídas em rimas cadenciadas em uma batida eletrônica.

qual organiza eventos semanais na cidade, nos quais são apresentados duelos de MC's<sup>4</sup> e outras artes.

Influenciados/as por uma cultura de origem negra, estigmatizada e periférica, datada da década de 1970, com origem no Bronx gueto de Nova York, o Hip Hop, as juventudes catalanas utilizam das práticas culturais para construir na praça um território de centralidade dos/as jovens pobres. Com o Hip Hop estes/as jovens buscam difundir cultura e lazer para uma camada social excluída do lazer privado, com isso, tendem a reivindicar o acesso aos espaços públicos da cidade. Enquanto movimento de cultura popular, estas juventudes acabam passando por diversos estigmas e violências, assim, construindo por consequência uma luta pelo direito à cidade.

Isto porque o espaço urbano na sociedade capitalista, além de ser reprodutor da desigualdade das classes, é essencialmente funcionalista para atender a produção ou circulação de produtos. Por isso, a cidade – e as relações socioespaciais – é produzida sobre a égide da mercadoria e do valor de troca, enquanto espaço de produção, consumível e de consumo. De modo que o Estado e os donos dos meios de produção produzem morfologias urbanas as quais atendam a produção econômica, condicionando a vida da classe trabalhadora a seus interesses.

O habitar na cidade é marcado pela segregação dos/as trabalhadores/as, pois estes/as têm sua vida – o acesso ao morar, transitar, lazer – condicionada a uma programação, privilegiando as necessidades da economia. Neste sentido, a programação da vida ocorre a partir da

---

<sup>4</sup> A batalha de rima é ligada ao Hip Hop, em especial ao rap, consiste em uma disputa de versos construídos na hora sob uma batida musical, assim competidores/as disputam quem consegue construir as melhores rimas, encaixando melhor na batida e com informações criativas, a disputa ocorre em duelos de duas pessoas, no estilo matamata (quem perder está fora do evento) até sobrar um competidor/a vencedor/a. Vale ressaltar que para além da competição as batalhas visam difundir os valores da cultura Hip Hop para os/as praticantes.

configuração do espaço, alterações da morfologia que ocorrem de forma intensificada no urbano. Assim, principalmente com o aumento dos fluxos econômicos do capitalismo pós século XX, na falta de serviços de assistências às classes mais pobres, no distanciamento dos/as trabalhadores do centro da cidade e principalmente na marginalização das práticas e corpos.

Afinal, citando como exemplo as práticas culturais populares, como a de nosso estudo, que não fazem parte da indústria cultural, não são interessantes para o sistema capitalista, tanto por questionar suas contradições por ele impostas, quanto por não ter o foco direto na reprodução do lucro, por isso a tendência é que sejam suprimidas e marginalizadas. Em outro sentido, Costa (1998) ao analisar a programação da vida reproduzida através da construção conjuntos habitacionais populares, na cidade de Catalão, constata como o viver é programado a partir da configuração espacial e mercantilização do urbano, condicionando a cidade ao consumo e segregando a cidade aqueles/as que não têm dinheiro para consumi-la.

A autora Costa (1998) dialoga com o que Lefebvre (1991) denomina de terrorismo urbano, o processo de alienação da produção urbana, a programação da vida nos mínimos detalhes de forma essencialmente segregacionista. Entretanto, o cotidiano, os usos dos lugares, principalmente dos espaços públicos, ressignifica este espaço programado pela troca, enquanto um lugar de significações plurais, de socialização, sendo ressignificado principalmente pelo uso improdutivo do espaço da cidade, como o lazer e a arte construída nos espaços públicos (LEFEBVRE, 1991).

Assim, as relações socioespaciais, por mais que programadas, são ressignificadas pelo cotidiano, momento em que os sujeitos improvisam e

buscam alternativas ao programado, para suprir desejos que nem sempre são capturados pela mercadoria (LEFEBRVE, 1991). Isso ocorre essencialmente nos espaços públicos, nas ruas e praças, nas quais sujeitos constroem momentos de vivências, não voltadas para a produção econômica, como o consumo da arte de rua.

Assim, enquanto condição, meio e produto da realização da sociedade, o espaço urbano é a expressão de toda sua multiplicidade (CARLOS, 2017), não só da dimensão produtiva. Seja da esfera econômica da sociedade, condicionada na modernidade pelo modo capitalista de produção, ou seja, pela constituição das subjetividades humanas “porque a produção da vida não se refere, apenas, à produção de bens para satisfação das necessidades materiais; significa também a produção da humanidade do homem” (CARLOS, 2007, p.53).

Para as juventudes, a realidade na cidade é vivenciada em espaços de consumo, voltados para aqueles/as que possuem dinheiro para pagar, que estende a vida privada, vivenciada nas redes sociais e shoppings, por exemplo. Os/as jovens pobres são excluídos/as desta realidade de mercadoria, no momento que não podem pagar por ela, além de dividir as experiências juvenis com o trabalho, limitando o acesso aos momentos de socialização. Assim, o urbano para as juventudes pobres é marcado pela precarização das suas vivências e relações de trabalho.

Frente ao programado, as juventudes enquanto grupos sociais ressignificam esses espaços, reproduzindo usos contra hegemônicos, em ocupações como as realizadas por pichadores, skatistas, e pelo *RAP* – entre outras ocupações – reproduzindo multiterritorialidades de resistência dentro do urbano. Sendo assim, o “território, como espaço dominado e/ou

apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p.19). Para Geografia esta categoria esteve historicamente ligada às representações de poder, mas representa bem mais que isso, sendo ressignificada pelas minorias que reproduzem territórios de vivência subversiva ao poder das classes dominantes.

Os/as sujeitos/as apropriam do urbano a partir de suas subjetividades, construindo espaços únicos e transitando por várias territorialidades, a do trabalho, casa, grupos de amigos e políticos, organizações culturais e outros. Tendo em vista que o território em sua dimensão material e simbólica é um espaço onde ocorre a apropriação cotidiana, para além da expressão do poder político, a posição cotidiana de um lugar (HAESBAERT, 2004).

Assim, tendo em vista a produção do espaço por meio da contradição uso-troca “é interessante observar que, enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2004, p.2). Corroborando com o autor, os territórios das juventudes, ao subverter a programação, criam espacialidades de códigos e práticas específicas dos grupos que os produzem. E na dimensão subjetiva estes emergem enquanto lugares de afeto, trocas de experiências, sendo, espaços heterotópicos, Harvey (2014) nomeia ao se referir aos lugares que são produzidos a partir de práticas subversivas a um urbano desigual.

Assim, os diferentes grupos que ocupam a cidade lutam pelo direito a ela, de estabelecer sua territorialidade frente aos processos homogeneizantes. As juventudes, principalmente as pobres, são direcionadas aos territórios

normalizados e controlados, como os espaços de estudo e trabalho, buscando criar novas territorialidades nas quais possam vivenciar práticas de lazer e de sociabilidade, possibilitando o acesso a novas experiências.

Tendo isto em vista, a Praça Irca Vitória da Fonseca é um território reproduzido por juventudes distintas, que criam um ponto de cultura popular dentro da cidade, um território o qual destoa da programação homogênea para o urbano. Antes de pensarmos no movimento Batalha do Setor e sua espacialidade produzida, é necessário pensar quem são estas juventudes, e por que elas criam essa espacialidade não programada.

## **JUVENTUDES: GRUPOS SOCIAIS QUE SUBVERTEM E RESSIGNIFICAM O URBANO**

Os espaços juvenis, apresentam características plurais de si, mesmo influenciados por culturas mundiais, as práticas apresentam peculiaridades a serem observadas na escala local. Isto porque, as experiências socializantes para os/as jovens são distintas, ainda mais para as juventudes pobres as quais passam por diferentes situações de sobrevivência, em um sistema repleto de necropolíticas.

Por isso, é necessário também pensar as juventudes, para além de uma fase da vida – portanto a referência sempre no plural – tendo em vista que, “ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, é inseparável do lento processo de constituição da modernidade” (PERALVA, 1997, p.15). Logo, são atravessadas pela tríade raça-classe-gênero, que determina quais espaços e experiências formativas o sujeito terá acesso.

Sendo assim, no mundo globalizado, a circulação ocorre em um fluxo acelerado, norteada pela economia e todos sujeitos são diariamente bombardeados por diferentes informações. As bolhas de interação social, organizadas por algoritmos, constroem padrões culturais, construindo identidades grupais distintas. Em contrapartida, cada sujeito carrega sua própria bagagem, com personalidades identitárias plurais.

Sendo assim, analisar as relações socioespaciais juvenis é lidar com processos que constituem uma pluralidade de juventudes. Isto ocorre principalmente porque “ser jovem hoje é estar imerso – por origem e/ou por opção – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências” (NOVAES, 2009, P.10). Aspectos mundializados da cultura global conflituam com peculiaridades locais. Ainda,

Em tempos de exacerbada tensão entre o local e o global, aprofundam-se as transformações no mercado de trabalho e os fenômenos relacionados com a violência que atingem de maneira particular os jovens. Sem dúvida, são os jovens mais pobres que são os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precarização das relações de trabalho e também os que mais freqüentam as estatísticas de mortes violentas. (NOVAES, 2009, p.10).

As juventudes negras, pobres, LGBTQIA+ vivenciam violências que marcam os seus processos socializadores e definem a quais espaços da cidade estes sujeitos chegarão. Novaes (2009) afirma que pensar as juventudes e se colocar diante do exercício de pensar o plural com foco nas singularidades, isto principalmente pelo hiato existente entre teoria e prática na hora de pensar as juventudes, enquanto sujeito de direitos. Em um país como o Brasil, que vive há dez anos a destruição do estado do bem-estar social,



difícilmente as juventudes são consideradas enquanto atores na construção das políticas públicas. Carrano (2011) ao discutir juventudes coloca que:

Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles, algumas vezes, como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de “modernização”, produtores de novas contradições e desigualdades sociais. (CARRANO, 2011, p. 7)

A efervescência do período de formação do indivíduo contrasta com a falta de oportunidades e as distintas coações presentes nas instituições do capital – Mídia, Igreja, Família e Escola – que visa conter os sujeitos e mantê-los enquanto mão-de-obra passiva. Sendo assim, a rebeldia da juventude representada pela negação das imposições, é marcada por fortes desigualdades sociais, segregações espaciais, coordenadas pela ação do Estado, enquanto representante dos interesses capitalistas. Carrano (2011) aponta que a desigualdade social no Brasil, faz as distintas trajetórias de socialização serem vivenciadas pelos/as jovens. Capitais sociais, culturais e econômicos diversificam o público escolar. Bem como,

O efeito de trajetória coletiva ocorre quando os agentes que se encontram em posições próximas apresentam a mesma condição de classe. Isso permitiria que esses partissem de posições similares produtoras de trajetórias com destinos também similares. Pierre Bourdieu reconheceu, contudo, que mesmo com a forte estruturação provocada pelas marcas da origem familiar e de classe, sempre sobrariam margens e possibilidades para que os agentes pudessem tomar distância e seguir rumos alternativos ao que determinaria a trajetória

típica de classe. Esse seria o efeito da trajetória individual que, em circunstâncias especiais, atuaria alargando os limites das posições nas estruturas sociais. (CARRANO, 2011, p. 12)

Ainda, o processo de avanço neoliberal que desmantela o Estado de bem-estar social aprofunda o que Santos (2020), ao analisar a conjuntura pandêmica do COVID-19, aponta como os unicórnios estruturais da sociedade atual, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Estes pilares os quais buscam condicionar comportamentos e a formas de expressões juvenis, reforçados pelas instituições que reproduzem padrões de comportamento.

As juventudes que habitam a margem, convivem com condicionantes sociais, consequência de uma vida programada em espaços onde carecem de maior infraestrutura e serviços de condições básicas para a vida cidadã plena. “O desemprego do jovem e a carência de autonomia financeira obrigam muitos a permanecerem durante muito tempo sob o mesmo teto que os pais” (PERALVA, 1997, p.22). Num contexto de dependência financeira e social, na qual são obrigados/as a conviverem com imposições e dogmas impostos, não só pela família, mas também por outras instituições como a Igreja.

Processos os quais produzem discursos que culpabilizam as juventudes por um fracasso programado, por problemas estruturais de uma sociedade a qual enxerga os/as jovens não como atores sociais, mas como mão de obra a ser disciplinada. “Também para Foucault educação e ordem são faces complementares do dispositivo intrínseco à racionalidade moderna”(PERALVA, 1997, p. 15). Neste sentido, as técnicas de disciplina

que aparecem na escola, e nas famílias, principalmente, fazem parte destes processos sociais capitalistas.

Assim, as juventudes pobres, vivem um contexto de coações diversas, em uma cidade materializada por uma sociedade desigual, gestada por um Estado que atua enquanto representante da classe dominante. Por isso, estes/as jovens convivem com uma realidade materializada pela falta de políticas públicas efetivas, construídas juntamente com os/as jovens enquanto atores/atrizes sociais ativos/as.

Entendemos a falta de programas que garantem o direito à cidade, enquanto o conjunto dos demais direitos necessários para a cidadania plena, o acesso à educação e possibilidades de trabalho são essenciais para isso. Mas lazer, cultura, espaços de expressão também são necessários. Por outro lado, o autor também afirma:

Se a difusão é lenta e progressiva, se as camadas populares durante muito tempo escapam às injunções da racionalidade moderna, se esta se expressa durante muito tempo apenas através de transformações imprecisas e fragmentárias no plano da mentalidade das elites, é também porque esse problema durante muito tempo escapa à esfera da ação do Estado. (PERALVA, 1997, p.15)

Assim, se de um lado existe a programação da vida e a coação juvenil, do outro o cotidiano foge ao controle do Estado. Pois as relações sociais são, também, socioespaciais, e desta maneira o sujeito “se relaciona com o espaço através do corpo, este é a mediação necessária a partir da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros – uma relação com os espaços-tempos definidos no cotidiano” (CARLOS, 2014, p.474). Então, as juventudes buscam construir espaços de interação e vivência que as

representam, aceitem seus corpos, práticas de afeto e expressões, criando territórios os quais negam a programação excludente.

Neste sentido, a juventude tem um papel importante no desvio da programação e na luta pelo direito à cidade, “se o jovem não constitui uma categoria exclusiva dos desviantes, constitui com certeza uma categoria importante, pode se dizer mesmo central, nas representações sociais do desvio” (PERALVA, 1997, p.19). Talvez a menor submissão às amarras do capital, trabalho, dívidas, fazem com que as juventudes apresentem energia e disposição para refletir e lutar contra as alienações diversas.

Desta maneira, a juventude brasileira sofre com diferentes processos violentos, faltam políticas públicas de inclusão social, convivem com a pobreza e exclusão de espaços da cidade e ainda passam por processos distintos de coação e moldagem da personalidade. E como já afirmado, estes sujeitos buscam formas de fugir desta programação violenta em territorialidades compostas por juventudes, em que a troca de experiências e afetos aparecem, ainda são espaços formativos, políticos e de lazer.

Tendo em vista a pluralidade de realidades juvenis, os espaços produzidos por eles/as em diversos momentos acabam também sendo plurais. É neste contexto que emerge a Batalha do Setor, a qual faz da praça Irca Vitória da Fonseca para além de um território de subversão, construído através da cultura popular, um lugar de afeto e acolhimento às juventudes catalanas.

A praça se situa próximo a Universidade Federal de Catalão, logo atrai estudantes de diversas partes do país, principalmente após a Lei nº 12.711/2012 Lei de Cotas, garantindo vagas a cotistas por raça, classe e necessidades especiais que são 50% das vagas dos cursos com a visão de

ampliar a universidade<sup>5</sup>, também, de certa forma abriu a universidade à classe trabalhadora e colocou não só na instituição, mas a cidade de Catalão, em convívio, jovens de diversas realidades. É em torno das possibilidades desta convivência que o movimento Batalha do Setor se organiza e ganha força, esta possibilidade é o foco da discussão na próxima sessão do trabalho.

## **A BATALHA DO SETOR: UM TERRITÓRIO DE LUTA E UM LUGAR DE SIGNIFICAÇÕES DIVERSAS**

Em Catalão, uma cidade do interior goiano, este fenômeno de subversão ao programado é identificado em uma praça da cidade – Irca Vitória da Fonseca – que é território juvenil. Ocupada por diversos movimentos, essa praça tem sua programação ressignificada, pois nela ocorrem formas de lazer noturno semanal, o que contrasta com a lógica da cidade pacata do interior. Como já apontado, por estar no Setor Universitário, abaixo da Universidade Federal de Catalão – UFCAT é palco de diferentes atividades culturais, políticas e de lazer.

A Batalha do Setor realiza suas atividades na Praça Irca Vitória Fonseca, durante a pandemia do COVID-19, no ano de 2020, as atividades presenciais foram pausadas devido a importância de manter o distanciamento social. Em 2021 a praça começou a passar por uma reforma - ocorrendo até o atual momento - que fechou o local impossibilitando as ocupações, logo o movimento levou as batalhas para outros espaços públicos da cidade de Catalão. Porém, desde meados de 2022, os encontros voltaram para Irca Vitória da Fonseca, mesmo com a reforma em andamento, pois existe uma ligação com esse lugar.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>> Acesso em: 18/08/2021

Atualmente a praça está sem luz, dificultando as ocupações noturnas, ação que pode ser intencional, pois não se repete em outros espaços da cidade, mas mesmo assim os encontros semanais continuam a ocorrer, como forma de resistência. Deste modo, o coletivo busca no movimento Hip Hop a filosofia da ocupação dos espaços públicos para a produção de cultura e integração entre pessoas que habitam a periferia. Como o próprio movimento aponta em suas redes sociais:

A Batalha do Setor – BDS é um ponto de encontro para rimadores no interior de Goiás na cidade de Catalão. A atividade acontece semanalmente, nas quartas-feiras, na Praça Irca Victória da Fonseca, conhecida como “Praça do Setor universitário”. É uma ação cultural direcionada às comunidades periféricas de Catalão. Criada em 2016 com o objetivo de proporcionar a interação e integração das expressões artísticas da cultura de rua (BATALHA DO SETOR, 2020).

O coletivo juvenil sem vínculo institucional, auto-organizado reúne nos espaços públicos da cidade Catalão dezenas de jovens para apresentar e/ou assistir apresentações artísticas voltadas a cultura Hip Hop, principalmente a batalha de MC's, porém se estendem aos outros elementos do Hip Hop, como grafite, Dj e o break. Além de encontros semanais na praça, o coletivo realiza eventos no município voltados ao lazer e a cultura de rua e palestras, formações, seminários que acontecem em escolas e outros espaços da cidade, divulgando a cultura, além de servir como ações educacionais.

A Batalha de MC 's, bem como o Hip Hop, surge de festas criadas nos guetos de Nova York, para oferecer lazer as camadas esquecidas pelo Estado e acabar com brigas entre gangues. “Essas festas incentivaram os jovens a construir uma “fala criativa” como os cantos de tradição africana ainda

presentes na Jamaica. Emerge, assim, outros lócus de enunciação, isto é, os jovens pobres do gueto, em sua maioria negros avaliando suas realidades” (GONÇALVES, 2010, p.76). Assim, esta cultura já nasce atrelada à luta pelo direito à cidade, enquanto uma forma de os sujeitos oprimidos relatar as violências sofridas por meio da arte. Ainda,

Nas comunidades miseráveis e bairros pobres das periferias das grandes cidades, nos quais espaços de lazer e cultura são inexistentes, os jovens estabelecem relações de sociabilidade na rua, esquinas e bares, constituindo[1]se em grupos de camaradas ou verdadeiras redes socioculturais profundamente enraizadas no espaço territorial em que vivem. Cultura de rua é o termo que vem sendo utilizado para designar redes simbólicas que agregam e conflituam seus diversos saberes. As tênues relações entre os saberes nascidos na rua, baseados na luta pela sobrevivência, e aqueles nos quais se apoiam as instituições formais, como a escola, são tensões permanentes do imaginário social (GONÇALVES, 2010 p. 35).

O espaço público da cidade é reduto para aqueles/as que o Estado marginaliza, estes/as se reúnem para o acolhimento e momentos de lazer, como capoeira, samba, baile funk. Na cidade de Catalão as congadas e a Batalha são exemplos destes espaços construídos para o uso e apropriação dando visibilidade aos/às excluídos/as. As juventudes da Batalha do Setor são segregadas do circuito de lazer da cidade, essencialmente privado, estes/as jovens, se auto-organizam para propiciar um espaço de troca de experiências, de formação, cultura e principalmente de lazer.

Construindo uma territorialidade em torno da raça, com os gritos de guerra, os fundamentos do Hip Hop a serem seguidos, a auto-organização

são elementos que os unem e caracterizam este território juvenil. Historicamente o Hip Hop, surge com esse intuito, sendo que

o Hip Hop nasce de festas criadas para acabar com brigas entre gangues. Essas festas incentivavam os jovens a construir uma “fala criativa” como os cantos de tradição africana ainda presentes na Jamaica. Emerge, assim, outros lócus de enunciação, isto é, os jovens pobres do gueto, em sua maioria negros avaliando suas realidades (GONÇALVES, 2010, p. 36).

Num contexto de micropolíticas e exclusão dos espaços da cidade, na década de 1980 surge o Hip Hop, para oferecer um espaço de interação e lazer para aquela comunidade. E como viviam em uma realidade social difícil, por mais que fosse um momento de diversão, as análises da vida a qual levavam, os protestos emergiam, se tornando também um espaço de visibilidade e voz para os/as marginalizados/as. De modo que,

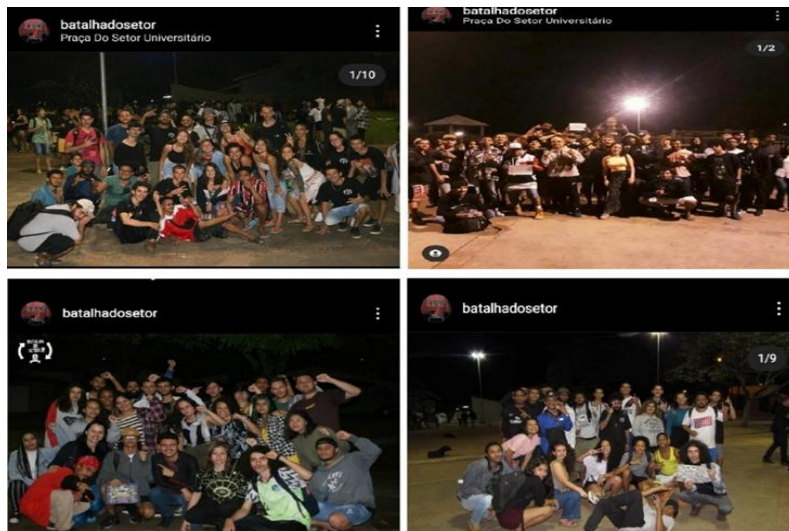
O espetáculo, originalmente feito ao vivo (em casa, nos parques e praças) ganhou a rua e o rap, gravado numa fita cassete, passava de mão em mão entre os admiradores. Essas festas tinham a intenção explícita de canalizar as revoltas e frustrações da juventude oprimida, tentando, assim, deslocar para a arte os impulsos violentos das atividades autodestrutivas como o crime e o consumo de drogas (GONÇALVES, 2010, p. 38).

Essa postura política ao longo dos anos se tornou essência do Hip Hop sendo norteadora da ação de diversas pessoas pelo mundo, com as juventudes da Batalha do Setor não é diferente, a visão de oferecer uma ocupação para jovens artistas e a aqueles/as que assistem os eventos norteia as ações semanais. Assim, o movimento (Foto 1) é composto por jovens em



sua maioria rimadores/as e/ou amantes da cultura Hip Hop, os quais buscam o acesso a cidade e a difusão dos valores desta cultura através da arte.

Foto 1: Eventos semanais organizados pelo movimento



Fonte: BATALHA DO SETOR @BATALHADOSETOR (2020).

Org. MENDES (2022).

De acordo com a descrição do movimento nas redes sociais, a Batalha do Setor tem como objetivo proporcionar a interação e integração das expressões artísticas da cultura de rua (Hip Hop); realizar encontros semanais, nos quais ocorrem batalhas de Mc's; construir eventos voltados para o Hip Hop na cidade de Catalão; difundir a cultura Hip Hop no âmbito regional (BATALHA DO SETOR, 2020).

O movimento se apresenta como espaço de visibilidade para as juventudes catalanas, se expressando pelas rimas que são cantadas semanalmente, pelas músicas lançadas em seu canal do Youtube, nos eventos os quais reúnem rimadores/as de diversas cidades. E por ações sociais realizadas, como campanhas, limpeza do bairro, e outras ajudas realizadas na cidade. Ainda, o coletivo anualmente realiza, também, atividades em escolas

da cidade, palestrando sobre o Hip Hop, a importância da arte, principalmente, sobre a luta contra o racismo e violência urbana. Em diálogo com Gonçalves (2010) entendemos que isso faz parte da cultura de rua,

Nas comunidades miseráveis e bairros pobres das periferias das grandes cidades, nos quais espaços de lazer e cultura são inexistentes, os jovens estabelecem relações de sociabilidade na rua, esquinas e bares, constituindo-se em grupos de camaradas ou verdadeiras redes socioculturais profundamente enraizadas no espaço territorial em que vivem. Cultura de rua é o termo que vem sendo utilizado para designar redes simbólicas que agregam e conflituam seus diversos saberes. As tênues relações entre os saberes nascidos na rua, baseados na luta pela sobrevivência, e aqueles nos quais se apoiam as instituições formais, como a escola, são tensões permanentes do imaginário social (GONÇALVES, 2010 p. 35).

A Batalha do Setor ressignifica a praça Irca Vitória da Fonseca, para além de um espaço de passagem ou lazer, construindo um ponto de cultura e lazer gratuito. Relacionando as demais juventudes da cidade com a universitária, através da arte enriquecendo este espaço da contracultura catalana. Isto propicia que as juventudes se organizem, levantem suas bandeiras sociais e questionem as problemáticas impostas a eles/as por uma sociedade autoritária, por isso,

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes... para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos e também, pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam, sem esquecer as festas as cerimônias (LEFEBVRE, 1991, p. 68).

Os espaços públicos, por propiciar o encontro, são apropriados pelos/as excluídos/as da cidade para vivenciarem a vida cidadã e protestarem

pelas suas causas, sendo o local de socialização, troca de experiências, de afeto e lazer, dos usos improdutivos de seu tempo e do espaço da cidade. No caso da Batalha do Setor, estes/as jovens utilizam da linguagem oral, corporal e gestual para denunciar as desigualdades impostas.

O discurso Hip Hop dos guetos de Nova Iorque nos anos 1960/1970 as metrópoles brasileiras dos anos 1980 em diante passou a tencionar a produção e a reprodução do espaço urbano desigual (LEFEBVRE, 2001). Assim, construiu canais de expressão de sujeitos silenciados e subalternizados. Este elemento fez com que ele cria-se identificação em várias partes do mundo. No Brasil, especialmente com negros e pobres moradores das “periferias sociais” passaram a ver o Hip Hop como forma de manifestação. Logo o Hip Hop busca uma “saída do círculo vicioso das significações dominantes” (GUATTARI, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2010, p.79).

Enquanto experiência cultural coletiva dos/as excluídos/as ao urbano, o Hip Hop por essência luta pelo direito à cidade, enquanto forma de expressão de quem é segregado/a dos espaços de sociabilidade. A Batalha do Setor, é um exemplo disso, seja nos eventos semanais, ou nas músicas produzidas e até mesmo na comunicação com o público pelas redes sociais. O coletivo reforça a importância de representar uma comunidade segregada, levando assim suas necessidades ao debate e a outros lugares, que sem esta visibilidade, não chegaria. De modo que,

A linguagem musicada dos jovens pobres que se faz no presente, compreende a contemporaneidade, é contextualizada e potencialmente inesgotável. Considero o movimento hip hop um indicativo sociocultural atualizado e expressivo, aglutinador da juventude das camadas populares. E embora o rap apareça como um estilo de música, ele não se reduz a um mecanismo habitual da “sociedade de consumo” ou

“mercado jovem”. Podemos afirmá-lo como expressão da experiência social que é seu fundamento (GONÇALVES, 2010, p.25).

Além dos encontros semanais, outras atividades são realizadas pelo coletivo, como atividades culturais em escolas, festivais artísticos, participação em eventos culturais da UFCAT e outros da cidade, atividades com o intuito de expandir a atuação do movimento para outros espaços de Catalão, e também, novas pessoas. Ainda, participando em editais de cultura municipais e estaduais - Edital de Seleção Pública de Projetos Culturais da Lei Aldir Blanc - Nº 002/2020, Catalão - para revestir esse investimento em eventos gratuitos ou produções artísticas que oportunizam artistas locais independentes.

Para além do lazer existe um real comprometimento político e artístico, permitindo diferentes trocas nessa praça, pois enquanto um ponto de cultura oportuniza a visibilidade de diferentes sujeitos/as. No contexto que “os jovens interpretam, denunciam, rejeitam, por meio da arte, o universo cotidiano de falta de oportunidades, drogas, violência etc., condições desumanas impostas pela vida urbana” (OLIVEIRA, 2010, p. 39). Fazendo então, em um urbano marcado pela segregação e pelo fetiche a mercadoria exista um território juvenil com o foco à arte e ao protagonismo de corpos marginalizados.

Assim, por mais que a praça não seja um lugar projetado para este tipo de ocupação, o lazer noturno causa uma quebra ao programado, logo, o movimento lida com repressões dos vizinhos e do poder público. Mesmo não tendo infraestrutura na praça para os eventos, os encontros semanais seguem. Entretanto, a falta de políticas públicas acarreta nesse território

disputas entre as juventudes e os demais vizinhos/as da praça, produzindo conflitos e marginalizando cada vez mais os/as jovens.

Sendo assim, a vizinhança não acostumada com tal reunião e práticas expressivas como os afetos, os gritos de guerra, o barulho, as músicas, o consumo de bebidas alcoólicas e drogas, tem como reação a negação do movimento. Por ser uma cultura já estigmatizada, esta é aliada às atividades violentas e criminosas ao olhar popular, assim a vizinhança sempre se sente incomodada e chama a polícia ou Disque Silêncio, os quais atuam de forma violenta com quem está no local, com revistas armadas, falas agressivas, multas e obrigando a finalizar os eventos, processo que expõem as juventudes, conseqüentemente aumentando a estigmatização destes corpos.

Afinal, o “modelo de política que separa e isola é sustentado por um discurso que reduz o cidadão à condição de trabalhador, gerando políticas urbanas que realizam a cidade como deslocamento casa/trabalho” (CARLOS, 2014 p. 483). Sendo assim, estes/as moradores/as estão inclusos em uma programação cotidiana coordenada pela rotina do trabalho, ocupante de todo o seu dia e na qual a noite é utilizada para o descanso, assim não sobra tempo e energia para vivenciar práticas de lazer. Por isso existe a disputa pelo espaço da praça, afinal são duas programações conflitantes.

Entretanto, o movimento cultural carrega grandes possibilidades revolucionárias, por possibilitar o uso e a apropriação urbana enquanto uma obra artística, por vivenciar a cidade para além da mercadoria. Sobretudo, “a arte restitui o sentido da obra, ela oferece múltiplas figuras de tempos e espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra” (LEFEBVRE, 1991 p.116). Lefebvre (1991)

entende que os usos improdutivos da cidade caminham para o estabelecimento de um urbano mais plural, sendo obra coletiva e não mercadoria, assim, construindo espaços vão na contramão do controle e das coações diversas impostas pela reprodução do urbano.

A expulsão da praça desampara estas juventudes, pois acabam voltando suas atenções para outros espaços, até mesmo mais violentos. Faltam políticas que atendam as demandas juvenis, para além dos esporádicos editais de cultura, os quais entenda os movimentos juvenis da cidade e construa coletivamente espaços culturais diversos. A repressão ignora tudo de positivo produzido no local, desarticulando esse território juvenil, dando ênfase nos aspectos negativos, não resolvendo o conflito e ignorando a posição das juventudes.

Assim, o direito à cidade, enquanto uma utopia dos/as excluídos/as (HARVEY, 2014), está presente nos movimentos juvenis enquanto uma busca coletiva de atender abstrações as quais vão para além das necessidades básicas. Sendo que estas ocupações como a Batalha do Setor caminham na negação do capitalismo enquanto padrão social, por negar todas as exclusões produzidas por este sistema, por isso estes/as sujeitos/as, através da cultura, continuam a realizar suas ocupações em diferentes espaços e almejar o direito à vida cidadã na cidade.

### **Considerações finais**

Ao pensar as dinâmicas juvenis, é necessário ter um olhar plural, afinal como a mundialização das culturas emergem processos que são homogeneizantes, mas também despertam as particularidades de cada sujeito ou grupo. Ainda, as desigualdades sociais presentes no Brasil fazem com que

os jovens tenham experiências socializantes bastante plurais, sendo as juventudes periféricas as que mais sofrem com falta de oportunidades.

Deste modo, as juventudes pobres passam por processos de formação e adequação de comportamento, processos os quais também controlam as práticas sociais. Ainda, as juventudes, são segregadas de determinados espaços ou têm acesso a outros bem definidos, reduzindo as possibilidades de desenvolvimento e até mesmo de ascensão social. A segregação frente ao direito à cidade ocorre, principalmente, quando os lugares da cidade são condicionados ao ter ou não capital para o consumo.

Mas, frente a esta exclusão da cidade, eles/as buscam novas formas de resignificar o programado, ocupando os espaços da cidade de acordo com as suas próprias necessidades, construindo territórios de resistências e lugares de acolhimento. O movimento Batalha do setor realiza este tipo de resignificação, ocupando uma praça como ponto de encontro, de troca de afetos e experiência.

O movimento, mesmo sem receber apoio do Estado, sofrendo com diversas repressões, realiza uma série de eventos e atividades voltadas a proporcionar lazer, arte e cultura à comunidade periférica de Catalão. Uma organização sem vínculos institucionais, construída por jovens e para jovens, estabelecendo novas relações. Um movimento importantíssimo para contracultura local e para a juventude em si, pois propicia também novas relações de representatividade e de organização político social.

Assim, a repressão não é a forma adequada de livrar as juventudes de problemas estruturais como a violência, acesso a drogas e criminalidade, na verdade a opressão social às formas de expressão juvenil caminham para levar os/as jovens para este caminho. Estes sujeitos precisam de apoio

institucional, espaços voltados para realização das atividades artísticas, com políticas públicas efetivas de fomento à cultura local, integração ao mercado de trabalho e educação, fazendo parte de um projeto que entenda as juventudes enquanto atores/atrizes sociais detentores/as de direitos.

Além de serem instrumentalizados/as pelos movimentos sociais, bem como pela universidade, para que estes/as jovens entendam a dimensão da luta construída, pois como já apresentado as práticas que subvertem ao programado são primordiais para o estabelecimento do direito à cidade e dos demais benefícios da vida na cidade para todos/as. Até porque, estes/as jovens estão na rua lutando pelo direito à vida, sendo além da sobrevivência, como Titãs (1987) afirma: A gente não quer só comida/ A gente quer comida, diversão e arte/ A gente não quer só comida/ A gente quer saída para qualquer parte [...] A gente não quer só comer/ A gente quer comer e quer fazer amor/ A gente não quer só comer/ A gente quer prazer pra aliviar a dor. É necessário continuar a luta contra a programação e em prol da nossa existência enquanto sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. **A condição espacial**. - São Paulo: Contexto, 2011. P. 1-36.
- \_\_\_\_\_A. F. A prática espacial urbana como segregação, In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R. L, PINTAUDI, S. M. (orgs.) **A cidade contemporânea- segregação espacial**, São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.



\_\_\_\_\_A. F. A. Diferenciação Espacial, São Paulo, **CIDADES**, v, 4, n 6, 2007, p. 45-60 Disponível em: < DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL | Carlos | Revista Cidades (unesp.br)> Acesso: 18/04/2021.

\_\_\_\_\_A. F. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico, In: CARLOS, A.F., SOUZA, M. L de SPOSITO, M, E, B (orgs.) **A Produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto, São Paulo, 2011. P. 53-73

\_\_\_\_\_A. F. Diferenciação Sócio-espacial, escala e práticas espaciais, **CIDADES**, São Paulo, v, 4, n 6, 2007, p. 62-72. Disponível em: <DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL, ESCALA E PRÁTICAS ESPACIAIS | Lobato Corrêa | Revista Cidades (unesp.br)> Acesso: 18/04/2021.

\_\_\_\_\_A. F. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. – São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

\_\_\_\_\_A. F. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. Disponível em: <O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade | GEOUSP Espaço e Tempo (Online)> Acesso: 18/04/2021.

CARRANO, P. C. R. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. In: Teias, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26 (2011).

GONÇALVES, M. das G. O DISCURSO POSSÍVEL DE UMA JUVENTUDE EXCLUÍDA In: REFLEXÕES SOBRE OS “MODOS DE VIDA” E A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS NEGROS, **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF (n. 11) (2009/2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/Ed. EdUFF/2010. p. 23-70. Disponível em: <[http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB\[1\]11.pdf](http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB[1]11.pdf) > Acesso: 21/10/2021.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em: 31 mai. 2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**, São Paulo, Boitempo, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

NOVAES, R. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos. Juventude, juventudes. **Revista de Ciências Sociais**. Montevideo, n. 25, p. 10-20, dez, 2009.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. 1º edição em 1848. São Paulo: Martin Claret, 2000.

OLIVEIRA, D. A de. Hip hop e territorialidades urbanas: uma construção social de sujeitos das periferias, in: Reflexões sobre os “modos de vida” e a socialização dos jovens negros, **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF** (n. 11) (2009/2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/Ed. EdUFF/2010. p. 71-112. Disponível em: <[http://ole.uff.br/wp\[1\]content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-11.pdf](http://ole.uff.br/wp[1]content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-11.pdf)> Acesso: 21/10/2021.

PERALVA, Angelina. O Jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação, n. 05, 1997. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442\\_1175\\_a\\_bramowendel.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_a_bramowendel.pdf) Acesso em: 31 mai. 2022.

SETOR, B, Catalão, 2020, **Instagram: @batalhadosestor**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/batalhadosestor/>> Acesso em: 26/08/2021.

VINHA, T. P; NUNES, C. A. A; TOGNETTA, L. R. P. **A convivência ética na escola: programa de formação e transformação em instituições educativas**. Trabalho apresentado no Congreso Internacional "Educación del carácter en Latinoamérica: retos y oportunidades" realizado pela Universidad de Navarra y la Universidad Austral. Pilar, Argentina.



## SOBRE OS AUTORES

**Victor Hugo Nedel Oliveira** é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estudos de Pós-Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE/UFRGS/CNPq.

E-mail: [victor.juventudes@gmail.com](mailto:victor.juventudes@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489113176882485>

**Melissa de Mattos Pimenta** é Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), e Bacharel em Ciências Sociais também pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC/UFRGS/CNPq) e colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE/UFRGS/CNPq)

E-mail: [melissa.pimenta@ufrgs.br](mailto:melissa.pimenta@ufrgs.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7817-6469>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2983516301087100>

**Álvaro Luiz Heidrich** é Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1985) e Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1998). Pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (2017). Professor Titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019). Professor credenciado junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa e orientação em Geografia Social, com ênfase no estudo dos vínculos territoriais, territorialidades humanas, apropriação do espaço e práticas espaciais.

E-mail: [alvaro.heidrich@gmail.com](mailto:alvaro.heidrich@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/000-0003-1767-1575>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1355288214630167>

**Antonio Carlos Castrogiovanni** é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Professor de Curso de Pós-Graduação na Faculdade de Educação da UFRGS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia e Ensino, atuando principalmente com geografia e ensino e as novas tecnologias, formação de professores, turismo e planejamento, geografia e turismo - turismo urbano. Autor de várias obras, capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Líder do grupo de pesquisa Formação Continuada de Professores e do grupo Turismo, Planejamento Participativo e Educação.

E-mail: [acastrogiovanni53@gmail.com](mailto:acastrogiovanni53@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2146-9700>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7721027764504488>

**Carmem Lúcia Costa** é doutora em Geografia Humana pela FFLCH/USP; possui licenciatura em Geografia (UFG/Campus Catalão) e mestrado em Geografia (UFG). Realizou estágio de pós doutorado em Geografia Humana na Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é professora Associada e pesquisadora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/IGEO/UFCAT e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos/UFG. É líder do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho - Dialogus/UFCAT/CNPq.

E-mail: [clcgeo@gmail.com](mailto:clcgeo@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6629-1512>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2260768637895317>

**Carolina Bernardes Rollsing** é Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: [carolinarollsing@gmail.com](mailto:carolinarollsing@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8094-3049>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0643057527432745>

**Celecina de Maria Veras Sales** é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão , Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará , Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Pós-Doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Ceará do Curso de Graduação de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação de Avaliação de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família - NEGIF/UFC. Professora permanente da Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

E-mail: [celecinavs@gmail.com](mailto:celecinavs@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7662-0255>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4518176875892063>

**Cheila Basso** é Licenciada em Geografia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2011), Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2018) e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisas na linha de análise territorial, com ênfase no estudo de territorialidades humanas, apropriação e produção do espaço urbano.

E-mail: [cheilabassocb@gmail.com](mailto:cheilabassocb@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6512-8510>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9903117656241174>

**Daniela de Borba Fernandes** é mestranda em Geografia com ênfase em Análise Territorial no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA - UFRGS). Graduada em Geografia - Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) tem sua pesquisa voltada para as áreas de geografia urbana e geografia feminista.

E-mail: [danibfernandes29@gmail.com](mailto:danibfernandes29@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4071-4350>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9848932413056761>

**Davi Gandolphi** é licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de Ensino de Geografia, sendo bolsista da CAPES em tempo integral. Integra o grupo de pesquisa de Educação Continuada de Professores de Geografia. Possui experiência na área de ensino da rede pública e privada de Porto Alegre (RS), apresenta interesse e pesquisa na linha de Ensino da Geografia.

E-mail: [davi.gandolphi@ufrgs.br](mailto:davi.gandolphi@ufrgs.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4753-6462>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6085589103894134>



**Dayane Oliveira Verneque** é Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Realiza estudos sobre Territórios Periféricos na cidade de São Paulo - SP. Atuou como extensionista na área da Geografia da Saúde durante a graduação, assim como Iniciação Científica no campo da Geografia Econômica. Trabalha com a Cartografia como ferramenta fundamental para os estudos do Espaço, tendo atuado como bolsista no Observatório de Informações em Saúde da UFSM, mapeando dados da dispersão da COVID-19 em Santa Maria. Também atuou como Estagiária em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto no Instituto de Planejamento de Santa Maria.

E-mail: [dayane.verneque@gmail.com](mailto:dayane.verneque@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1346-7844>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8148181032914550>

**Lucivando Ribeiro Martins** é Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Educação pelo Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Piauí. Doutorando em Educação do Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Ceará. Professor Assistente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família - NEGIF/UFC e do O Núcleo de Estudos e Pesquisas em "Educação, Gênero e Cidadania" - NEPEGECCI/UFPI.

E-mail: [lucivandomartinsprof@ors.uespi.br](mailto:lucivandomartinsprof@ors.uespi.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9931-8232>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6988079691976148>

**Matheus Vieira Areb** é Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atualmente é Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional (NPUR/UEA/CNPq). Atua na área das ciências humanas com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Cultural e Antropologia Urbana. Tem experiência nos temas: habitação, palafitas, ocupações urbanas, sociabilidade urbana e lazer.

E-mail: [matheusvareb@gmail.com](mailto:matheusvareb@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6548-4577>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7255778330153730>

**Nicole dos Santos Ferreira** é licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é mestranda em Geografia na linha de pesquisa Análise Territorial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora voluntária desde 2018 no Programa Educacional Alternativa Cidadã (PEAC), sendo coordenadora do núcleo de Geografia desde 2021.

E-mail: [nickferreira85@gmail.com](mailto:nickferreira85@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3090-1312>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9389092187810173>

**Nilson Weisheimer** é Pós-Doutor pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS / UFRB). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório Social da Juventude (OSJ - UFRB - CNPq). Editor Executivo da Revista Princípios. Editor Chefe da Revista Jovens do Sul Global. Recebeu o Prêmio CAPES de Teses de Sociologia, em 2010.

E-mail: [nw65br@gmail.com](mailto:nw65br@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6320-8402>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8189989792551322>

**Rafael Barbosa de Jesus Santana** é Graduado em História e Especialista em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Educação São Luís (FESL) e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição na qual realiza o curso de doutorado em História. Tem interesse nos estudos sobre a Política Externa do Brasil para a África e nas aproximações entre História e Literatura em contexto africano, mobilizando conceitos como: criança-soldado, juventude, guerra civil, testemunho, representação, trauma e pós-memória.

E-mail: [rafael.santana.001@hotmail.com](mailto:rafael.santana.001@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5563-3081>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4820406640898726>

**Saído Baldé** é Bacharel em Humanidades e Licenciado em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira - Unilab. Fez o Ensino Secundário (equivalente ao ensino médio) no Liceu Nacional Kwame N'Krumah, Bissau, Guiné-Bissau. Atualmente faz curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS). É membro do Coletivo Nô Raiz.

E-mail: [saido26.76@gmail.com](mailto:saido26.76@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0128789826683639>

**Vinícius Mendes** é mestrando em Estudos e Ordenamento do Território pela Universidade Federal de Catalão - UFCAT, licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Catalão - UFCAT, pesquisador e bolsista CAPES. Atualmente membro do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho - Dialogus/UFCAT/CNPq.

E-mail: [viniciusmenndess@gmail.com](mailto:viniciusmenndess@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0379-6430>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8694222288327368>

# **GEPJUVE**

**Grupo de Estudos e Pesquisas  
em Juventudes e Educação**



# JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

Victor Hugo Nedel Oliveira  
Melissa de Mattos Pimenta  
(orgs.)

Álvaro Luiz Heidrich  
Antonio Carlos Castrogiovanni  
Carmem Lúcia Costa  
Carolina Bernardes Rollsing  
Celecina de Maria Veras Sales  
Cheila Basso  
Daniela de Borba Fernandes  
Davi Gandolphi

Dayane Oliveira Verneque  
Lucivando Ribeiro Martins  
Matheus Vieira Areb  
Nicole dos Santos Ferreira  
Rafael Barbosa de Jesus Santana  
Saído Baldé  
Vinícius Mendes  
Prefácio: Nilson Weisheimer

“Esse livro vem a lume em uma hora apropriada. Após um período de descontinuidade e desmantelamento das políticas públicas de juventude promovidos por governos ultraliberais, passamos agora por um momento de reconstrução institucional. Isso abre uma janela de oportunidades, para que novas políticas públicas de juventude possam ser construídas. [...] Eis porque essa é uma obra indispensável para aqueles que estudam as juventudes, assim como, para os próprios jovens e seus movimentos culturais e políticos” (Nilson Weisheimer).

